

FABRÍCIO SPRICIGO

**A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA: EM ANÁLISE O PROGRAMA DE ATENDIMENTO
AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Mariléia Maria da Silva

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

S768a Spricigo, Fabrício
A assistência estudantil no Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: em análise
o programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade
social / Fabrício Spricigo. - 2016.
210 p. il.; 21 cm

Orientadora: Mariléia Maria da Silva

Bibliografia: p. 199-210

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

1. Educação - Santa Catarina. 2. Assistência social -
Santa Catarina. 3. Universidade e faculdades públicas -
Santa Catarina. I. Silva, Mariléia Maria da. II. Universi-
dade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Educação. III. Título.

CDD: 370.98164 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

FABRÍCIO SPRICIGO

**A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA: EM ANÁLISE O PROGRAMA DE ATENDIMENTO
AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariléia Maria da Silva (Orientadora) – UDESC

Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia – UFSC

Prof. Dr. Lourival José Martins Filho – UDESC

Profa. Dra. Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva – UDESC

Florianópolis, 29 de março de 2016.

Aos familiares que sempre incentivaram minha trajetória estudantil.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina, *lócus* em que as contradições entre capital e trabalho se fazem presentes, motivando o desenvolvimento desta pesquisa.

O desafio é, pois, o de termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional que é patrocinado pelos organismos internacionais [...], do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

Gaudêncio Frigotto, 2001.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa foi possível devido à contribuição de algumas pessoas. Cada uma delas, direta ou indiretamente, permitiu que eu chegasse à finalização da dissertação.

À minha orientadora, Mariléia Maria da Silva, que com ética, humildade, paciência e muito conhecimento, inseriu-me neste universo fascinante e ao mesmo tempo permeado por intensas disputas que perpassam a formulação/implementação das políticas educacionais e sua relação com o trabalho e a educação.

À Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), instituição ímpar e com grande qualidade na formação acadêmica e profissional proporcionada.

À coordenação, docentes e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da UDESC, sempre tão atenciosos e preocupados com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Aos colegas de turma, pelo compartilhamento de experiências e reflexões desencadeadas ao longo das unidades curriculares obrigatórias do curso e seminários, os quais contribuíram de forma significativa para ampliar o campo analítico da pesquisa.

Aos familiares, sempre preocupados com minhas idas e vindas de Criciúma a Florianópolis, semanalmente, para cursar as disciplinas.

Aos colegas de trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina, os quais adaptaram seus horários para que eu pudesse concluir esta etapa importantíssima de minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Santa Catarina, especificamente a partir da materialização do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS). Investigamos, nesse sentido, o eixo norteador do programa difundido nos documentos oficiais do IFSC, cotejando seus pressupostos com o contexto societário atual. Além disso, caracterizamos seus processos e procedimentos, evidenciando a materialidade histórica em que emerge a constituição do programa. A pesquisa é fundamentada no método histórico-dialético, com análise documental (legislações federais, normativas internas do IFSC, atas do Conselho Superior, editais, entre outros) alicerçada em autores como Kosik (2002), Garcia (2004), Shiroma, Campos e Garcia (2005) e Evangelista (2012, 2014). Além da análise documental, realizamos balanço das produções acadêmicas relacionadas à Assistência Estudantil no período 2003-2015. A partir da materialidade colocada em movimento, evidenciamos que a Assistência Estudantil vem sendo executada com fortes reverberações do ideário neoliberal, caracterizando a mercantilização da política de educação brasileira e a grande inclinação em rezar a cartilha dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial. As reflexões desenvolvidas por Frigotto (2003, 2009, 2010, 2011 e 2012), Motta (2007, 2008, 2009), Kuenzer (2010), Silva (2012b), foram essenciais para compreender as determinações que envolvem os slogans “inclusão social”, “permanência” e “êxito” em nosso objeto de investigação. Nosso estudo permitiu mostrar que, para além de seu caráter focal, o programa PAEVS atua em nível estratégico no IFSC para solucionar problemas de

“permanência” e “êxito” estudantil. Por ter atuação no tratamento compensatório dos efeitos da pobreza, acaba funcionando como instrumento que dissocia as desigualdades sociais de seus determinantes estruturais, visto que as ações se limitam a aspectos pontuais que adentram a instituição. Nesse horizonte, a “vulnerabilidade social” enaltecida pelo PAEVS ganha *status* de política focal que não problematiza a base estrutural que produz as desigualdades, sendo incapaz de promover a emancipação social. O programa ajuda na harmonização e coesão social, maquiando as contradições sociais em seu contexto de atuação. Sendo assim, o PAEVS é mais um elemento a atuar no adiamento dos “embates” necessários para a mudança social pretendida, pois, ao focar-se em um público estratégico, ajuda invisibilizar a própria expropriação daqueles que, para sobreviver, precisam vender sua força de trabalho.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Assistência Estudantil. Educação. Permanência e êxito.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the Student Assistance policy at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC), especially concerning the PAEVS program (Portuguese acronym for *Social Vulnerability Student Assistance Program*). We investigated the PAEVS guiding principles found in IFSC official documents, comparing their assumptions with the current social context. Also, we showed the program features in terms of processes and procedures, highlighting the historical materiality from which PAEVS emerges. The study is based in the historical and dialectic method, with document analysis (federal laws, IFSC internal norms, meeting records, and others) consolidated in authors such as Kosik (2002), Garcia (2004), Shiroma, Campos & Garcia (2005) and Evangelista (2012, 2014). In addition to the document analysis, we performed a research on the papers related to Student Assistance produced between 2003 and 2015. From the moving materiality perspective, we found that IFSC Student Assistance has been conducted with strong inclination to the neoliberal ideology, featuring the commercialization of Brazilian educational policy and a crave towards fulfilling interests of international economical organisms, especially the World Bank. The reflections developed by Frigotto (2003, 2009, 2010, 2011 and 2012), Motta (2007, 2008, 2009), Kuenzer (2010), Silva (2012b) were essential to understand the determinations involving “social inclusion”, “permanence” and “success” slogans in the research. The study allowed us to show that PAEVS program, beyond its focal aspect, operates at a strategic level at IFSC to solve problems of student “permanence” and “success”. For operating at the compensatory treatment in reducing the poverty effects,

the program ends up dissociating social inequalities from their structural determinants, once its actions are limited to specific aspects inside the institution. In this sense, the "social vulnerability" term often cited in the PAEVS program acquires a focal policy status, once it does not question the structural base that produces inequalities, then being unable to perform social emancipation. The program helps harmonization and social cohesion, then hiding social inconsistencies in its action context. Therefore, PAEVS is another element acting on the postponement of "clashes" needed to the desired social change, because when it focuses on a strategic public, it also helps to hide the expropriation of those who must sell their labor-power in order to survive.

Keywords: Social Vulnerability. Student Assistance. Education. Permanence and Success.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Produção acadêmica (teses e dissertações) 2003-2015	63
Gráfico 02: Produção acadêmica por região	71
Gráfico 03: Produção acadêmica por área	72
Gráfico 04: Número de pesquisas por Estado	73
Gráfico 05: Orçamento Geral da União (Executado em 2014)	121
Gráfico 06: Lucro dos bancos (1996-2014)	122
Gráfico 07: Taxa de ocupação 2006 e 2013	124
Gráfico 08: Número de matrículas por modalidade e ano IFSC	133
Gráfico 09: Titulação docente IFSC 2014.2	135
Gráfico 10: Renda familiar estudantes IFSC 2014	136
Gráfico 11: Ocupação principal dos estudantes 2014..	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Dissertações selecionadas pelo descritor “Assistência Estudantil” 2003-2015	64
Quadro 02: Artigos selecionadas pelo descritor “Assistência Estudantil” 2003-2015	74
Quadro 03: Número de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos	143
Quadro 04: Documentos selecionados em que o termo “vulnerabilidade” aparece	145
Quadro 05: Documentos norteadores da Assistência Estudantil IFSC.....	157
Quadro 06: Documentos relacionados ao PAEVS.....	169
Quadro 07: Composição do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).....	177

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDUP – Centro de Educação Profissional
CEFET/MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEPE – Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESGRANRIO – Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio
CEU – Casa do Estudante Universitária
CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP – Conselho Superior
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DACE - Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis
DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis
DEING – Departamento de Ingresso
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC – Formação Inicial e Continuada
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GT – Grupo de Trabalho
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES – Instituição de Ensino Superior
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFs – Instituições Federais de Ensino
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS – Índice de Vulnerabilidade Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
MPC – Modo de Produção Capitalista
MPC – Modo de Produção Capitalista

OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAEVS – Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social
PAP - Programa Auxílio Permanência
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Trabalho
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC/GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI – Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SESI – Serviço Social da Indústria
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica do Ministério da Educação
SISU – Sistema de Seleção Unificada
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UnB – Universidade de Brasília
UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro
UPE – Universidade de Pernambuco
USP – Universidade de São Paulo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Par

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	27
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	33
1.2 JUSTIFICATIVA	37
1.3 OBJETIVOS	41
1.3.1 Objetivo Geral	41
1.3.2 Objetivos Específicos	41
1.4 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DA PESQUISA: O METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E SEUS PROCESSOS SUBJACENTES.....	42
1.4.1 Questão social e as políticas públicas sob a égide do capital	44
1.4.2 Desigualdades sociais e os paradoxos das políticas de Assistência Estudantil	50
1.5 METODOLOGIA.....	53
1.6 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO	57
2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA 2003-2015	59
2.1 SELEÇÃO E COLETA DAS FONTES.....	61
2.1.1 Teses e Dissertações	62
2.1.2 Artigos	73

2.2 APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SELECIONADA	75
2.3 ANÁLISE DO MATERIAL COMPILADO	104
2.4 CONSIDERAÇÕES EM CONSTRUÇÃO	115
3 BASE MATERIAL NA QUAL SE INSERE O PROGRAMA PAEVS	119
3.1 SITUANDO A CONJUNTURA BRASILEIRA: ALGUNS ASPETOS EM DESTAQUE	120
3.2 O IFSC COMO EXPRESSÃO DA REDE FEDERAL: EXPANSÃO E NOVA INSTITUCIONALIDADE	129
3.3 REFLEXÃO SOBRE O TERMO “VULNERABILIDADE SOCIAL”	145
3.4 SÍNTESE DOS ELEMENTOS CONJUNTURAIS ..	153
4 O FENÔMENO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFSC	155
4.1 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS)	169
4.2 FUNDAMENTOS NORTEADORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DO PROGRAMA PAEVS: REFLEXÕES PARA O DEBATE	182
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS	191
REFERÊNCIAS	199



AMARAL, Tarsila do. Operários, 1933. Óleo sobre tela, 150 X 205cm.
Coleção do Governo do Estado de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

O ingresso no Mestrado em Educação da UDESC teve como intenção inicial investigar o processo de institucionalização do Núcleo de Permanência e Êxito no âmbito do Campus Criciúma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Pretendia-se diagnosticar fatores que possivelmente determinam na evasão e o fracasso escolar do estudante.

Contudo, no decorrer das orientações e a partir das leituras realizadas e seus movimentos, identificou-se que o projeto caminhava para uma vertente administrativa e institucional, visando a resolver um problema de trabalho que envolveria referenciais teóricos de base funcionalista¹. Então, decidiu-se mudar de perspectiva a fim de tornar a pesquisa mais coerente com a lente de reflexão mediante a crítica à economia política e sua relação com as políticas educacionais². Desse modo, a temática passa a ser o

¹ A abordagem funcionalista pressupõe a estabilidade e a integração dos sistemas sociais, e tende a reduzir a explicação dos fatos sociais ao esclarecimento das suas funções, limitando-se a uma visão evolucionista da mudança social.(JOHNSON, 1997).

² Esta pesquisa não possui referência teórica neutra, uma vez que adota a perspectiva da classe trabalhadora, isto é, tem um entendimento problematizador do trabalho alienado vigente no modo de produção capitalista. Assim, há um esforço teórico/concreto na tentativa de buscar elementos capazes de refletir sobre a ideologia que eterniza e naturaliza a desigualdade social.

Programa de Assistência ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), sendo esta a principal política de assistência estudantil do IFSC. Vale registrar que o condicionante para acessar o Programa é a permanência e o êxito do estudante na instituição, demonstrando que a mudança de temática não foi total, uma vez que se mudou apenas o viés analítico acerca dos processos para “permanência” e “êxito”, que passou a ser materializado, agora, a partir do Programa PAEVS.

Mesmo com a transformação da temática de pesquisa, o tema em questão ganha força e começa a ter um contorno mais preciso a partir do ingresso deste pesquisador, via concurso público, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) no ano de 2013, após intenso processo de estudo. Tal realidade seletiva vigente acaba reproduzindo a lógica meritocrática que aprofunda ainda mais as desigualdades socioeconômicas, colocando o indivíduo como o principal responsável por sua condição. Nesse sentido, a partir do contexto de trabalho vivenciado no âmbito da Coordenadoria Pedagógica do Campus Criciúma do Instituto Federal de Santa Catarina chega-se, ainda que com certa imprecisão inicial, à temática de pesquisa e objeto de estudo no Programa de Mestrado em Educação da UDESC.

Porém, antes de ingressar no IFSC, a trajetória profissional deste pesquisador contribuiu de alguma forma para a chegada no atual tema de estudo, o qual se encontra em um limiar entre as políticas educacionais, o serviço social e as ciências sociais. No ano de 2003, havia lecionado na Escola de Educação Básica João Frassetto, instituição pública de ensino situada em uma região com alto índice de violência e pobreza de Criciúma. Naquela época, com apenas 19 anos, a realidade que se apresentava ensinou a reflexão sobre os processos de “exclusão” social.

Em 2007, iniciou-se outra etapa profissional com o trabalho na Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvido pelo Serviço Social da Indústria (SESI) com atuação no Programa Educação do Trabalhador desenvolvido em parceria com empresas da região de Criciúma. As aulas ocorriam no próprio local de trabalho para os funcionários da empresa SEARA Alimentos, uma das maiores do ramo em Santa Catarina. Percebia-se o esforço para os estudantes frequentarem as aulas (que ocorriam três vezes por semana no período noturno). Após extenuante jornada de trabalho, muitos sequer tinham forças para se manter concentrados nas aulas. Na grande maioria, eram trabalhadores que não tiveram condições de completar seus estudos na idade apropriada, principalmente devido à necessidade de sobrevivência imposta pelo sociometabolismo do capital³. Nesse horizonte, a educação era tida como caminho para sair da condição subalterna e precarizada em que se encontravam, “acreditando que sua posição social se dev[ia] à falta de escolaridade e não às injustiças intrínsecas à própria sociedade capitalista”. (PARO, 1999, p. 111).

No ano de 2008, após aprovação no concurso público da Secretaria de Estado da Educação de Santa

³ O sociometabolismo do capital ou a produção e reprodução do capital constitui-se em um sistema “[...] poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé **capital, trabalho e Estado**. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas. Sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão [...], o sistema de sociometabolismo do capital constitui-se como um sistema incontrolável. Fracassaram, na busca de controlá-lo, tanto as inúmeras tentativas efetivadas pela social-democracia, quanto a alternativa de tipo soviético [...]. A sua conversão num modo de sociometabolismo incontrolável é decorrência das próprias fraturas [crises] e dos defeitos estruturais que estão presentes desde o início no sistema do capital”. (ANTUNES, 2011, p. 16, grifos nosso).

Catarina, como servidor público no Centro de Educação Profissional - CEDUP “Abílio Paulo” de Criciúma/SC, houve a possibilidade de conviver novamente com pessoas que viam na educação, nesse caso específico na educação profissional, uma possibilidade para superar as dificuldades impostas pelas profundas desigualdades sociais.

Para além da atuação profissional, o quadro de pobreza que se alastra pela sociedade brasileira sempre foi visto com muita apreensão por este pesquisador. Considera-se este um dos motivos que permitiram chegar ao objeto de pesquisa em voga, tendo a pretensão de entender e refletir sobre as suas influências no processo de escolarização. Tentando provocar análises mais de fundo sobre questões que assolam o contraditório universo educacional, acredita-se que por meio da pesquisa⁴ seja possível fazer vir à tona processos invisibilizados no quadro social atual.

É importante reiterar que ao longo de minha trajetória acadêmica sempre houve incômodo com a enorme desigualdade na distribuição de renda e os elevados níveis de pobreza que relega parte significativa

⁴ A respeito da atividade de pesquisa, encontramos em “A Ideologia Alemã” (MARX, 1998, p. 22-23), problematização sobre a crítica idealista e enaltecimento da importância do real conhecimento científico. Assim, “[...] é onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento dos seres humanos. [...] É nesse ponto que termina o fraseado oco ideológico e o saber real passa a ocupar o seu lugar. Essa concepção [histórico-dialética] traz consigo a necessidade de, ao longo do processo histórico, encontrarem-se dados em cada período de um resultado material, de uma relação, de um conjunto de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que ditam as próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um caráter específico”.

da população do acesso a condições de vida com pleno sentido de dignidade. Seguindo esse viés, tais indagações se circunscrevem desde a infância, sempre com tom questionador em relação às realidades sociais impostas; por vezes, com espírito transgressor/revolucionário.

Por ser de uma família de trabalhadores e ter estudado praticamente toda a vida acadêmica no sistema público de ensino foi possível ter a vivência da realidade que perpassa a vida dos milhões de brasileiros que são atingidos diretamente pela ineficácia ou inexistência de políticas públicas efetivas: hospital sem condições de atendimento; escola pública funcionando, por vezes, em condições precárias, com professores mal remunerados; famílias desassistidas.

Tal materialidade sempre me impulsionou a problematizar as estruturas sociais barbarizadas, o que acabou influenciando no movimento da pesquisa do mestrado e contribuindo para o desenvolvimento de ações crítico-reflexivas acerca do fenômeno hoje analisado, procurando desvelar o significado das palavras e dos conceitos, tentando compreender o que nomeiam ou escondem e que interesses articulam (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003). Portanto, abordar a temática da vulnerabilidade social na educação profissional por meio da análise do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) do IFSC se torna um desafio, principalmente em função das contradições que cercam o assunto. Para entendê-lo, adentrar-se-á em determinantes sociais que correlacionam forças no fenômeno da assistência estudantil.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Na atualidade, os problemas sociais em evidência, os quais também permeiam a educação, fazem parte do cenário da crise estrutural do capital⁵. Uma crise que acaba refletindo na totalidade do tecido social, manifestando-se visivelmente na barbarização que se espalha nas formações socioeconômicas do capitalismo contemporâneo. Netto (2013) argumenta que “uma face contemporânea da barbárie se expressa exatamente no trato que, nas políticas sociais, vem sendo conferido à questão social”. (p. 04). Nessa perspectiva, acerca dos programas sociais que na atualidade buscam tornar a pobreza tolerável, o autor argumenta que a forma de lidar com os problemas sociais não questiona a ordem de exploração vigente. Apenas lida com aspectos superficiais da questão social⁶, não abalando o *modus operandi* da elite dominante. Ocorrem pequenas mudanças paliativas que conservam o mesmo mecanismo que produz as desigualdades sociais.

Na mesma perspectiva, afirma que “a política social dirigida aos agora qualificados como excluídos não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência” (p. 24). É este caráter minimalista que constitui os

⁵ Mészáros (2013), mostra que as crises vivenciadas na atualidade nada têm de novas. Elas são crônicas e permanentes. Suas manifestações são o desemprego estrutural, a destruição ambiental e as guerras permanentes. O autor afirma que vivemos uma crise estrutural cada vez mais profunda, cuja superação está além das medidas paliativas para cobrir o endividamento global.

⁶ A questão social para Marx é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar. A análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite situar com radicalidade histórica a “questão social. (NETTO, 2013, p. 07-08)

vários programas que, por meio de transferências focalizadas de renda, têm sido difundidos em alguns países, principalmente os periféricos. Na medida em que não buscam efetivamente transformações estruturais, tais programas se cronificam como meramente emergenciais e assistencialistas.

Nesse cenário, a temática “vulnerabilidade social” se evidencia e ganha corpo a partir dos anos 90. Essa predileção vem sendo propalada, principalmente, por organismos internacionais, destacando-se a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial e CEPAL. Portanto, o conceito em questão constitui-se como eixo orientador para a disseminação dos programas sociais. (MONTEIRO, 2011)

Segundo a autora, o termo “vulnerabilidade social” é gestado pelos organismos multilaterais⁷, sendo amplamente disseminado como diretriz para intervenção dos Estados no fortalecimento de políticas públicas. Tal discurso encontra respaldo na teoria do capital humano, orientando os ajustes requeridos no âmbito da proteção social, tornando-se receituário aos países periféricos na organização das políticas sociais. Assim,

⁷ São entidades que têm por objetivo trabalhar para o “desenvolvimento” de áreas como: política, economia, saúde, segurança. Atuam com as seguintes orientações estratégicas: adotar normas comuns de comportamento econômico, político e social entre os países-membros; prever, planejar e concretizar ações em casos de urgência; realizar pesquisa conjunta em áreas específicas; prestar serviços de cooperação econômica. Exemplos: Banco Mundial, FMI, etc. Fonte: DECICINO, Ronaldo. Organizações internacionais. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/organizacoes-internacionais-conheca-as-principais-instituicoes-multilaterais.htm>> Acesso em: 03 jan. 2016.

[...] a concepção de vulnerabilidade não considera o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematiza a superação das suas contradições, na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais. Logo, toda a possibilidade de enfrentamento se dá dentro desta lógica, sem confrontar seus condicionantes. (MONTEIRO, 2011, p. 37)

Como servidor público que lida diariamente com questões dessa natureza, percebo que as ações institucionais do IFSC para o estudante caminham nessa direção, ou seja, no oferecimento de políticas assistenciais, em forma de auxílios focalizados para estudantes que se enquadrem em determinados grupos segmentados, mediante rigorosa e burocrática análise documental, com vínculo do educacional ao aspecto financeiro.

Conforme Resolução CONSUP/IFSC Nº 47/2014, o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) é o principal programa integrante da Assistência Estudantil do IFSC. Materializa-se na oferta de auxílios financeiros que pretende atender às “necessidades” de pagamento de despesas como, por exemplo, alimentação, material escolar e transporte de case até a instituição do estudante em “vulnerabilidade social”. O programa integra a política institucional do IFSC para permanência e êxito acadêmico, em que um auxílio financeiro em pecúnia é concedido ao estudante vulnerável por até 10 (dez) meses no ano.

Para que se conceda o auxílio, são analisados dez critérios: 1) Renda bruta per capita familiar; 2) Ocupação, trabalho e emprego por membro da família do estudante; 3) Situação patrimonial; 4) Moradia do estudante; 5) Saúde; 6) Transporte; 7) Acesso à educação por membro da família; 8) Participação em programas sociais; 9)

Ingresso por cotas; 10) Parecer social. (RESOLUÇÃO CONSUP/IFSC Nº 47/2014)

Mesmo estando atrelado à ajuda financeira ao estudante com dificuldades de manter-se frequentando a instituição, com início no ano de 2011 no IFSC, intrigam este pesquisador a temática da focalização do referido programa, bem como sua utilização como instrumento principal das ações de assistência no IFSC, carecendo de reflexão sistematizada e problematização conceitual a fim de cotejar posicionamentos hegemônicos atinentes ao programa. Há que se entender questões que ficam, muitas vezes, subsumidas em meio à rotina de trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessária a análise crítica da materialidade dos Programas de Assistência na educação federal, mais especificamente (para esta pesquisa) no âmbito do IFSC, devido à proximidade que possuo com a realidade do programa, sendo um dos pedagogos lotados na Coordenadoria Pedagógica do IFSC Campus Criciúma, a qual a assistência estudantil está vinculada. Assim, levantam-se os seguintes problemas e indagações de pesquisa: Quais os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a política de Assistência Estudantil do IFSC, materializada no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS)? Que questões perpassam as categorias “permanência” e “êxito” estudantil enaltecida pelo Programa PAEVS? Há contradições que permeiam sua institucionalização? Qual o direcionamento dado ao programa?

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas educacionais no capitalismo (e, conseqüentemente, a assistência estudantil propalada nas instituições de ensino) não estão exclusivamente comprometidas com as necessidades sociais, declara-se como hipótese deste projeto de pesquisa, que a política

de assistência estudantil difundida na contemporaneidade pode atuar como armadilha ideológica, a ser teoricamente desmontada, uma vez que ela obscurece a realidade por se expressar semanticamente como sendo sempre positiva. Na sequência dessa suposição inicial, acredita-se que a temática tem sido alvo de interesses discordantes entre os seus estudiosos, executores e destinatários.

Em suma, o problema de pesquisa anteriormente descrito, e que se constitui em motivo de estudo deste pesquisador, delimita-se no desafio teórico de descrever e analisar, com respaldo histórico, as propriedades e dinâmicas estruturais que circunscrevem o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social do IFSC, com as suas ambiguidades e contradições.

1.2 JUSTIFICATIVA

Nas palavras de Frigotto & Ciavatta (2003, p. 46), “em determinadas épocas, certas palavras são focalizadas e afirmadas e outras silenciadas ou banidas. Isso não é fortuito”. Este entendimento sugere que a atitude mais adequada a se propor é a de vigilância crítica, buscando revelar o sentido e o significado das palavras e dos conceitos, bem como compreender o que nomeiam ou escondem e que interesses articulam. Esta vigilância precisa ser aumentada em períodos históricos em que os conflitos e as disputas se intensificam.

Tal polissemia concorre significativamente para que seus conteúdos criem capilaridade no imaginário social, favorecendo a naturalização daquilo que é formulado e construído com o conseqüente obscurecimento do real. (RUMMERT, 2012). Desse modo, cotejar a temática da

“vulnerabilidade social” como programa assistencial no âmbito do IFSC, apresenta-se como desafio, uma vez que a controvérsia atrelada ao assunto se constitui um problema que, para ser compreendido, é necessário que se estabeleçam as redes de determinações sociais em que a relação assistência estudantil e “vulnerabilidade social” se encontra imbricada.

Nessa perspectiva, buscar compreender como a condição da “vulnerabilidade social” se relaciona com a política de assistência educativa dentro do IFSC, constitui-se em objeto de estudo significativo, pois permitirá refletir o significado atribuído ao Programa PAEVS, apontando indícios para o desvelar da relação estrutural entre os mecanismos que caracterizam a referida política pública assistencial, considerando a situação subalterna dos segmentos sociais beneficiados.

Segundo Paz e Oliveira (2012), sistematizar o conceito de políticas públicas sociais implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição. Sua conceituação e efetivação ganham força no cenário estatal, sendo permeadas por variados projetos de sociedade em disputa. A esse respeito, Yamamoto (2013) argumenta que merece destaque a concepção liberal que vem incorporando as políticas públicas voltadas à “administração ou gestão do risco social” diante de segmentos populacionais em “situação de vulnerabilidade”. Esta foi uma inflexão operada nas políticas de proteção social do Banco Mundial, a partir de 2000, com suporte acadêmico em teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck (2008) e Anthony Giddens (2005); Giddens e Pierson (2000), Giddens e Lash (2007), intelectuais da “terceira via”⁸.

⁸ De acordo com Groppo & Martins (2008), “[...] desde o final dos anos 1990, a Terceira Via vem sendo o principal discurso político-

A autora registra ainda que as diversas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de programas focalizados de combate à pobreza. As referências ao risco social, “vulnerabilidade” e à exclusão social são transversais à formulação e operacionalização das políticas sociais, tendo sido largamente incorporadas.

Para ser condizente com a perspectiva teórico-metodológica histórico-dialética, que tem como pressuposto analisar as nuances, as barreiras que podem dificultar a compreensão da realidade social e os elementos que a integram, não se pode deixar de levar em consideração a categoria totalidade/universal como aquela que pode oferecer elementos para o entendimento da complexidade das relações estabelecidas para o acesso às políticas públicas educacionais.

Relevante considerar que as recentes transformações do modo de ser e produzir a existência e as novas demandas contemporâneas vêm repercutindo nas condições de vida dos estudantes e familiares e impondo novos desafios para as políticas públicas na educação. Nesse contexto, diversos e contraditórios são os projetos para a área educacional, uns alinhados com projetos sociais que procuram fortalecer as condições de reprodução do que está posto, e outros que buscam inovações visando construir bases objetivas e subjetivas para a emancipação.

ideológico a referendar a práxis hegemônica das elites dominantes e dirigentes do capitalismo global. Trata-se de um renovado discurso que flexibiliza alguns dos dogmas do neoliberalismo predominante até então [...]” (p. 216). Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19251/11174> > Acesso em 12 jan. 2016.

Shiroma (2002) reflete que o discurso oficial sobre políticas públicas na atualidade apresenta nova formulação, tentando dissolver a tensão que contrapunha interesses econômicos e sociais; conceitos outrora antagônicos apareceram como complementares. Essa bricolagem⁹ pode ser observada em documentos de organismos internacionais multilaterais como a Cepal¹⁰, nos quais os termos educação, competitividade, eficiência e equidade foram costurados em um arranjo emblemático que forneceu o tom das políticas públicas. No início do século XXI, educação, cidadania e inclusão social passaram a ser vistas como imperativas às nações, pois se constituem em estratégias para conter os avanços da pobreza e seus problemas decorrentes, a fim de manter a coesão social.

E, nesse sentido, entende-se que pesquisar o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) no contexto da Educação Profissional, especificamente no IFSC, pode ajudar na compreensão dos projetos societários vigentes, quer para indagar seu ideário hegemônico e suas contradições, quer para refletir sobre alternativas possíveis de resistência contra-hegemônica.

⁹ Entende-se, no presente estudo, o termo “bricolagem” como sendo a criação e/ou modificação de termos, expressões ou conceitos por quem não possui credencial para tanto ou não domina os conhecimentos especializados da área, a fim de “harmonizar” os tensionamentos intrínsecos à sociedade capitalista.

¹⁰ É uma das cinco comissões econômicas das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas de promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana. Posteriormente, seu trabalho incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Santa Catarina, especificamente a partir da materialização do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Investigar o eixo norteador do Programa PAEVS difundido nos documentos oficiais do IFSC, cotejando seus pressupostos com o contexto societário atual;
- Caracterizar os processos e procedimentos que compõem o PAEVS;
- Identificar a materialidade histórica em que emerge a constituição do Programa PAEVS.

1.4 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DA PESQUISA: O METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E SEUS PROCESSOS SUBJACENTES

Durante dois séculos, o capitalismo, como sistema de produção social dominante, precisou de mudanças para reequilibrar-se. Entretanto, elas vieram para conservar o seu fundamento estrutural de sociedade de classe. Sob essas mudanças, surgem também novas representações, ideias, categorias, conceitos e “teorias” que obscurecem e mascaram a realidade econômica, social, cultural e educacional. (FRIGOTTO, 2009, p. 63)

Os sujeitos sociais, ao longo do processo sócio-histórico, inicialmente envolvidos em um sistema de **mediações de primeira ordem** (com a satisfação das necessidades básicas por meio da relação com a própria natureza e os seres humanos com algum grau de autodeterminação) passam a ser submetidos a um **sistema de segunda ordem**, com o “estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação que configuram o sistema de metabolismo societal do capital” (ANTUNES, 1999, p. 20)

A finalidade essencial do capital é “expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais [...] devem estar estritamente subordinados” (ANTUNES, 1999, p. 21). Assim, a total submissão das necessidades do ser humano à perpetuação do valor de troca tem se configurado como a marca mais notável do sistema de capital desde seu surgimento.

Segundo Mészáros (2002), dentre as condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem surgidas a partir do sistema de capital estão:

separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; personificação do trabalho e a consequente redução da identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias.

Assim, Antunes (1999) argumenta que

Cada uma das formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital. As funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam. (p. 22)

Registra ainda que o sistema de mediação de segunda ordem do capital tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé trabalho, Estado e capital, dimensões materialmente inter-relacionadas, “tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem esse sistema” (p. 22). Não basta, portanto, eliminar um ou até mesmo dois de seus polos, a exemplo da experiência soviética.

As mais profundas determinações do capital estão orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação, tendo um metabolismo social dinâmico e com alto grau de autossuficiência, não tendo limites para sua ampliação. É um sistema que se retroalimenta de suas próprias fraturas/defeitos estruturais, em que predomina a ausência de unidade, com antagonismos que predominantemente favorecem o capital sobre o trabalho.

O sistema capital é totalitário, “impondo seu critério de viabilidade em tudo, [...] favorecendo sempre os mais fortes sobre os mais fracos” (p. 25). Nesse processo de alienação, “o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, a um mero 'fator material de produção' -, subvertendo desse modo, não só a teoria mas também a

prática social mais palpável, a relação real sujeito/objeto” (p. 25).

Sendo um modo de metabolismo social totalizante e, em última instância, incontrolável, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva em que há grande diminuição do valor de uso das coisas, acentuando-se com a crise dos anos de 1970. Desse modo, o capital subordina o valor de uso (mercadoria vale pela sua utilidade) ao valor de troca (a mercadoria não vale pelo que é, mas sim pelo tempo e trabalho gasto para produzi-la). Assim, quanto mais aumenta a concorrência intercapitalistas, mais nefastas são suas consequências como, por exemplo, a precarização da força de trabalho e a degradação ao meio ambiente.

Com a perspectiva de uma profunda crise estrutural do capital dado seu caráter incontrolável, destrutivo e mundializado, é crescente nos países capitalistas avançados o desenvolvimento de mecanismos de administração de crises, como parte especial de ação do capital e do Estado com o objetivo de descolar e transferir as suas maiores contradições atuais, a exemplo das políticas neoliberais que se intensificam (com a desregulamentação dos direitos do trabalho e a “privatização” do Estado). Nesse sentido, partimos da hipótese que o Programa PAEVS assume características de política pública educacional que vai ao encontro do sistema que retroalimenta o capital.

1.4.1 Questão social e as políticas públicas sob a égide do capital

De acordo com Motta (2008),

[...] a relação entre pobreza e educação foi estabelecida desde a formação das

sociedades capitalistas como mecanismo de estabilidade política, visando a conter ameaças de ruptura da coesão social e instaurar a ordem necessária à reprodução do capital, e como fator de superação das condições de pobreza (não só de renda, mas também da pobreza moral e cultural) da classe trabalhadora. E, no decorrer do desenvolvimento do modo de produção e civilizatório capitalista, sofre vários ajustes operacionais e interventivos, conforme a conjuntura econômica e política. (p. 02)

A autora registra ainda que “[...] o debate sobre a questão social tem sido revigorado nas análises atuais, principalmente nos estudos sobre exclusão social” (p. 04). Isso decorre, basicamente, da intensificação da miséria e da pobreza e as novas expressões da questão social, que vêm à tona como consequência do predomínio do regime de acumulação baseado na hipertrofia do capital financeiro e na “doutrina” neoliberal, permeado por embates teóricos e analíticos.

Oliveira & Duarte (2005, p. 283) argumentam que “as políticas sociais, no Brasil, foram historicamente desenvolvidas em um contexto de muita contradição, marcado pela desigualdade no acesso e na extensão e pelo caráter fragmentário, setorial e emergencial na sua execução”.

Tais políticas no contexto brasileiro atual têm por finalidade primeira o alívio à pobreza e a retirada da condição de miséria daqueles que sequer conseguiram alcançar as mínimas condições de sobrevivência. Entretanto, mantêm-se os traços restritivos na forma de tratar as questões sociais no Brasil, uma vez que os avanços propostos na Constituição de 1988 foram logo alvo de reformas e que, na tão propalada modernização do país, persistiu o traço da era desenvolvimentista que

submete a política social à política econômica. (OLIVEIRA & DUARTE, 2005).

Nessa linha, os autores acima esclarecem que se passou a apoiar a atuação do Estado na área social voltada basicamente às camadas da população tidas como mais vulneráveis socialmente, ou seja, o Estado articulava políticas sociais focalizadas, atuando apenas (por meio de iniciativas compensatórias) nas consequências sociais mais extremas do capitalismo contemporâneo.

Encabeçam o grupo dos defensores das políticas focalizadas, as organizações internacionais Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais organismos multilaterais defendem concepções de pobreza limitadas ao corte de renda, por meio das chamadas linhas de pobreza e indigência. (MORENO, 2012).

O princípio de que partem é de que os recursos financeiros não são abundantes. Por isso, devem ser aplicados da forma mais eficiente e focalizada possível, acreditando que para atingir esse objetivo a política social deve ter caráter apenas distributivo. Portanto, são contrários a que o Estado seja agente redistribuidor, pois a consequência dessa política, segundo eles, seria a igualdade econômica, e isso geraria ineficiência econômica. (MORENO, 2012)

A esse respeito, a autora citada esclarece que

a perspectiva focalizada abandona a dimensão da universalidade inclusiva e opta pela gestão estratégica da pobreza. Este

paradigma parte do fortalecimento do princípio do aumento da capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza, enfatizando os beneficiários como sujeitos do processo, o que significa que a erradicação da pobreza passa por além da delegação do controle da implementação dessas políticas pelos próprios usuários, pela sua responsabilização. (2012, p. 61)

Dessa forma, os programas sociais focalizados centram sua atuação no tratamento compensatório dos efeitos da pobreza, agindo no controle parcial da miséria, fortalecendo a dissociação da questão social de seus determinantes estruturais, haja vista o sistema de diagnóstico de avaliação dos programas, que centra sua análise nas questões conjunturais e não estruturais. Essa forma de tratar a política social a afasta do caráter de direito, além de a despolitizar e a reduzir ao tecnicismo, fazendo dela um atributo individual para aqueles que do ponto de vista moral são considerados merecedores ou não. (MORENO, 2012)

As ações de enfrentamento da pobreza, via seus programas, são associadas às condições imediatas da vida do pobre e também à exigência de contrapartidas, ou condicionalidades, que são contrapartidas de uma ação do beneficiário em retorno à assistência recebida, utilizada com justificativa de tornar os sujeitos ativos e empreendedores. (p. 64) Tal prática visualiza-se na política do PAEVS pois, ao menos no discurso, exige-se a permanência e o êxito do estudante na instituição.

Paz & Oliveira (2012) anunciam que o conceito de políticas públicas pressupõe intrínseca relação com a proteção e a garantia de direitos, sejam eles os direitos individuais, sociais, econômicos, culturais, entre outros. Desse modo, há a necessidade de preservação dos

direitos, o que demanda do Estado sua proteção e realização, principalmente por vivermos em uma conjuntura social que degrada a condição de seres humanos – seres de direito.

Todavia, no contexto atual, tem tido destaque o projeto neoliberal de Estado que procura sustentar as condições do sistema de exploração humana submetida ao capital. Contudo, existem iniciativas contra-hegemônicas que buscam a emancipação dos sujeitos sociais. (SILVA, 2012a)

Na mesma linha, o autor citado analisa que, como contraponto às doutrinas de cunho neoliberal, é importante superar-se as abordagens de políticas públicas que se limitam a promover a focalização, uma vez que tais iniciativas fragmentadas acabam se constituindo em forma de promover a competição entre os pobres, sendo a descentralização usada como artifício para enfraquecer confrontos com potencial de transformação, com discurso vazio da igualdade social e de seu caráter essencialmente político.

Para Pochmann (2004), tornou-se extremamente desfavorável o mercado de trabalho, principalmente a partir da década de 1980, quando o país abandonou o projeto de industrialização nacional. De acordo com o autor, a piora da ocupação em geral atingiu decisivamente o segmento etário entre 15 e 24 a partir da década de 1990, com a ofensiva das políticas de corte neoliberal¹¹.

Nesse sentido, Frigotto (2012) explica que o capitalismo contemporâneo é marcado por uma espécie de “jovialização” da inclusão precária no trabalho”, ou seja, cresceu o número de jovens que precisam trabalhar cada vez mais cedo, como forma de ajudar seus pais e complementar a renda familiar, mas estes são inseridos de maneira precária nos postos de trabalho existentes.

¹¹ Para saber mais, ver Pochmann (1998; 2002).

Isso revela que o trabalho precoce e precário dos jovens da classe trabalhadora, longe de ser apenas uma questão conjuntural, faz parte do núcleo estrutural do capitalismo, sendo as contradições decorrentes disso cada vez mais profundas e destrutivas, principalmente quando focalizamos os países periféricos do sistema.

Assim, é preciso que haja, na visão de Silva (2012a) o reconhecimento da necessidade de políticas emergenciais que enfrentem os desafios conjunturais apresentados nesta sociedade e, ao mesmo tempo, o discernimento para a realização de reformas das estruturas que produzem as desigualdades sociais. Trata-se de trabalhar com políticas redistributivas e emancipatórias que permitam avançar um projeto de desenvolvimento nacional e de massa que altere a estrutura social produtiva do país.

Dito isso, em meio às profundas transformações vivenciadas na contemporaneidade e a algumas experiências de políticas de universalização, é necessário pensar o que vem sendo feito política e ideologicamente dos investimentos públicos no sentido de proporcionar um acúmulo de forças realmente transformadoras. O crescimento da rede federal de ensino profissionalizante e das universidades federais é uma oportunidade histórica para oxigenar o debate acadêmico e político, mobilizando a sociedade para a construção de alternativas emancipatórias e, por isso mesmo, para além do capital. (SILVA, 2012a)

Com fundamento em Rummert (2012) as políticas públicas sociais no âmbito da educação profissional têm potencial para confrontar o capital (com a necessidade de elevar o nível de subsistência da força de trabalho), assim como de fazer resistência diante da desestabilização surgida dos processos de correlação de forças. Isso

requer, por parte do Estado, permanentes estratégias para promover a emancipação social em sua estrutura.

1.4.2 Desigualdades sociais e os paradoxos das políticas de Assistência Estudantil

Segundo análise desenvolvida por Martendal (2012), a igualdade idealizada na Constituição do Brasil de 1988 tem no modelo neoliberal o seu reverso: a desigualdade. Assim, promove-se, estruturalmente, a desigualdade como condição de reprodução das situações sociais. Situações estas que operam desigualdades no âmbito da produção mas, também, da reprodução social.

A desigualdade social, nesse sentido, é fator cada vez mais presente no cotidiano brasileiro. Este fenômeno tem se caracterizado como marca que é capaz de congregar, em uma mesma localidade, diferentes grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos. Assim, a desigualdade social, na forma como se apresenta atualmente, corresponde, primeiramente, a uma crise estrutural que envolve, certamente, determinados valores e ideologias, mas que encontra sua matriz nas relações de produção, quais sejam nas relações sociais estabelecidas por meio do trabalho assalariado (OLDRINI, 2004; TONET, 2005).

A educação, como uma das mais importantes e elementares políticas sociais, assume, nesse contexto de reforma a que se assiste nos países latino-americanos, um caráter dual e contraditório. Ao mesmo tempo em que se afirma como uma política social de caráter universal (a ampliação da escolaridade e o crescimento do contingente de alunos atendidos nos sistemas e redes públicas, na maior parte dos países latino-americanos, é

um indicador desta tendência) ela tem sido orientada também pela lógica da focalização. Esta segunda orientação tem conduzido a política educacional a se concentrar em processos que asseguram o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola, como, por exemplo, as cotas para negros nas universidades públicas e os programas de distribuição de renda mínima, como o Bolsa-Escola. (OLIVEIRA & DUARTE, 2005)

Frigotto (2011), a respeito da focalização das políticas públicas adotadas na contemporaneidade, argumenta que

[...] o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil. (p. 245)

Nesse contexto, a assistência estudantil acaba sendo vista como uma ação pontual. Percebe-se que há certas limitações de tal política que a tornam fragmentada, sem cumprir o objetivo a que se propõe, podendo uma destas limitações ser bem delineada a partir de determinado fato que acontece: os auxílios “carregam” um teor de que só precisam deles aqueles alunos de baixa renda, e muitas vezes não é feito um trabalho envolvendo as outras nuances que possam levar o discente à procura da assistência estudantil. (PINHEIRO, 2013).

Sendo assim, a assistência estudantil pode ficar comprometida em sua essência, podendo ser notada apenas como “ajuda aos discentes pobres”, levando à

“secular vinculação da assistência com o conceito de pobreza absoluta” (PEREIRA, 2004, p.55). Tal autora defende ainda a necessidade de se “abordar o estigma do aluno bolsista, a importância da escuta a estes alunos e da reflexão da assistência como direito de cidadania” (PEREIRA, 2004, p. 70).

Nascimento (2011) explicita que é inegável que a política de assistência estudantil foi um ganho para a educação, porém, ela está condicionada aos interesses dos grandes organismos multilaterais (uma das exigências do Banco Mundial (BM), por exemplo, é o aumento da escolaridade dos alunos pertencentes aos países periféricos), já que aquela se propõe a combater a evasão escolar, sem falar da necessidade de haver mais técnicos formados em determinadas áreas para que pudessem suprir a carência de mão de obra qualificada nas mesmas. Sendo assim, infere-se que a preocupação do Estado vai além da melhoria da educação, pois, para este, “o essencial das políticas públicas está voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização”. (BACELAR, 2000, p. 262).

Central para refletir sobre tais questões é pensar que as decisões políticas no Brasil historicamente estiveram em consonância com as requisições feitas ao país pelos grandes organismos responsáveis pela movimentação da economia externa. (NASCIMENTO, 2012)

Nessa perspectiva, a autora pondera que levar em conta tais considerações significa compreender as questões estruturais que perpassam os desafios postos às Políticas de Educação, em especial, a Política de Assistência Estudantil. Desse modo, buscar respostas para tais desafios é situar as Políticas Sociais em uma discussão mais ampla, que nos remonta ao pensamento social brasileiro: ao continuísmo como traço marcante do

sistema político, que historicamente foi conduzido por uma burguesa comprometida com os interesses do grande capital.

Nascimento (2012) indaga ainda: qual é o papel desempenhado pela Política de Assistência Estudantil? A esse respeito, pressupõe que o seu desenho atual e a forma como vem sendo operacionalizada pelas Instituições Federais, permite que esta política de forma estratégica também seja funcional a um modelo educacional que segue as diretrizes de organismos multilaterais de posição central na economia mundial.

1.5 METODOLOGIA

Na presente pesquisa, realizamos um estudo do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) envolvendo a análise de documentos norteadores da política do PAEVS, tanto as normativas internas quanto as legislações aplicadas à temática. Com fundamento em Evangelista (2012), o movimento de leitura e análise dos documentos selecionados é norteado pelas seguintes questões: a) *Identificação dos vocábulos ou expressões que compõem a fonte. Quais o(s) conceito(s)-chave em torno do(s) qual(is) se estrutura o documento?;* b) *Qual a diferença entre a objetividade do documento e a da realidade propriamente dita?;* c) *O que a fonte proclama, explícita? O que silencia, oculta? Por quê?;* d) *Qual a compreensão de mundo trazida na fonte?;* e) *Quais suas incoerências, paradoxos, contradições?;* f) *O que o documento continua? O que propõe? O que põe em debate?;* g) *Quais os projetos litigantes e os interesses que os constituem?;* h) *O que o determina estruturalmente? O que é aparência?.* Compreendemos, nesse sentido, que o real

não é dado *a priori*, mas requer esforço teórico, disciplina e ação refletida sobre o fenômeno para que sua essência possa aparecer. (Evangelista, 2012)

Com fundamento em Pereira (2013), a relação investigada entre as compreensões idealizadas e concretas do Programa PAEVS e o seu real desenvolvimento, é tratada metodologicamente como um fenômeno complexo e contraditório que, conforme Ianni (1986) é possível revelar mediante reflexão rigorosa e persistente, para além das suas aparências.

Nesse sentido, identificamos e selecionamos referências ao termo assistência estudantil em dissertações e teses, bem como em artigos; documentos oficiais do IFSC e governo federal; ordenamentos legais. Entre o acervo consultado destacam-se: Relatório do Banco Mundial; publicações e documentos do Governo Federal brasileiro; Legislações específicas; normativas internas do IFSC; editais do Programa PAEVS; além de resultados de estudos científicos e acadêmicos.

O conjunto de dados obtidos obteve tratamento analítico qualitativo compatível com a particularidade do método histórico dialético, contextualizando a abrangência e a temporalidade da base empírica. Os documentos foram tomados como produções históricas edificadas em meio a redes de determinações sociais em correlação de forças. Assim, em um primeiro momento, focamos nos principais conceitos enaltecidos por cada documento. Em seguida, procuramos relacionar os objetos empíricos entre si, na busca por pistas que revelassem, além do período da produção documental, os seus fundamentos teóricos de sustentação.

Com fundamento em Shiroma (2005), a análise documental acerca da Assistência Estudantil que permeia a presente pesquisa parte do pressuposto de que “os termos empregados nos documentos de política

educacional não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis” (p. 430). Sua implementação requer certa tradução e interpretação de acordo com as vivências e os jogos políticos que perpassam a área da educação; tal processo coloca para os pesquisadores a atividade de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória. Tomando a política como processo, uma contribuição para a análise de documentos parece vir da exploração das contradições internas às formulações, uma vez que os textos evidenciam vozes discordantes, em disputa. É nesse contexto de disputas que a “hegemonia discursiva”¹² se constrói. Assim, não se aborda o texto como ponto de partida absoluto, mas como objeto para interpretação.

Para a realização da presente pesquisa contamos com o apoio de problematizações que emergem do materialismo histórico dialético, por ser um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. As principais significações da “concepção materialista da história” de Marx são: 1) a negação da autonomia e, portanto, do primado das ideias na vida social; 2) o compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta, em oposição à reflexão filosófica abstrata; 3) a concepção da centralidade da práxis humana na produção e a reprodução da vida social; 4) a ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação

¹² De acordo com Fairclough (2010), o conceito de 'hegemonia' pode ser empregado na análise de ordens de discurso. Uma estruturação social específica pode se tornar **dominante**, mas pode ser contestada no contexto das disputas por hegemonia. A ordem de discurso não é um sistema fechado, mas aberto, posto à prova nas interações concretas. Disponível em:

<<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/625/591>>
Acesso em: 09 jan. 2016.

das relações sociais, na história humana; 5) crítica à economia política. (ALVES, 2010).

As categorias da contradição, aproximação da totalidade, reprodução, mediação e hegemonia permitiram análises significativas para a presente pesquisa. A esse respeito, Cury (1986) argumenta que “[...] as categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações” (p. 21). São, portanto, relações essenciais, objetivas, cuja compreensão possibilita o desvendamento do fenômeno e o alcance de sua estrutura. Como expressão conceitual, elas não são neutras, pois expressam certos meios mais abrangentes de uma realidade.

Registramos que a pesquisa que faz uso do método histórico-dialético analisa os fenômenos de estudo em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, colocando-os na perspectiva de aproximação da totalidade concreta. Nessa perspectiva analítica o pesquisador procura colocar em movimento o objeto de estudo para relacioná-lo com as determinações para além da aparência imediata. (BEHRING, 2011)

O pesquisador, assim, não pode deixar-se enganar por ilusões presentes no objeto de estudo, procurando chegar à essência do fenômeno. É nessa perspectiva que se insere a análise do PAEVS neste trabalho. Compreendemos, desse modo, que as políticas sociais e seus diferentes programas não podem ser analisados somente a partir de sua expressão imediata e isolada. Ao contrário, devem ser analisadas na contradição entre fenômeno e essência. (BEHRING, 2011)

Com fundamento em Behring (2011), o estudo do PAEVS (como programa inserido nas políticas públicas) buscou relacioná-lo às suas determinações sociais, assumindo um caráter histórico-estrutural e considerando

alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento, a saber: a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação predominantes; o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais; o papel dos sujeitos sociais em correlação de forças.

A pesquisa envolveu também levantamento bibliográfico/balanço das produções acerca da temática em evidência, uma vez que busca compreender as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema em questão, ou seja, buscar nas diversas literaturas já produzidas, subsídios para analisar os instrumentos metodológicos que estão sendo utilizados no Programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFSC.

1.6 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

No primeiro capítulo da dissertação, apresentamos a introdução da pesquisa, a qual é composta de: problema e justificativa; objetivos; elementos teóricos importantes para sua compreensão, bem como a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, realizamos um balanço da produção acadêmica sobre a Assistência Estudantil nas instituições de ensino brasileiras (período de 2003-2015). Apontamos, como os autores trabalham a temática, cujos resultados são apresentados do seguinte modo: seleção e coleta das fontes; apresentação da produção acadêmica selecionada; análise do material compilado; considerações em construção.

No terceiro capítulo, trazemos à tona elementos para compreender a base na qual o programa PAEVS está inserido, refletindo sobre: (I) a situação brasileira e seu processo de inserção subalterna como país de

capitalismo dependente; (II) o processo de expansão vivenciado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; (III) a temática “Vulnerabilidade Social”, com breve resgate de sua expressão na atualidade.

No quarto capítulo, entramos na análise específica do programa PAEVS como expressão fenomênica da assistência estudantil no IFSC. É feito, nesse sentido, um mapeamento de seus documentos norteadores, editais, atas do Conselho Superior da instituição. O capítulo é composto pelas seguintes seções: (I) o fenômeno da assistência estudantil no IFSC; (II) O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social; (III) Fundamentos norteadores da Assistência Estudantil e do Programa PAEVS: reflexões para o debate.

Nas considerações finais, apresentamos uma síntese das reflexões propostas ao longo da pesquisa, retomando seus objetivos e questões norteadoras, compondo um quadro teórico a respeito das discussões colocadas inicialmente e apresentando nossas perspectivas futuras em relação à temática investigada.

Apresentamos em cada início de capítulo uma imagem reproduzida de telas da artista Tarsila do Amaral, que em 1933 deu início à pintura social no Brasil, retratando de modo enfático e com grande sensibilidade estética, os problemas sociais que assolam parte significativa da população brasileira.

Acreditamos que as imagens conseguem traduzir com profundidade as desigualdades sociais ainda vigentes, constituindo-se em denúncia e resistência aos princípios dominantes nas políticas públicas contemporâneas.



AMARAL, Tarsila do. **2ª Classe**, 1933. Óleo sobre tela, c.i.e. 110 x 151cm. Reprodução fotográfica de Romulo Fialdini.

2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA 2003-2015

Subiu a construção como se fosse máquina,
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas,
Tijolo com tijolo num desenho mágico, seus
olhos embotados de cimento e lágrima.

Chico Buarque

Pretendemos, ao longo deste capítulo, identificar na produção acadêmica brasileira (período entre 2003 e 2015) como a temática da Assistência Estudantil vem sendo discutida nas instituições de ensino brasileiras, principalmente as públicas, e o que os pesquisadores argumentam sobre sua relação com as questões sociais mais amplas nos marcos temporais que correspondem aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e início de seu segundo mandato.

A escolha do recorte temporal foi motivada no sentido de identificarmos se houve ruptura ou continuidade em relação à ofensiva neoliberal característica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nesse sentido, queremos apontar como os autores problematizam a temática e desenvolvem seus trabalhos, mostrando relações entre a Assistência Estudantil como política educacional e a política de organismos internacionais como o Banco Mundial que, por sua vez, acabaram condicionando as ações governamentais nos últimos 13 anos, no campo das políticas sociais. Os resultados são elencados no capítulo da seguinte forma: 2.1) seleção e coleta das fontes; 2.2) apresentação da produção acadêmica selecionada; 2.3) análise do material compilado, 2.4) considerações em construção.

2.1 SELEÇÃO E COLETA DAS FONTES

Para fazer o presente balanço da produção científica, realizamos o processo de seleção de pesquisas acadêmicas produzidas relacionadas ao tema no recorte temporal escolhido, isto é, entre os anos de 2003 e 2015, sobretudo aquelas que articulam a política de Assistência Estudantil, especificamente o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com as ações públicas governamentais do referido período. Consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), além de Periódicos indexados à base da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) bem como busca eletrônica de artigos científicos disponibilizados no Google acadêmico. Utilizamos como parâmetro de busca o descritor “Assistência Estudantil”, focando títulos, palavras-chave e resumos.

No Banco de Teses e Dissertações da Capes e nos periódicos, usamos o sistema de busca apresentado pelo próprio site. Nos Anais das Reuniões Anuais da Anped, pesquisamos os artigos dos seguintes Grupos de Trabalho: Estado e Política Educacional (GT-5); Trabalho e Educação (GT-9); Política de Educação Superior (GT-11). Privilegiou-se para procura os artigos da 33.^a (2011) a 36.^a (2013) Reunião Anual, justificando-se o recurso temporal pós-edição do Decreto 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas instituições públicas federais. Porém, não foram encontrados trabalhos que contivessem em seus títulos, resumos e/ou no texto o descritor procurado.

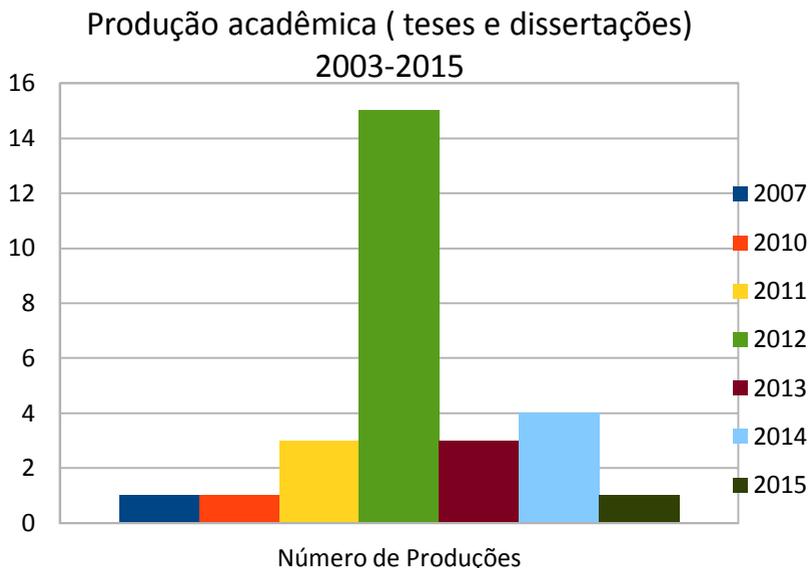
Após apreciação dos 34 trabalhos selecionados (dentre eles 27 dissertações, 01 tese e 06 artigos), percebemos que as pesquisas são oriundas de diferentes áreas do conhecimento. Para definir essas áreas, foram considerados os programas de pós-graduação, com suas teses e dissertações, e as áreas descritas pelos periódicos, no que diz respeito aos artigos. Contudo, há predomínio de duas delas: Serviço Social e Educação.

Vale registrar que o assunto não é pesquisado predominantemente na área da educação, tendo maior número de produção no campo do Serviço Social. Nas dissertações, a produção acadêmica tem um pico em 2012, no primeiro mandato do Governo Dilma, possivelmente em decorrência do Decreto Nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). As 28 dissertações/teses defendidas estão vinculadas, predominantemente, às instituições públicas (19), seguidas por 09 produções oriundas de instituições privadas, totalizando quinze Estados brasileiros envolvidos. A região Sul e Sudeste predominam, seguidas por Nordeste e Centro-Oeste.

2.1.1 Teses e Dissertações

A coleta e seleção das teses (01) e dissertações (27), encontradas entre 2003 e 2015, oferecem as informações a seguir.

Gráfico 01



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Capes (2015); IBICT (2015).

A produção sobre a temática se concentra nas dissertações, no primeiro mandato do Governo Dilma (2010-2015), com pico no ano de 2012, tendo 15 publicações nesse ano. Uma das hipóteses para tal materialidade se refere ao tempo da produção, uma vez que as dissertações levam, em média, dois anos para serem produzidas e publicadas, enquanto as teses podem extrapolar os quatro anos. Assim, inferimos que seu fomento atingiu o ápice dois anos após o lançamento do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010). O Quadro a seguir sintetiza as informações

Quadro 1: Dissertações selecionadas pelo descritor “Assistência Estudantil”, 2003-2015

Ano	Título	Autor (a)	IES	Área
2007	Assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina.	FINATTI, Betty Elmer.	UEL	Mestrado em Serviço Social e Política Social
2010	A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil.	COSTA, Simone Gomes.	UFRGS	Mestrado em Sociologia
2011	Avaliação da Política de Apoio ao Estudante desenvolvida pela Unirio: O Projeto de Bolsa Permanência	ARAUJO, Jair Claudio Franco de.	Cesgranrio	Mestrado Profissional em Avaliação
2011	Gestão de Processos Pedagógicos no Proeja: Razão de Acesso e Permanência	NORO, Margarete Maria Chiapinotto.	UFRGS	Mestrado Acadêmico em Educação
2011	A Assistência Estudantil como Política Social no Contexto da Ufpel: Concepções, Limites e Possibilidades	GONÇALVES, Vivianne Satte Alam.	UCPel	Mestrado Acadêmico em Política Social

2012	A Política de assistência estudantil e o Programa Nacional de assistência estudantil: o Caso da Universidade Federal de Itajubá	FERNANDES, Nidia Gizelli de Oliveira.	USP	Mestrado em Educação
2012	Assistência estudantil na Educação Superior Pública: O Programa de Bolsas Implementado pela Universidade Federal do Rio De Janeiro	MENEZES, Simone Cazarin de.	PUC - RJ	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
2014	O Programa Nacional de assistência estudantil (Pnaes) e sua Contribuição Para a Efetivação do Direito de Acesso e Permanência à/na Universidade: o Caso da Ufpb	MARIZ, Suellem Dantas.	UFPB	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
2012	O Processo de Trabalho do (a) Assistente Social na Universidade Pública: Análise Da Política de assistência estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite.	UERJ	Mestrado Acadêmico em Serviço Social

2012	A Política de assistência estudantil e a Contrarreforma Universitária: Estudo Sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará Ufc	COELHO, Monica Josiane.	UFC	Mestrado Acadêmico em Educação
2012	Os (des)caminhos Da Política De assistência estudantil e o desafio Na Garantia de Direitos	KOWALSKI, Aline Viero.	PUC- RS	Doutorado em Serviço Social
2012	Assistência estudantil na Ufmt: Trajetória E Desafios	CAMPOS, Denise Pereira de Araujo.	UFMT	Mestrado Acadêmico em Política Social
2012	Assistência estudantil como Política Pública na Rede Federal de Educação Profissional: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	PEREIRA JUNIOR, Ademar Bernardes.	UFF	Mestrado Acadêmico em Política Social
2012	A assistência estudantil no Ensino Superior: Uma Análise Sobre as Políticas de Permanência das	SILVEIRA, Miriam Moreira da.	UCPel	Mestrado Acadêmico em Política Social

	Universidades Federais Brasileiras			
2012	Evasão estudantil nos Cursos de Matemática, Química e Física da Universidade Federal Fluminense: uma Silenciosa Problemática	MACEDO, Claudia.	PUC - RJ	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
2012	A Política de assistência estudantil no Contexto de Expansão do Ensino superior: as particularidades da Pós-graduação na UFRN.	SILVA, Maria Lucia da.	UFRN	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
2012	A assistência ao Estudante no Contexto da Expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão: Avaliação do Processo de Implementação	ABREU, Edna Maria Coimbra de.	UFMA	Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas
2012	Programa de Atendimento a Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social: Aproximações Avaliativas sobre	MARTENDAL, Luciana.	UFSC	Mestrado em Serviço Social

	sua Implementação e Gestão			
2012	Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas: um Estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 2003 A 2010	SOUZA, Debora Juliana Nepomuceno de.	UCDB	Mestrado Acadêmico em Educação
2012	A assistência ao Estudante nas Ifes em Contexto Brasileiro: o Programa Saudavelmente da Procom-Ufg	RAMOS, Lila de Fatima de Carvalho.	PUC - GO	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
2013	A assistência estudantil e as cotas sociais nas universidades estaduais do nordeste: as faces do acesso ao direito.	DUARTE JÚNIOR, Nestor Gomes.	UFRN	Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social
2013	Tensões de um assistente social na assistência estudantil do CEFET/MG Nepomuceno.	SILVEIRA, Maria Coelho da.	Universidade Federal de Lavras	Mestrado Profissional em Educação
2013	Da legislação à prática: uma análise do programa auxílio	PARENTE, Andréa Pinto Graça.	UnB	Mestrado Profissional em Educação

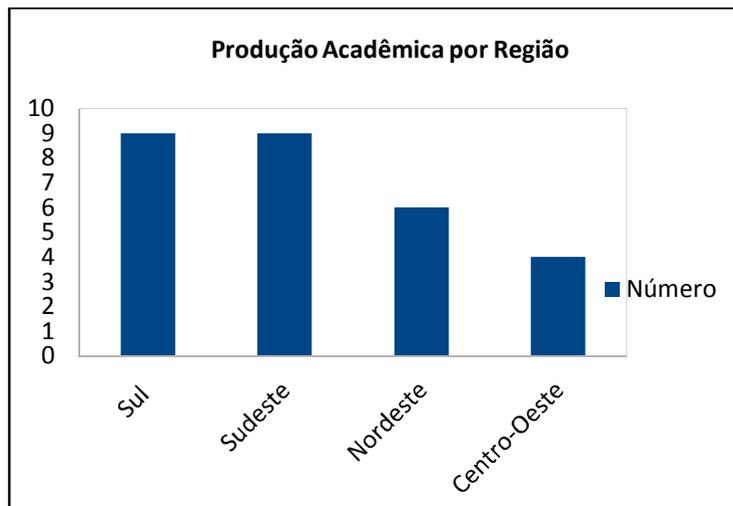
	permanência, da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social			
2014	Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: Uma Análise Inicial do Programa Bolsa Estudantil	STOLF, Franciele	UFSC	Mestrado em Educação
2014	O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAE: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).	MARQUES, Sebastião Rodrigues.	UFPA	Mestrado em Serviço Social
2014	A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior.	GRAEFF, Betina Alves.	PUCRS	Mestrado em Serviço Social

2014	Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.	GAZOTTO, Mireille Alves.	UNESP	Mestrado em Serviço Social
2015	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira.	Betzek, Simone Beatris Farinon.	Unesp	Mestrado em Educação

Fonte: Banco de Teses/Dissertações CAPES (2015); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações IBICT (2015).

Observamos que a discussão sobre a temática da Assistência Estudantil se concentra entre pesquisadores das regiões Sul e Sudeste do país, com nove pesquisas cada. Em seguida, aparecem as regiões do Nordeste (06) e Centro-Oeste (04), respectivamente. O gráfico a seguir, apresenta a produção acadêmica por região no país.

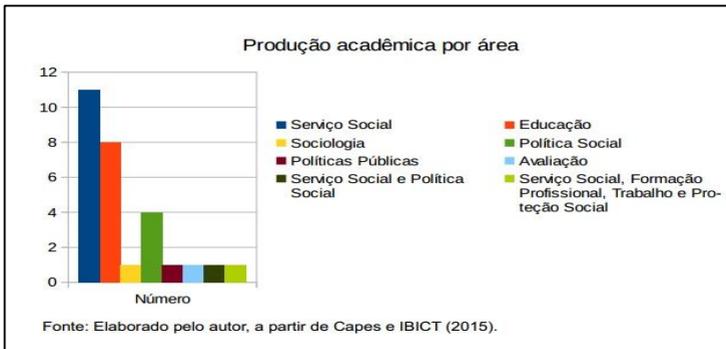
Gráfico 02



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Capes e IBICT (2015).

No que se refere às áreas dos Programas de Pós-graduação em que as publicações se encontram vinculadas, há predominância de pesquisas na área do Serviço Social (11), seguida pela Educação, com 08 produções. O gráfico, a seguir, apresenta em detalhes as áreas em que a pesquisa sobre a Assistência Estudantil se concentra.

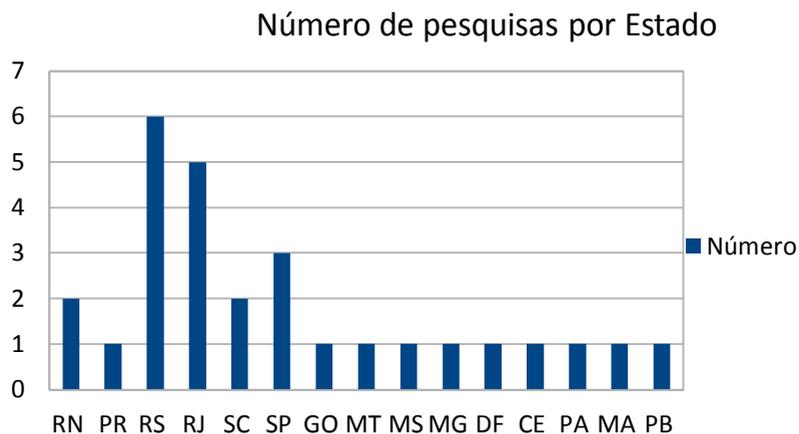
Gráfico 03



As produções selecionadas discutem a Assistência Estudantil e trabalham com conceitos como “vulnerabilidade social”, “políticas focalizadas”; “políticas universais” e “inclusão social na universidade”. Apresentam, ainda, pesquisas sobre as Instituições de Ensino Superior a partir da criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). São 28 intelectuais envolvidos nessa produção. Quanto à tese, a pesquisa selecionada foi produzida em 2012, intitulada “Os (des) caminhos da Política de assistência estudantil e o desafio da garantia de direitos”, da PUC-RS, localizando-se no campo do Serviço Social.

No que diz respeito à distribuição geográfica da produção por Estado, é verificado que o Rio Grande do Sul apresenta o maior número de pesquisas, totalizando seis produções, incluindo a única tese sobre a temática da Assistência Estudantil. Em seguida, aparece o Rio de Janeiro, com cinco produções e o Estado de São Paulo, com três trabalhos. Santa Catarina aparece na quarta colocação, empatada com o Rio Grande do Norte. A seguir, o gráfico mostra em detalhes a produção acadêmica das dissertações/tese por Estado.

Gráfico 04



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Capes e IBICT (2015).

2.1.2 Artigos

O levantamento dos materiais ocorreu em periódicos indexados ao Scielo, Anais das Reuniões Anuais da Anped e Google Acadêmico. Após triagem, é visto que os seis artigos selecionados relacionam-se às seguintes áreas de conhecimento: Políticas Públicas, Educação, Serviço Social e Administração, com prevalência de estudos no campo do Serviço Social. O Quadro a seguir mostra os textos selecionados, autores e área de concentração.

Quadro 2: Artigos selecionadas pelo descritor “Assistência Estudantil”, 2003-2015

Ano	Título	Autor (a)	Periódico	Área
2007	Tendências da Política de Assistência ao Estudante no Contexto da Reforma Universitária Brasileira.	ARAÚJO, Fabrícia Silveira; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo.	III Jornada Internacional De Políticas Públicas	Políticas Públicas
2011	Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um Estudo com Egressos da Ufmg	VARGAS, Michely de Lima Ferreira	Avaliação - Campinas	Educação
2012	Política De Assistência Estudantil: Direito Da Carência Ou Carência De Direitos?	LEITE, Janete Luzia	Ser Social	Serviço Social
2013	As Políticas De Assistência Estudantil: Experiências Comparadas Em Universidades Públicas Brasileiras	ASSIS, Anna Carolina Lili de [et. al.]	Revista Gestão Universitária Na América Latina - Gual	Administração
2013	A Assistência Estudantil para o Proeja nos Institutos Federais: implementação e	TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima	Revista EJA Em Debate	Educação

	perspectiva de continuidade			
2014	Ensino Superior Público Brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão	FREITAS, Leana Oliveira; SANTOS, Gabrielle	Argumentum	Política Social, Estado e Sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SciELO, Anped e Google acadêmico (2015).

2.2 APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SELECIONADA

Gonçalves (2011) desenvolve estudo em que analisa a concepção dos moradores da Casa do Estudante (CEU) da UFPel, sobre as Políticas de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pelotas, enfocando os alunos participantes dos programas de moradia, transporte e alimentação. Sua pesquisa é de natureza qualitativa, norteando-se pela perspectiva crítica dialética. O processo investigativo, realizado com 64 moradores da Casa do Estudante da UFPel, usou como principal instrumento a entrevista semiestruturada.

Os resultados apontados por Gonçalves (2011) indicam que os Programas de Assistência Estudantil configuram-se para os sujeitos da pesquisa uma grande oportunidade para permanecer na Universidade e concluir um Curso Superior, sendo a alternativa principal para conclusão do curso. Os estudantes consideram que os programas permitem o apoio para terem acesso à Universidade e novas oportunidades de ascensão social, sendo políticas inclusivas. Consideram que os assistentes sociais responsáveis pelos programas devem disponibilizar mais tempo para interação com os usuários.

A autora ratifica em sua pesquisa a necessidade de se ampliar as Políticas de Assistência Estudantil e o número de vagas nos programas devido ao aumento de vagas na UFPel. A maioria dos entrevistados caracteriza a Assistência Estudantil como ajuda, apoio e poucos a ressaltam como um dever do Estado, direito social dos estudantes.

Por sua vez, Fernandes (2012) busca analisar a política de assistência estudantil e sua materialização (abrangência e efetividade) na Universidade Federal de Itajubá, antes e depois do Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Para tanto, delinea uma investigação em torno do programa de assistência estudantil da referida universidade. A autora acredita que essa política é capaz de promover alguma redução da desigualdade social a partir da garantia da permanência do aluno no ensino superior público federal.

Com vistas a respaldar seu estudo, a autora busca alicerçar a discussão inicialmente na historicidade do ensino superior e da universidade no Brasil, apresentando as resistências sofridas nesse processo, os incentivos, as ideologias que permearam alguns dos momentos até culminar nas políticas de incentivo de acesso e de permanência no ensino superior, prioritariamente aquelas verificadas entre 1990 e 2010. A assistência estudantil também é discutida de forma conceitual, contrapondo-a ao conceito de assistência social, já que durante a pesquisa a autora verifica alguns equívocos em relação a esses termos. Além disso, a pesquisa constata, lançando mão de levantamento de dados sobre a assistência estudantil, entrevistas junto aos gestores, aplicação de questionários junto aos alunos, que o PNAES é consequência de um longo processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis,

Menezes (2012) trata do tema assistência estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro, entendendo-a como um importante instrumento para a efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade e que, por si só, não propicia a democratização do acesso, especialmente quando se considera estudantes que sofrem as consequências das desigualdades sociais.

Conforme a autora, a atual política que visa à reestruturação das instituições federais de ensino superior conduziu a assistência estudantil para uma dimensão ampliada em suas ações e definiu a sua prioridade para os estudantes cuja condição socioeconômica, muitas vezes, impede a sua permanência na universidade. As ações de assistência estudantil vêm sendo implementadas pela UFRJ há décadas e não sofreram alterações em seu formato ao longo desse tempo, apesar das mudanças ocorridas no contexto da educação superior, em especial nas universidades federais.

A pesquisa desenvolvida por Menezes (2012) tem como objetivo identificar de que forma a bolsa de assistência estudantil contribui para permanência do aluno bolsista da UFRJ. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes selecionados para uma das modalidades de bolsas de assistência estudantil. Com referencial crítico-reflexivo, o estudo teve a intenção de oferecer subsídios para que o programa de bolsas de assistência estudantil implementado pela UFRJ esteja alinhado às necessidades dos alunos e ao alcance dos objetivos preconizados pela assistência estudantil, ou seja, a permanência e conclusão de curso com bom aproveitamento acadêmico.

Mariz (2014) analisa quais os desdobramentos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na

assistência ao estudante da UFPB, identificando os avanços e/ou retrocessos para a efetivação do direito de acesso e permanência à universidade. A autora optou pelo método dialético para guiar o processo de investigação/análise. A partir da pesquisa, Mariz (2014) constata que, no Brasil, a Política de assistência estudantil vem sendo operacionalizada como as demais políticas sociais, com fortes rebatimentos do ideário neoliberal e da contrarreforma do Estado, que traz conseqüentemente um novo modo de gestão estatal, no qual os direitos sociais não devem ser de responsabilidade do Estado, mas da sociedade civil. Constatamos também, no decorrer do estudo da autora, a realidade de mercantilização da política de educação superior brasileira. É uma realidade que salta aos olhos, sendo bastante visível de diversas formas nas IFES. Nesse sentido, a autora verifica inúmeras limitações para a operacionalização da política de assistência estudantil nas IFES: a restrição de recursos, de profissionais e em muitos casos a falta de vontade política em sua implementação.

Apesar da implantação do PNAES, ainda não é possível visualizar transformações significativas na assistência estudantil da UFPB. As condições de funcionamento dos programas de assistência ainda são bastante precárias e se restringem às questões básicas, moradia e alimentação. Assim, Mariz (2014) considera ser uma tarefa bastante complexa garantir a operacionalização da Política de Assistência Estudantil na perspectiva de efetivação de direitos. E o grande desafio é justamente transpor os sérios limites que permeiam essa política, os quais são e ainda serão fonte de muitos enfrentamentos na luta pela possibilidade concreta de consolidar e ampliar os direitos dos estudantes e conseqüentemente a política de educação superior.

Carvalho (2012) busca analisar as particularidades do trabalho do(a) assistente social na universidade pública brasileira. A universidade vem sofrendo os rebatimentos das mudanças impostas pelos processos de reestruturação capitalista e de internacionalização da economia em ampla expansão desde o final do século XX e a Política de Educação Superior vêm apresentando submissão às regras e ditames do mercado. Nesse sentido, a autora procura identificar as transformações da universidade pública brasileira na contemporaneidade; a análise da dinâmica da política de educação na área da educação superior; as particularidades do trabalho profissional no âmbito da política de assistência estudantil, já que essa é uma das principais requisições apresentadas aos assistentes sociais inseridos nesta área de atuação.

Para tanto, tomou por referência de estudo a experiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que possui uma marca histórica de desenvolvimento de ações na área de assistência ao estudante. Carvalho (2012) buscou examinar, através de uma pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com as profissionais da UERJ que atuam com ações de assistência estudantil, as novas configurações e particularidades para o processo de trabalho do assistente social neste contexto. Os principais resultados dessa pesquisa apontam que existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social e esses processos são organizados a partir da função política, ideológica e econômica do Estado no formato da prestação de serviços sociais.

Diante do contexto de redução dos direitos sociais conforme preconizado pela agenda neoliberal, segundo Carvalho (2012) a Política de Assistência Estudantil afirma-se no espaço universitário público, fazendo

interface tanto com a Política de Educação quanto com a Política de Assistência Social, e, portanto, compartilha das mesmas características das referidas políticas, a saber: ações pontuais, seletivas e focalizadas. Apesar da existência de um a Política Nacional de Assistência Estudantil PNAES, a prática da Assistência Estudantil no âmbito estadual encontra limites para a sua operacionalização e apresenta necessidade de articulação com outras Políticas, que devem ser apreendidas a partir de uma noção ampliada de Assistência Estudantil. Desta forma, a autora verificou que o processo de trabalho do(a) assistente social na universidade pública não prescinde das determinações que incidem sobre o mundo do trabalho e das condições objetivas que particulariza a educação superior.

Coelho (2011) analisa o programa de moradia universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC, como parte da política de assistência estudantil, inserindo-a no processo de contrarreforma da Educação Superior. Elegeu como objetivo central compreender a relevância desse programa na trajetória da assistência estudantil como direito social adquirido, observando a relação entre as necessidades reais dos estudantes e os serviços oferecidos pelo Estado. Para alcançar este objetivo, a autora partiu da análise da atual crise mundial do capital e das implicações para o ajuste estrutural do Estado, que avança desde os anos 1990 no Brasil, onde se presencia uma crescente negação de direitos à classe trabalhadora, além da constante privatização da educação, especialmente da educação superior. Destacam-se na referida análise os períodos históricos que compreendem os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – FHC e Luiz Inácio da Silva – Lula (2003-2010), focalizando algumas das medidas adotadas na história

mais recente das IFEs, como as parceiras público-privada, o PROUNI e o REUNI.

Em seguida, Coelho (2011) busca reconstituir a história da política de assistência estudantil no Brasil, identificando sua origem, avanços e recuos na implementação, chegando à recente elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Feito isto, a autora passa de modo mais específico, à política de assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará, examinando, especialmente, o Programa de Moradia Universitária da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa, além de teórica e documental, envolveu a aplicação de questionários com 111 estudantes moradores nas residências universitárias, no primeiro semestre de 2012.

Os estudos desenvolvidos por Coelho (2011) apontam que a sistematização de uma política nacional de assistência estudantil ocorreu muito tardiamente no País e atestam a importância da luta organizada dos estudantes. Além de ressaltar as limitações da política de assistência diante das necessidades dos estudantes, a autora defende a urgência de ampliação e fortalecimento da referida política em face do crescente empobrecimento da classe trabalhadora. A análise permite pôr em foco a promessa da democratização do acesso à educação superior pela suposta “mobilidade” permitida pelo exame Enem/Sisu.

Kowalski (2012) realiza estudo acerca da Política de Assistência Estudantil e a efetivação de direitos para os alunos que ingressam nas instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul. Sua pesquisa, de cunho qualitativo, com apoio em dados quantitativos, fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, e os referenciais teóricos se originam das áreas da Educação,

do Serviço Social e das Ciências Sociais. Como problema de estudo se apresenta: Como a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos alunos de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul? O objetivo central da pesquisa visou a investigar de que modo a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos alunos que ingressam nessas instituições.

Como fontes de estudo, Kowalski (2012) utiliza grupos focais com técnico-administrativos em educação, gestores e alunos da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de análises em documentos institucionais, como resoluções, legislações, relatórios de gestão, tabelas de orçamentos e históricos institucionais. Para discussão dos dados obtidos foi utilizada a análise de conteúdo, tendo como base os dados quantiquantitativos obtidos nas universidades federais e nos grupos focais. Os resultados permitem identificar que as medidas políticas adotadas pelos governantes nas últimas décadas rebatê na retração das políticas de educação superior para que se tornem mais diversificadas, flexíveis e competitivas com a contenção dos gastos, conforme as tendências do mercado.

Assim, para Kowalski (2012) a assistência estudantil, como parte desse contexto, materializa-se como uma política sob a constituição de fases distintas, as quais agregam vicissitudes históricas e políticas, advindas do processo de expansão acelerado e redemocratização do ensino superior público no Brasil. Os limites estão nos condicionamentos à equalização dos Direitos Humanos à educação que, em tempos de valorização de políticas neoliberais e da hegemonia dos mercados, associam a assistência estudantil à lógica de serviço e não de direito.

Desse modo, as possibilidades e os limites relacionados à garantia de direitos aos alunos nas instituições federais de ensino superior revelam, segundo Kowalski (2012), uma dinâmica entre o caminho e o descaminho na formalização da assistência estudantil no país, em que se possam ser desocultadas as tutelas assistencialistas do Estado, a lógica do mercado que incide na formatação dos programas e naturalização da questão social que, por meio da concessão de benefícios socioeconômicos na forma de bolsas faz com que perdue a concepção de efetivação e garantia de direitos.

Campos (2012) propõe em seu estudo reconstruir a trajetória da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 1970 a 2010. Com uma estrutura técnico-administrativa específica para o fim, a UFMT assiste com programas de bolsas, alimentação e moradia aos universitários, em especial os vulneráveis socioeconomicamente. Na visão da autora, a assistência estudantil visa a prover condições necessárias para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante a formação acadêmica, no intuito de prevenir a repetência, retenção e evasão.

Para o desenvolvimento da pesquisa, Campos (2012) recorre a fontes documentais e orais. Os relatórios de gestão, normativas, resoluções, matérias de jornais e informativos coletados nos acervos da instituição constituíram-se em fontes documentais. As entrevistas realizadas com pessoas que estiveram à frente do setor responsável pelas ações e programas de apoio ao estudante nas diferentes gestões da Administração Superior compõem as fontes orais. Por meio dos documentos, Campos (2012) pôde constatar que programas de bolsas e estágios são implementados na instituição desde 1972 e que, inicialmente, as ações de assistência se limitavam às bolsas remuneradas e

isenções de taxas intrainstitucionais. Posteriormente, foram criados o Restaurante Universitário, a Casa do Estudante Universitário, os programas de auxílio à alimentação, à participação em eventos, dentre outros, para dar suporte à vivência acadêmica e à conclusão do curso universitário. Com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010, foram ampliadas as possibilidades de execução dos programas em decorrência da disponibilização de recursos do Ministério da Educação para este fim dentro das Instituições Federais de Educação Superior.

Pereira Júnior (2012) examina o processo de implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Criado através do Decreto Federal nº 7.234/2010 e tendo como foco os estudantes de ensino superior das universidades federais, o PNAES foi estendido aos recém-criados Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no ano de 2010, cujo público é também constituído por alunos do ensino médio. Para além dessa especificidade, a implantação do PNAES nos Institutos Federais se depara, contudo, com uma série de questões que interferem no desenho local do programa, dentre elas: a estrutura disponível para promover a assistência estudantil; o perfil do corpo discente; as concepções sobre assistência estudantil e as prioridades da gestão de cada instituto.

Nessa perspectiva, para abordar a questão, Pereira Júnior (2012) realizou uma pesquisa de campo no IFSULDEMINAS, envolvendo levantamento documental sobre o programa e realização de entrevistas com gestores e profissionais diretamente vinculados à implantação do PNAES no IFSULDEMINAS. O autor concluiu que o ineditismo das ações do programa

caminha atrelado à necessidade de aprimoramento detalhado do processo, a fim de oferecer um programa assistencial que realmente alcance e atenda as necessidades e demandas.

Silveira (2012) analisa em seus estudos a política de assistência estudantil das universidades federais brasileiras. Com o objetivo de conhecer e refletir sobre as ações desta política, a autora realiza uma pesquisa, por meio de consulta nos sites das quatorze instituições federais criadas ou federalizadas durante o período de 2003 a 2010, identificando os serviços, projetos e programas existentes no que se refere à linha temática da Permanência. De acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil, para garantir a permanência é necessário que sejam ofertadas ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos e condições adequadas para o atendimento das pessoas com deficiência.

Os resultados encontrados por Silveira (2012) indicam que a grande maioria das universidades possuem ações neste sentido, prevalecendo programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar os gastos com moradia, alimentação e transporte. No entanto, são poucas as instituições que já possuem residências universitárias, e o restaurante universitário ainda não é uma realidade em todas as universidades. No que se refere a ações de saúde mental e física, assim como o acompanhamento de alunos com deficiência, identificaram-se poucas ações. A autora aborda ainda em seu trabalho a questão dos direitos sociais, da política pública de educação, em geral, e da educação superior, enfocando a questão das políticas de acesso ao ensino superior hoje. Também traz para discussão e reflexão o

trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais junto à política de educação.

Macedo (2012) apresenta como objetivo de sua dissertação conhecer os fatores que ocasionam a evasão escolar (por abandono de curso) no ensino superior, com enfoque específico sobre os Cursos de Licenciaturas em Matemática, Química e Física da Universidade Federal Fluminense no ano de 2009. Para contextualizar a pesquisa, a autora realiza um resgate da história do Ensino Superior no Brasil e da Assistência Estudantil no Ensino Superior, realizando ainda algumas reflexões a respeito do papel social da universidade e sobre as questões que permeiam o problema da evasão escolar no ensino superior.

No desenvolvimento do trabalho, Macedo (2012) utiliza-se de dados quantitativos e qualitativos. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas baseada em um roteiro previamente definido com 12 (doze) ex-estudantes, distribuídos do seguinte modo: 06(seis) Matemática, 03 (três) Química e 03 (três) Física. A autora diz que nas últimas décadas houve um aumento significativo de vagas para o ensino superior, o que possibilitou maior acesso aos estudantes às universidades públicas e privadas. No entanto, houve também um aumento do número de estudantes que não conseguiu, por diversos motivos, concluir os seus cursos.

Com base nessa situação, Macedo (2012) buscou identificar quais os fatores determinantes que levaram os estudantes entrevistados a abandonarem os seus cursos. No trabalho, também foi elaborado o perfil do estudante evadido considerando suas características socioeconômicas e educacionais atuais e, ainda, identificado o grau de participação dos estudantes evadidos nos programas de bolsas acadêmicas ou da assistência estudantil visando à permanência dos

mesmos na universidade. A autoria conclui que são vários os motivos que provocam a evasão nos cursos pesquisados no ensino superior. Nesse sentido, os entrevistados relataram como questões que contribuíram para sua saída da universidade aspectos como dificuldade em conciliar trabalho e estudos, insatisfação com horário e com o curso escolhido.

Silva (2012) em “A Política de assistência estudantil no Contexto de Expansão do Ensino superior: as particularidades da Pós-graduação na UFRN” escreve sobre a Política de Assistência Estudantil e o processo de luta pela democratização do acesso à universidade no contexto de expansão do ensino superior em tempos de crise estrutural do capital. Apresenta como unidade de análise as particularidades da pós-graduação em Serviço Social da UFRN. Seu objetivo principal é apreender e analisar as condições de permanência disponibilizadas pela UFRN aos discentes de pós-graduação no contexto de expansão do Ensino Superior. O percurso teórico-metodológico de análise adotado na pesquisa se fundamenta numa perspectiva crítica do objeto de estudo a partir de uma concepção de totalidade, que pressupõe apreender as determinações socioeconômicas e políticas que incidem sobre a política de ensino superior e as condições de vida dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS).

As análises de Silva (2012) se fundamentam em pesquisa bibliográfica como base teórico-metodológica da investigação, articulada com as reflexões que resultaram dos dados empíricos da pesquisa de campo na perspectiva de apreensão do objeto em sua densidade histórica e num quadro de múltiplas determinações. Do ponto de vista metodológico foram entrevistados 26 discentes e realizada análise documental referentes a leis e documentos da política educacional em nível federal e

dos organismos internacionais. Os resultados evidenciam que face ao discurso da democratização do ensino superior, há uma contradição que se exprime pela ampliação desse acesso e as condições de apoio a permanência aos estudantes oriundos da classe trabalhadora nas Instituições de Ensino Superior Federal (IFES) garantidas em lei em contraposição à capacidade do Estado para assegurar esse direito, num contexto de agravamento das condições de vida da população.

Silva (2012) problematiza que a luta por ampliação do acesso à universidade está na agenda dos movimentos sociais no âmbito da educação, no entanto na conjuntura dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011-2015) a tendência tem sido seguir as orientações dos organismos internacionais e promover expansão de vagas sem assegurar estratégias de permanência compatíveis com as exigências de excelência acadêmica postas, por exemplo, na pós-graduação. A autora argumenta que os discentes entrevistados acessam o ensino superior e os cursos de pós-graduação e vivenciam travessias diárias para atender com qualidade às exigências acadêmicas em face de suas condições materiais de vida e de trabalho e dos limites da política de assistência estudantil que tem um perfil de programas e ações localizadas, ainda não se configurando como uma política real de assistência estudantil, notadamente em termos da pós-graduação.

Abreu (2012) promove estudo avaliativo do processo de implementação da Política de Assistência ao Estudante no contexto do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão. A autora esclarece que as transformações econômicas e sociais contemporâneas provocam mudanças no mundo do trabalho, estabelecendo novas demandas para a Política de Educação Profissional e Tecnológica. O Plano

de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica fundamenta-se no princípio da inclusão social e se consolida através da criação dos Institutos Federais de Educação. Nesse sentido, o processo avaliativo de seu trabalho busca referências empíricas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Monte Castelo, e centra sua análise nas condições de acesso e no alcance das ações da Política de Assistência ao Estudante, assim como na dinâmica dos serviços oferecidos e em alguns produtos dessas ações.

As categorias que fundamentam a análise de Abreu (2012) são: educação profissional, inclusão social e assistência estudantil. A autora considera que o processo de implementação do PNAES no IFMA/Monte Castelo tem promovido a ampliação das ações referentes à assistência estudantil, acreditando que os critérios e instrumentos utilizados no Campus Monte Castelo estão de acordo com os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Entretanto, a ampliação das ações ainda não atende toda a demanda existente. Assim, apesar de alguns avanços significativos em termos de resultados, a avaliação aponta que problemas de ordem infraestrutural estão comprometendo a condução dessa política no Campus Monte Castelo.

Ramos (2012) disserta sobre a Assistência Estudantil nas instituições de ensino superiores públicas federais brasileiras numa sociedade inserida na racionalidade capitalista. Sua análise se realizou com pesquisa documental e bibliográfica na qual se problematizou como as políticas educacionais têm tratado os programas de assistência estudantil na área da saúde mental dos discentes vinculados às Ifes.

Para tanto, a autora apresenta de forma descritiva um modelo de Programa de Saúde Mental, o da Universidade Federal de Goiás, Programa

Saudavelmente, com ações de atenção, prevenção e tratamento de agravos à saúde mental dos discentes da UFG. Os resultados da pesquisa documental sobre o programa Saudavelmente mostram que, em cinco anos, atenderam-se 739 discentes, dos quais 62% são mulheres, 37% são homens, 82% são solteiros, 12% são casados, 86% são graduandos, 10% mestrandos, 2% doutorandos, 81% vieram de escolas públicas, 18% de escolas privadas, 30% apresentaram transtorno de ansiedade, 27% apresentaram depressão e 12% queixou-se de transtorno psicossocial, confirmando assim, a pesquisa da Andifes/Fonaprace (2010) sobre o perfil dos discentes das IFES.

Araújo (2011) avaliou a adequação da Bolsa Permanência concedida pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) aos estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos menos favorecidos, considerando as especificidades da universidade e dos estudantes contemplados com a referida bolsa. Seu estudo foi desenvolvido numa abordagem responsiva e pretendeu refletir os valores e perspectivas dos estudantes e profissionais envolvidos com a Bolsa Permanência. A coleta de dados foi realizada com a utilização de um questionário destinado aos estudantes bolsistas e um roteiro de entrevistas destinado ao Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DACE), setor responsável pelo gerenciamento das ações de assistência estudantil desenvolvidas pela UNIRIO.

Em sua pesquisa, Araújo (2011) obteve dados de 71 estudantes bolsistas matriculados em 19 diferentes cursos de Graduação e realizou duas entrevistas com o DACE. A análise dos dados foi feita por meio de estatística descritiva, envolvendo a elaboração de gráficos, tabelas e quadros comentados individualmente. Foi realizado exame de coerência dos resultados identificando

convergências e possíveis divergências entre a visão dos estudantes bolsistas e a visão proposta pela administração da Universidade. Os resultados encontrados sinalizam para a possibilidade de a Bolsa Permanência atingir os propósitos para os quais foi criada. No entanto, o autor apresenta recomendações no sentido de contribuir para o aprimoramento da Bolsa Permanência desenvolvida pela UNIRIO.

A investigação de Noro (2011) se situa na confluência dos campos da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Sociologia da Educação, tendo por objetivo problematizar a gestão pedagógica vinculada aos processos de acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes no PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). A abordagem metodológica usada pela autora foi de cunho qualitativo, através da realização de Grupo Focal e de reunião com os professores do Curso PROEJA Técnico em Administração, tendo como locus o Campus Sapucaia do Sul do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense.

Noro (2011) conclui que as políticas de assistência estudantil, formação de professores e de qualificada infraestrutura nas escolas são fundamentais na garantia da permanência dos estudantes. As relações familiares e de amizade também determinam o sucesso escolar. A organização curricular fragmentada, ainda com o privilégio das disciplinas, compõe dificuldades na aprendizagem, podendo resultar em evasão, sendo necessário considerar este sujeito específico, aluno trabalhador na composição dos currículos do PROEJA.

Martendal (2012) foca seu estudo no mesmo objeto deste pesquisador, ou seja, na análise do Programa de

Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social (PAEVS), um dos programas que compõe a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Aborda o período de 2011 e início de 2012 e tem como informante privilegiado os alunos atendidos pelo mesmo. A pesquisa exploratória, de natureza quantiquantitativa, teve como suporte teórico a perspectiva crítica e dialética.

A avaliação participativa proposta por Martendal (2012) se deu por meio da aplicação de questionário, bem como através da realização de grupos de discussão, a fim de um olhar ampliado sobre os avanços do Programa, os retrocessos e as possibilidades futuras. Dessa forma, a autora foca sua pesquisa na avaliação do Programa PAEVS para a transparência das ações, os ajustes necessários ao longo do processo e a alocação apropriada dos recursos públicos. Os resultados apontam que a amplitude da cobertura do PAEVS é insuficiente, ou seja, existe um público que não está sendo atendido; o número de profissionais envolvidos não consegue ampliar as possibilidades de intervenção junto aos alunos, o que implica em uma série de consequências, como o desconhecimento acerca dos critérios de ingresso e permanência no Programa. Além disso, evidencia alguns aspectos críticos referentes à gestão do Programa, à execução financeira e ao seu controle social.

Souza (2012) investiga a política de educação superior no Brasil e os programas de permanência implementados pelas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 2003 a 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo geral de sua pesquisa consiste em investigar os programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico

a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação Superior, no período de 2003 a 2010.

Souza (2012) utilizou a abordagem qualitativa, delimitando o procedimento metodológico por meio das seguintes fases: pesquisa bibliográfica; organização e análise de fontes documentais, especialmente a legislação e os programas do governo no período de 2003 a 2010; levantamento de dados estatísticos do INEP/MEC sobretudo os relacionados às universidades públicas; levantamento dos programas de permanência na educação superior do governo federal; realização de entrevista por meio de roteiro semiestruturado com alunos que utilizam a Bolsa Ação Permanência ou Auxílio-alimentação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; classificação, categorização e análise dos dados.

Os resultados obtidos pela autora afirmam que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados programas de educação superior para possibilitar a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, como por exemplo o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - principal foco de estudo da autora. Nesse sentido, por meio de entrevista realizada com estudantes que utilizaram os recursos oriundos do PNAES, Souza (2012) destaca sua importância como programa de permanência. Assim, as barreiras relatadas pelos estudantes na pesquisa são percebidas pela autora como desafios e estímulo. Nesse sentido, argumenta que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar a educação superior.

Stolf (2014) analisa o programa Bolsa Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), descrevendo e dialogando com a produção acadêmica sobre o tema “permanência no ensino superior”. Além

disso, realiza levantamento nos documentos oficiais sobre o surgimento das políticas de permanência no âmbito governamental, procurando entender como as políticas públicas afetam e definem as políticas locais de permanência, como no caso da bolsa estudantil da UFSC. A autora constata uma tendência focalizada nas políticas governamentais de assistência ao estudante, mesma lógica usada pelas políticas locais de permanência da universidade. Argumenta, também, que a assistência estudantil é um campo em disputa: por um lado a defesa de auxílios para estudantes em situação socioeconômica vulnerável e, por outro, a luta do movimento estudantil em busca de políticas de permanência de caráter universal.

Neste embate, constata que a balança vem pendendo para o lado da assistência focalizada, sob o argumento da inclusão social. Nesse sentido, vem crescendo o número de auxílios financeiros individualizados para os estudantes vulneráveis socioeconomicamente, principalmente por meio da Bolsa Permanência e da Bolsa Estudantil. Stolf (2014) não desconsidera a importância destes auxílios, que permitem que muitos estudantes finalizem seus cursos, mas salienta a importância da vivência universitária por meio de outros investimentos, que propiciam diferentes leituras e contato com outras formas de pensar o mundo.

Silveira (2013) problematiza os limites, as possibilidades e desafios do trabalho do assistente social, da assistência estudantil do CEFET/MG – Campus Nepomuceno diante da configuração social atual da sociedade capitalista, na qual a expansão do capital cria novas formas de opressão. Tal configuração social é problematizada neste estudo à luz da Teoria Crítica da Sociedade, que direciona sua crítica ao modo como a sociedade, pautada no esclarecimento, regrida a possibilidade de uma consciência verdadeira ao uso

meramente instrumental da razão. Neste contexto, a autora enaltece que a educação e as instituições escolares delineiam cada vez mais sua atuação para o atendimento das demandas do mercado.

Silveira (2013) explica que o trabalho do assistente social se permeia de intensas tensões diante da ambivalência adaptação/emancipação na sociedade contemporânea. Assim, diz que o fazer do assistente social expressa e nega a totalidade e conserva, enquanto particular, uma tensão com a totalidade, quando manifesta algo que não se ajusta à realidade. Nesse sentido, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso do assistente social da assistência estudantil do CEFET/MG - Nepomuceno e busca visualizar as determinações históricas e sociais refletidas pela Teoria Crítica, fornecendo elementos para se pensar a configuração social da modernidade e suas consequências no campo da educação, que parece impotente diante de transformações que vêm ocorrendo.

Duarte Júnior (2013) problematiza a educação superior na sociedade brasileira enaltecendo a luta da classe trabalhadora para o acesso à universidade pública. Além disso, destaca as contradições implícitas nas cotas sociais adotadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Segundo o autor, o objetivo da pesquisa é apresentar a análise da assistência estudantil das universidades estaduais do Nordeste que adotam as cotas sociais como critério de acesso dos seus discentes, tendo como campo de investigação as seguintes universidades: UERN, UEPB, UPE e UENAL.

O trabalho de Duarte Júnior (2013) apresenta os resultados de um estudo qualitativo, a partir de análise documental, baseado no materialismo histórico e dialético em que se realizou a leitura dos dados a partir das seguintes categorias analíticas: Educação superior, Cotas

sociais e Assistência estudantil. Como principais resultados, destaca que a implantação das cotas para acessar a educação superior não tem sido determinante no planejamento e execução da assistência estudantil nas universidades investigadas. Assim, o autor conclui que não há uniformidade na forma como as universidades lidam com as ações de apoio à permanência do aluno. Esta heterogeneidade reflete a falta de priorização com as ações de apoio à permanência discente nas IES investigadas, materializando-se em: programas de apoio à permanência concentrados nos campi centrais onde se situam as sedes das universidades; falta de articulação entre os programas e os projetos vinculados à assistência estudantil e as ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão nas universidades investigadas, caracterizando a assistência estudantil como uma ação isolada e pontual.

Betzek (2015) analisa a política de assistência estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. Para compreender a assistência estudantil a autora descreve o processo histórico em que se concebeu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A autora constata que o PNAES é consequência de um longo processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis. A pesquisa tem por objetivo revelar qual o impacto do Auxílio Estudantil na permanência de estudantes na UTFPR Câmpus Medianeira. Para tanto, Betzek (2015) analisa o Programa implementado no Câmpus Medianeira da UTFPR. O caminho metodológico percorrido foi de natureza bibliográfica e documental, considerando que o estudo foi realizado pela observação de indicadores de evasão e permanência dos discentes atendidos pelo Programa. Os resultados das análises dos dados permitem avançar no entendimento dos efeitos, por meio de indicadores, de

como as políticas públicas têm influenciado na permanência, ou não, dos discentes na instituição.

Graeff (2014) aborda em sua dissertação a temática da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Em sua delimitação, estuda a constituição da Política de Assistência Estudantil da UFRGS junto a alunos egressos de escola pública usuários da assistência estudantil nesta instituição. A análise discorre sobre significados da Política de Assistência Estudantil, sua materialidade, o direito à educação, a permanência na universidade e cotas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com dados quantitativos, fundamentada pelo método dialético-crítico e no materialismo histórico. A técnica utilizada para analisar os dados obtidos é a análise de conteúdo.

Os resultados da pesquisa apontados por Graeff (2014) demonstram a instabilidade da Política de Assistência Estudantil, que ora garante a permanência do aluno e ora o exclui devido a inúmeros aspectos que condicionam a continuidade dos benefícios oferecidos, como a precariedade das ações que visam à permanência e o preconceito. A autora pondera que a construção da Política de Assistência Estudantil se instaurou sob influências de organismos internacionais, cujas lógicas concebem a educação como mercadoria, que acreditam que as políticas sociais devem ser focalizadas. Dessa forma, conclui que a educação vai atender à demanda do mercado em detrimento de uma formação compromissada com a criticidade, e a Política de Assistência Estudantil não vai abarcar a todos que dela necessitam para se manter na universidade.

Gazotto (2014) tem como objeto de estudo conhecer a Política de Assistência Estudantil na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O

objetivo da pesquisa é analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, decreto nº 7.234/2010) e identificar as condições de acesso e permanência dos discentes atendidos na ProACE, setor de Serviço Social. A dissertação explora as formas como se dá a implementação da política de assistência estudantil e os condicionantes políticos e sociais que norteiam a efetivação da mesma. Para fundamentação do trabalho, a autora utiliza o referencial da teoria social crítica, visando a apreensão do processo histórico das relações sociais, repercutido nas políticas públicas educacionais.

A metodologia utilizada por Gazotto (2014) foi pautada na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Os principais resultados foram: reconhecimento das políticas públicas educacionais no contexto das políticas educacionais de cunho neoliberal no momento de reestruturação das universidades federais; necessidade dos auxílios para a permanência dos discentes na UFTM e, ao mesmo tempo, o desconhecimento da PNAES, enquanto direito, do público da assistência estudantil.

Marques (2014) avalia em sua dissertação de mestrado a assistência estudantil em torno da efetividade do PNAES nas universidades federais do estado da Paraíba. Para tanto, contempla como objetivos: contextualizar a Reforma Universitária na atual conjuntura sócio-histórica de contrarreforma forjada pelo Estado brasileiro em tempo de crise do Capital; avaliar a implementação do PNAES na UFCG e na UFPB à luz das áreas de atuação desse Programa; e analisar os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) nas demandas postas aos assistentes sociais pelos Programas de Assistência Estudantil dessas Universidades. O referencial teórico-metodológico centra-

se no marco da tradição marxista a partir da análise crítica da sociedade capitalista que gera profundas desigualdades que se expressam na materialidade da questão social. Em termos metodológicos, o autor realiza uma pesquisa social aplicada de caráter avaliativo-crítico junto a 11 assistentes sociais, inseridos nos campi da UFCG e da UFPB.

Marques (2014) recorre a instrumentos e técnicas quantiquantitativas com uso de questionário, de formulário, da entrevista semiestruturada, da análise estatística descritiva e da análise de conteúdo por categorização temática. A pesquisa demonstra nos resultados que as 10 áreas temáticas propostas para gestão e implementação do PNAES não são executadas pela UFCG e UFPB. Destacam-se tão somente as ações voltadas para Moradia e Alimentação e, fragilmente, as ações de esportes e de saúde. O autor aponta que a Assistência Estudantil não é universalizada, mas limitada a ações focalizadas, residuais e excludentes, o que rebate na prática profissional do assistente social, marcada pela seletividade sob o signo clientelista e conservador.

Parente (2013) analisa o Programa Auxílio Permanência (PAP), da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) para os alunos em vulnerabilidade social. A pesquisa, de cunho quantitativo, com apoio em dados qualitativos, permite um entendimento mais aprofundado dos sujeitos atendidos pelo PAP. Como problema de estudo, a autora indaga: Será que o Auxílio Permanência faz a diferença na vida estudantil dos alunos contemplados? O método de análise utilizado é o Estudo de Caso. A pesquisa de campo ocorre no IFB – Campus Brasília, abrangendo o universo dos 44 alunos atendidos pelo referido programa durante o período de um ano e meio, ou seja, três semestres: 2011/2 a 2012/2.

Para a coleta de dados, Parente (2013) aplica um questionário, realiza entrevistas, utiliza diário de campo e analisa documentos institucionais, como: diários de aulas dos professores, resoluções, legislações e históricos institucionais. Os resultados da pesquisa permitem identificar o perfil socioeconômico dos alunos atendidos pelo PAP e a percepção dos sujeitos participantes do programa em questão. Assim, a autora conclui que, o recebimento do Auxílio Permanência proporcionou aos estudantes, um rendimento acadêmico de 76,95, portanto, acima da média exigida (60,00). Quanto à frequência evidenciou-se um percentual de faltas de 10,46%, isto é, abaixo da média permitida.

Finatti (2007) trata do tema da assistência estudantil como direito dos estudantes universitários no sistema público de ensino superior. Seu estudo aborda a Política de Educação no Brasil, com ênfase na Política de Educação Superior e a democratização do acesso e permanência dos estudantes na instituição pública. Para análise dos serviços e programas de atendimento ao estudante da Universidade Estadual de Londrina/UEL, a autora realiza uma pesquisa documental nos acervos da instituição no período de 1971 a 2005. O estudo focaliza as questões de saúde, moradia, alimentação, bolsas e atendimento às demandas pedagógicas e psicossociais, e aponta que existem na história da instituição, serviços e programas pontuais que se desenvolveram de acordo com a proposta de várias administrações, mas que, de fato, não se configuram como uma Política de Assistência Estudantil. O trabalho demonstra a necessidade de implantação de uma Política de Assistência Estudantil na UEL. Além disso, a autora percebe que essa é a realidade das universidades brasileiras, tornando-se o grande desafio das Instituições.

Costa (2010) analisa as políticas de assistência estudantil na educação superior brasileira sob o prisma da equidade. Primeiramente, a autora faz uma análise sobre a assistência estudantil no âmbito nacional e, posteriormente, investiga a temática no âmbito institucional, através de duas universidades, uma pública, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e uma privada Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O método utilizado para compreensão da assistência estudantil é a análise de conteúdos de documentos, legislações e entrevistas com atores envolvidos com essas políticas nas universidades.

Os resultados da pesquisa de Costa (2010) apontam duas fases distintas das políticas de assistência estudantil. A primeira fase compreende desde a criação da Casa do Estudante do Brasil até o período de redemocratização, caracterizada por ações pontuais, descontínuas e com escassez de recursos. Já a segunda fase tem como marco inicial a promulgação da Constituição Federal de 1988 e estende até os dias atuais. Os resultados da pesquisa indicam, ainda, que, no setor público, nesse contexto, ampliam-se os debates e há maior investimento de recursos do governo federal, culminando na criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto que no setor privado as universidades elaboram seus próprios programas, com o objetivo de apoiar os graduandos. No âmbito institucional, a autora percebe que as duas universidades seguem a tendência nacional.

Vargas (2011) examina em seu artigo as conexões entre as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, a assistência estudantil e a inserção profissional de uma amostra de egressos da UFMG. A análise comparativa da situação socioeconômica dos egressos da amostra demonstra que, de posse do

diploma, no que diz respeito aos níveis de remuneração, os ex-bolsistas estão em igualdade de condições no mercado de trabalho com seus congêneres que não receberam esse apoio.

No caso da amostra analisada no artigo, a remuneração dos bolsistas é afetada pelos mesmos fatores que influenciam a composição dos rendimentos dos não bolsistas, ou seja, carreira, titulação e setor de atuação. A análise efetuada por Vargas (2011) evidencia que ao auxiliar estudantes pobres a obter o diploma de graduação, a assistência estudantil colabora para que estes universitários tornem-se profissionais qualificados e ingressem no mercado de trabalho, portando, credenciais valorizadas, ampliando suas possibilidades de ascender socialmente.

Assis [et. al.] (2013) apresentam em seu artigo uma discussão comparada entre as políticas de Assistência Estudantil em 11 Universidades Públicas, estaduais e federais, a partir da trajetória do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No estudo, os autores adotam metodologias qualitativas e estudo de caso como mecanismos da interpretação do fenômeno pesquisado. Como resultado, Assis [et. al.] (2013) observam que as Universidades pesquisadas procuram implantar políticas de Assistência Estudantil em uma visão ampla de atendimento das necessidades dos seus alunos, adotando um elenco de tipologias de bolsas como: moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação, entre outras, e de forma integrada.

Freitas & Santos (2014) intencionam delimitar o espaço e o lugar da política de Assistência Estudantil, inserida no contexto das transformações conjunturais, políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos no cenário nacional. De forma mais detalhada, o artigo parte da caracterização e problematização do Programa

Nacional de Assistência Estudantil, das suas proposições e objetivos e do modo como suas ações vêm se desenvolvendo na realidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o intuito de demarcar sua relevância como avanço significativo na formalização desta política pelo Estado, no caminho de sua afirmação e fortalecimento como estratégia pública de democratização das universidades e de enfrentamento às desigualdades sociais no Brasil.

Araújo & Bezerra (2007) fazem uma reflexão sobre a trajetória da assistência estudantil universitária com enfoque aos impactos desta na atualidade. A reflexão apresenta a reforma do Estado como uma adequação às exigências do capital internacional, no deslocamento do capital para outras esferas sociais. As autoras indicam que a reforma universitária criou um novo modelo de educação superior com reflexos na assistência estudantil, em meio a não existência de um orçamento específico a esta destinada, mencionando os esforços que têm sido feitos pelos atores sociais na luta pela implementação.

Leite (2012) tem por objeto de estudo em seu artigo o conjunto de fatores contemporâneos que tornam premente a construção e implementação de uma Política de Assistência Estudantil abrangente e universal nas universidades públicas brasileiras, indo na contramão da lógica custo/benefício que hoje se impõe. Para tanto, parte da análise dos Programas de Assistência Estudantil, seus critérios e condicionalidades, informados nos sítios destas Universidades. A autora sustenta que a maior parte das Bolsas ditas de “Permanência” constituem-se em modalidades de trabalho pelos estudantes, e não em Programas de Assistência. Conclui que o desafio posto é o de retirar o caráter focal, residual e seletivo hoje conferido às políticas de assistência, transformando a Assistência Estudantil em um direito de todo estudante, e

não um favor para alguns, em geral, classificados como “carentes”.

Taufick (2013) faz uma análise da assistência estudantil para os alunos dos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), cujo recurso passou a ser incluído diretamente nos orçamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir de 2011. A partir da leitura dos regulamentos da assistência estudantil de 30 Institutos Federais, a autora analisa os princípios, objetivos, benefícios e beneficiários. Nesse sentido, verifica que há um movimento de acolhimento dos alunos do PROEJA na Política de Assistência Estudantil dessas instituições, mas que é preciso rever alguns pontos para a consolidação da assistência estudantil como política de inclusão social.

2.3 ANÁLISE DO MATERIAL COMPILADO

O exame das fontes coligidas, no recorte temporal definido, possibilitou observar que a Assistência Estudantil foi tema de pesquisa em diversas universidades do país, com maior número de trabalhos na área do Serviço Social e da Educação. Pela análise das 28 dissertações e teses, vislumbra-se certa tendência (CAMPOS, 2012; PEREIRA JUNIOR, 2012; ARAUJO, 2011; SOUZA, 2012) no sentido de associar a assistência estudantil à lógica de serviço, com enfoque em melhorias para sua operacionalização.

Importante mencionar que tal inclinação, observada na análise do material sobre a Assistência

Estudantil no âmbito de macroprocessos institucionais, enfatiza o viés produtivista do trabalho oferecido. Como consequência, há a invisibilidade das contradições sociais que demandam a necessidade de prestação de tal serviço pelas instituições. Nessa perspectiva, são discutidos e problematizados mecanismos para a melhoria dos processos existentes como também a implantação de processos inovadores, limitando os programas e ações de assistência estudantil à perspectiva da otimização de sua gestão administrativa. Desse modo, ocorre o obscurecimento da dinâmica da Assistência Estudantil, fortemente influenciada pelo sociometabolismo do capital, que acaba sendo transformada em mercadoria/produto com características próprias do capitalismo contemporâneo.

Importante entender que “o sistema de metabolismo social de mediação do capital tem início a partir da divisão social que tornou possível a submissão estrutural do trabalho humano à lógica do capital” (ANTUNES, 1999, p. 19). Nesse sistema de subordinação, prevalece a divisão hierárquica que submete o trabalho ao capital. (MÉSZÁROS, 2002). Assim, o processo de produção e o controle das mercadorias é fragmentado. Desse modo, com a apropriação privada dos meios de produção, o trabalho é submetido à lógica perversa, expansionista e incontrolável da reprodução do capital.

Dentre as dissertações e tese compiladas, a maioria se destina ao estudo da Assistência Estudantil no âmbito das Instituições de Ensino Superior. Apenas seis pesquisas focam a temática no contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PEREIRA JÚNIOR, 2012; ABREU, 2012; NORO, 2011; MARTENDAL, 2012; BETZEK, 2015 e PARENTE, 2013). Na maioria dos trabalhos citados, ganha destaque a análise dos Programas de Assistência Estudantil a partir

de seu fluxo processual e de gestão, na perspectiva dos serviços prestados pela instituição, visando à permanência e êxito dos estudantes nos cursos ofertados.

Betzek (2015), com referência em Alqueza (2004), considera que serviços de atendimento ao estudante em instituições educacionais é um diferencial, sendo importante reconhecer a atuação de núcleos que ofereçam serviços direcionados ao aluno do ensino superior para favorecer a inclusão dos alunos na universidade e sua permanência nos cursos. Além disso, citando Secchi (2010), considera que a avaliação da política da Assistência Estudantil é a fase em que o seu processo de implementação e o desempenho são examinados com o intuito de conhecer melhor o seu estado e o nível de redução de problemas que gerou, cujos critérios para a avaliação são: economicidade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade. A Assistência Estudantil, a partir dessa perspectiva, visa a:

[...] produzir resultados no combate à evasão e normatizar expectativas de conduta que são consideradas adequadas aos mesmos na universidade. Trata-se de um conjunto de regras mínimas preventivas ao desempenho e conduta do estudante, constituindo-se como estratégia de combate à ociosidade de forma que o Auxílio Estudantil é concedido ao estudante que comprova o mérito para recebê-lo, para que a bolsa possa significar não um benefício, mas um direito do cidadão reforçando a concepção do **mérito** no lugar da ociosidade. (BETZEK, 2015, p. 96-97)

A respeito da temática, o avaliador deve se preocupar para que os resultados de um processo avaliativo sejam válidos, tendo em vista a eficiência de

uma política que pretende promover a inserção de estudantes de graduação, provenientes de segmentos socioeconômicos menos favorecidos. (ARAUJO, 2011). Na mesma linha, Campos (2012) registra ser importante a Assistência Estudantil “ter uma equipe de profissionais capacitados para operacionalização, acompanhamento e avaliação dos programas e dos assistidos, como assistente social, psicólogo e pedagogo, importantes para colaborarem nos aspectos acadêmicos”. (p. 103).

Conforme se visualiza nas passagens citadas, as análises apresentadas por Betzek (2015), Araujo (2011) e Campos (2012) alertam para a necessidade de pensarmos mais profundamente sobre a administração das desigualdades no contexto educacional, uma vez que tais desigualdades acabam sendo legitimadas nas políticas de inclusão aqui analisadas, em que se articula um discurso “politicamente correto” que contribui para o processo de dissimulação/naturalização das desigualdades produzidas pelo metabolismo do capital. Isso contribui para disseminar uma concepção de mundo, sociedade e desenvolvimento humano de base funcionalista que relaciona as políticas de inclusão como antídoto para uma realidade identificada como “exclusão social”. (GARCIA, 2004).

A esse respeito, Netto (2013) nos coloca que

A política social dirigida aos agora qualificados como excluídos não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência. É precisamente este minimalismo que tem factualmente caracterizado os vários programas que, por via de transferências de renda – “programas de rendas mínimas” –, têm sido implementados em alguns países capitalistas centrais e em muitos países

periféricos. A experiência de mais de uma década, especialmente na América Latina, é muito pouco promissora: na medida em que não se conjugam efetivamente com transformações estruturais (e esta é uma das condições políticas para que o tardo-capitalismo os suporte), eles acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas. (p. 24).

Nessa perspectiva, com referência em Shiroma (2002), acreditamos que o discurso focado nas políticas mínimas indica um viés integracionista que vê a inclusão como possibilidade de inserção subalterna de pessoas ao tirano “mercado de trabalho” capitalista. Assim, promover a inclusão social significa dar prioridade ao treinamento/orientação para que as pessoas conquistem “empregabilidade” e ingressem no mundo do trabalho. Predomina, então, a falácia de que estando os sujeitos incluídos na comunidade global, vulneráveis aos mesmos riscos, tem-se a impressão de uma situação de igualdade que coloca no indivíduo a responsabilidade e o compromisso de lutar contra a pobreza e a exclusão social. “Todos foram convocados, todos são parceiros nessa tarefa, empreitada mundial onde deveriam estar igualmente comprometidos e coesos. Que racionalidade preside este discurso? Que sutileza cirze esta colcha de conceitos?”. (SHIROMA, 2002, p. 04)

Parente (2013) fundamenta-se na Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1962) abordando que,

[...] a educação configura-se como um canal de mobilidade social e, embora o acesso a ela seja um direito, a evasão e a retenção representam problemas que exigem medidas específicas. Dessa forma, democratizar o acesso e promover ações

que favoreçam a permanência dos alunos em vulnerabilidade social, constituem-se em medidas que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFB. (p. 35)

Com o mesmo enfoque, Souza (2012) evidencia a importância da educação, dentro das políticas públicas de caráter social, e a necessidade da democratização da educação superior. Democratização essa voltada aos mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes.

Assim, em alguns momentos, as pesquisas de Parente (2013) e Souza (2012) acabam por desviar a origem dos problemas socioeconômicos da relação capital/trabalho para seus efeitos superficiais aparentes, imputando à educação a responsabilidade de solucioná-los. Os estratagemas discursivos propagam “a ladainha de que por meio da educação o sujeito ascenderá socialmente” (EVANGELISTA, 2014, p. 54). Nessa perspectiva analítica, “o passaporte ofertado para inclusão é a educação. Embora o acesso seja para todos, o destino final varia segundo capacidades individuais, noção reforçada pela ideologia meritocrática e a de competências que assolam a política educacional”. (SHIROMA, 2002, p. 10). Tais discursos acabam funcionando, mesmo que indiretamente, como “um artifício de retórica em que a preocupação com os valores, a solidariedade, a tolerância e a inclusão se acopla à linguagem espartana da competitividade e do capital humano”. (SHIROMA, 2002, p. 10).

Consequentemente, com fundamento em Garcia (2004), consideramos que a perspectiva gerencial de política pública educacional adotada pelo bloco de autores menos críticos analisados no presente balanço encontra conexão com a compreensão funcionalista da Assistência

Estudantil, em que se faz presente uma aceitação da sociedade capitalista como harmônica e coesa, fazendo perder o sentido dos tensionamentos entre capital/trabalho que está na base dos avanços e perdas dos direitos sociais.

De outro lado, no balanço realizado, há pesquisas nas quais predomina a evidência de que as políticas de Assistência estudantil vêm sendo desenvolvidas com forte influência dos ditames neoliberais e da contrarreforma do Estado, caracterizando a mercantilização da política de educação brasileira. Podemos encontrar evidências de tal materialidade nos trabalhos de Abreu (2012), Mariz (2014), Carvalho (2012), Coelho (2011), Kowalski (2012), Silva (2012), Stolf (2014), Graeff (2014), Gazotto (2014), Marques (2014), entre outros. Tais autores reconhecem as políticas públicas educacionais, especificamente as de Assistência Estudantil, no contexto das políticas de cunho neoliberal. Nesse sentido, apontam para um estudo da Assistência Estudantil a partir de uma perspectiva crítica, uma vez que tal política educacional não é universal, mas limitada a ações focalizadas, residuais, excludentes e submetidas às regras e ditames do mercado.

Importante mencionar que Stolf (2014), Marques (2014), Graeff (2014), Kowalski (2012), Mariz (2014), Coelho (2011) e Silva (2012) fundamentam seus estudos no materialismo histórico e dialético, revelando as contradições das ações pontuais da Assistência Estudantil com as políticas universais, explicitando que a Política de Assistência Estudantil não vai abarcar a todos que dela necessitam para se manter em seus cursos e nas Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, alertam para a importância da luta organizada dos estudantes.

Abreu (2012) com referenciais críticos (CASTEL, 2010; MÉSZÁROS, 2008; FRIGOTTO, 2010) questiona o papel delegado à assistência estudantil, uma vez que

acaba sendo vista como uma questão de “investimento” e financeirização da educação. Nesse sentido, argumenta que “quanto mais tempo o estudante permanece na instituição, maior o gasto do Estado. Se ele evade é um investimento perdido. À assistência estudantil caberia otimizar o período de permanência de forma que esse aluno tivesse o menor custo possível para o Estado”. (p. 100)

Mariz (2014) optou pelo método dialético para guiar sua pesquisa considerando a contradição e o conflito, o devir, o movimento histórico, a totalidade e a unidade dos contrários. Fundamentou sua pesquisa em Frigotto (2010); Gramsci (2010); Hobsbawn (1995); Manacorda (2008); Marx (1977) e Mészáros (2008).

Com o mesmo viés crítico, Carvalho (2012) alerta que, nas três últimas décadas do século XX, as atividades de serviços se potencializam. Tal expansão dos serviços traz novas características ao trabalho e também expressa a dinâmica de acumulação capitalista. A amplitude destas novas relações exige a problematização do trabalho no setor de serviços a partir da discussão da divisão social do trabalho e das novas formas de subordinação do trabalho ao capital. Tal discussão, fundamentada em Frigotto (2010); Gramsci (2000); Harvey (1993); Iamamoto (2008, 2009); Leher (1998) e Netto (2009), contribui para a reflexão da natureza da participação e da inserção do trabalho do(a) assistente social no setor de serviços e, principalmente, na universidade com a Assistência Estudantil.

Coelho (2012), a fim de captar as contradições do real em seu estudo, considerou a crise do sistema regido pelo capital, bem como as influências para os trabalhadores, as pressões dos organismos internacionais no atual panorama capitalista, tendo como suporte a contribuição de autores como Mészáros (2002), Netto

(2001), Behring (2008, 2010), Antunes (1998, 2009), Leher (2003, 2010) entre outros. Nessa perspectiva, alerta-nos que não existe neutralidade. Em todas as dimensões, a realidade é produzida e modificada pelo próprio ser humano, em uma dinâmica contraditória, pois é a oposição que enseja movimento, que, por sua vez, promove a interação das coisas. Portanto, o movimento dialético tem como seu motor a contradição, e a mediação uma de suas características mais marcantes e significativas.

Proseguindo com a linha de pesquisas críticas, Kowalski (2012) elucida que:

Há uma forma de “passivização da questão social” na atualidade, atrelada ao fortalecimento político dos governantes mediante a política de assistência social por meio da concessão de bolsas que criam “o mito social da inclusão, da cidadania e da redução das desigualdades para despolitizar e obscurecer a raiz da questão social”. Em outras palavras, a concessão de “bolsas” a fim de minimizar os efeitos da pobreza nada mais é do que a “monetarização da política social”. (p. 149).

Os governos, desse modo, “[...] passam a substituir os equipamentos sociais universais pelas onipresentes bolsas, as quais funcionam como soluções rebaixadas e pauperizadas para as mais diversas expressões da questão social” (p. 149). A autora fundamenta suas discussões em Florestan Fernandes (1989); Fontes (1998); Frigotto (2000); Harvey (2007); Hobsbawn (1995); Kosik (1989), Kuenzer (2005); Netto (2000), entre outros.

Para Stolf (2014), o projeto em curso orquestrado para a permanência no ensino superior brasileiro simboliza a correlação de forças entre movimentos sociais,

governo e sociedade civil, e é determinado por valores capitalistas. A autora analisa que nos documentos de políticas públicas educacionais analisados em sua pesquisa predomina “a ideia de assistência estudantil como objeto de inclusão social de estudantes vulneráveis socioeconomicamente na educação”. (p. 142). Assim,

[...] as políticas de permanência são um campo em disputa. Por um lado, a defesa de bolsas [...] para estudantes socioeconomicamente vulneráveis, por outro lado, a luta do movimento estudantil em busca de uma assistência universal. Neste embate, até o momento, a balança vem pendendo para o lado da assistência focalizada, sob o argumento da inclusão social, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas. (p. 143).

Conforme passagem acima, percebemos que Stolf (2014) problematiza a categoria “Permanência”, concebendo-a como um território de litígio. Importante mencionar as referências da pesquisa em Evangelista (2014); Leher (2012, 2014); Shiroma; Campos e Garcia (2005) e Saviani (2007).

Marques (2014) argumenta que a Política da Assistência Estudantil é colocada em um contexto de mercantilização, precarização e balcanização dos serviços, ocorrendo a transferência desses serviços sociais para o atendimento tutelado do mercado. Dentre tais serviços, a Educação brasileira nos últimos anos é alvo prioritário da mercantilização. O autor dialoga com Antunes (1999); Frigotto (2006); Harvey (2009); Mészáros (2008) e Netto (2012) para referendar suas análises.

Graeff (2014) traz a Assistência Estudantil mobilizando a categoria de “Inclusão”, problematizando que “no rol de mercadorias, o ensino de direito passa a ter

característica de um produto” (p. 26), cujas lógicas amparadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) objetivam a mudança da educação como direito social para uma mercadoria do setor de serviços. Nesse sentido, a influência nociva da OMC vai refletir em todas as operações comerciais do planeta. Assim, “as universidades brasileiras são sujeitas a dançar conforme a música dos organismos internacionais” (p. 30). Nessa perspectiva, o Banco Mundial não opera somente como um banco, mas atua entre os países que recebem seus investimentos com uma imposição ideológica em que os países subordinados têm que cumprir as suas determinações e condições para receber os seus financiamentos.

Gazotto (2014) demonstra que:

[...] as políticas educacionais foram importantes para manipulação da massa com as formas ideológicas inseridas no contexto. Por meio de um Estado neoliberal, com constante apoio dos organismos internacionais para conhecer os impactos e realizar avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, como o FMI e o Banco Mundial que apenas se interessavam em dados que pudessem contribuir, como falsa democracia, para a formação de novas estratégias para controle, eficácia e efetividade dos setores produtivos e econômicos. (p. 116)

Todavia, mesmo pesquisas com perspectiva crítica como a do autor citado podem cair em armadilhas geradas pela complexidade do real. Em outra passagem de seu trabalho, o autor aborda que “a assistência estudantil configura-se como fator de inclusão das camadas populares nas instituições públicas federais com o acesso

e a permanência nos cursos de graduação”. (p. 119). No excerto anterior, vislumbra-se uma não apreensão crítica da essência do fenômeno que perpassa a inclusão e a Assistência Estudantil “sendo forjadas as bases do consenso tão recomendado pelas agências multilaterais” (SHIROMA, 2002, p. 01)

Por fim, merece destaque, também, o trabalho de Silva (2012), a única pesquisa com enfoque na pós-graduação. Partindo da perspectiva crítica da totalidade e do método histórico e dialético, a autora coloca que há uma forte tendência em seguir as orientações dos organismos internacionais durante os governos do PT (2003-2015), apresentando uma contradição entre o aumento do acesso aos estudantes em oposição à capacidade do Estado para assegurar tal direito. A esse respeito, analisa que

A política de educação superior caminha numa via de mão dupla, tendo em vista que se de um lado possibilita acesso ao ensino superior e a pós-graduação, por outro lado põe em xeque a qualidade acadêmica e restringe a permanência dos alunos às IFES quando deixa de garantir ações e programas assistenciais suficientes para assegurar a permanência dos alunos de pós-graduação nas universidades. (p. 187).

2.4 CONSIDERAÇÕES EM CONSTRUÇÃO

Os resultados preliminares do balanço da produção acadêmica sobre a Assistência Estudantil apresentados neste capítulo sinalizam para uma relação entre os programas mantidos pelas Instituições de Ensino com as políticas públicas focalizadas de cariz neoliberal. Tais programas possuem caráter seletivo e destinam-se,

principalmente, àqueles que se encontram em pior situação socioeconômica. Por outro lado, mesmo com todo discurso de inclusão social que ladeia o contexto educacional, compreendemos que a temática caminha a passos largos na contramão da universalidade, deixando de fora grande parcela dos estudantes matriculados nas Instituições. Nessa perspectiva, consideramos que a situação da população estudantil precisa ser compreendida em um cenário estrutural mais amplo (para além dos muros das Universidades e Institutos), no seio das relações sociais de concentração capitalista.

Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil têm seu papel desenhado para atuar em superfície, uma vez que se destinam a tratar os sintomas das desigualdades sociais que adentram as Instituições Educacionais, sem relação com seus processos constituintes e suas causas. Desse modo, a responsabilidade social do Estado direciona-se para o particular, o individual, com políticas públicas de caráter minimalista.

Rememorando as questões norteadoras desta dissertação, percebemos, por hora, que as políticas de Assistência Estudantil no Brasil acabam se fundamentando nos pressupostos do Neoliberalismo, principalmente com influência do Banco Mundial e Cepal. Além disso, as categorias “permanência” e “êxito” estudantil enaltecidas pelos programas de concessão de bolsas surgem em um momento de “necessidade” de enxugamento dos gastos públicos, pois “evasão” e “repetência” significam maior tempo do investimento estatal e “desperdício” de dinheiro. Portanto, a partir do levantamento realizado, verifica-se que há contradições que permeiam a institucionalização e o direcionamento das políticas de Assistência Estudantil no Brasil. O slogan da “permanência” e “êxito” acaba não revelando *a priori* o

seu motivo primeiro, o qual, a nosso ver, está no processo de financeirização e mercantilização da educação, conforme detalharemos nos capítulos subsequentes.



AMARAL, Tarsila do. **O Pescador**, 1925. Óleo sobre tela 66 X 75cm.
Coleção do Museu Hermitage S. Petersburgo.

3 BASE MATERIAL NA QUAL SE INSERE O PROGRAMA PAEVS

Nada a temer senão o correr da luta
Nada a fazer senão esquecer o medo
Abrir o peito a força, numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura.

Milton Nascimento

No capítulo anterior, mostramos um levantamento sobre a produção científica a respeito da temática Assistência Estudantil no período de 2003 a 2015. Nesse sentido, pudemos verificar que há um movimento de pesquisa mais preocupado com o viés crítico, colocando o assunto nas discussões estruturais do modo de produção das desigualdades sociais no âmbito do capitalismo contemporâneo. Entretanto, foi possível visualizar, também, número expressivo de pesquisas que enfatizam a lógica de serviço e conjuntura administrativa dos programas de Assistência Estudantil, colocando as reflexões em superfície.

Neste capítulo, consideramos importante trazer elementos para compreender a base na qual o programa PAEVS está imerso. Pretendemos, nesse sentido, refletir sobre: (I) a situação brasileira e seu processo de inserção subalterna como país de capitalismo dependente; (II) o processo de expansão vivenciado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; (III) a temática “Vulnerabilidade Social”, com breve resgate de sua expressão fenomênica na contemporaneidade.

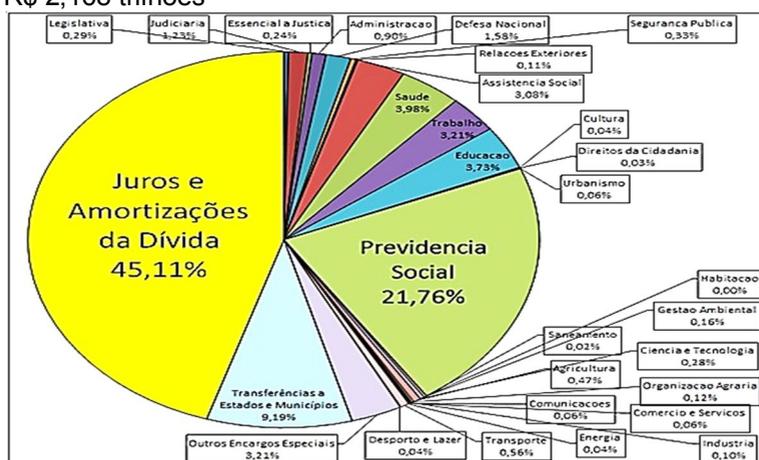
3.1 SITUANDO A CONJUNTURA BRASILEIRA: ALGUNS ASPECTOS EM DESTAQUE

Apoiados em Minto (2011), consideramos ser de fundamental importância adentrar na análise concreta da situação brasileira antes de nos aproximarmos de uma explicação específica acerca do Programa de

Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social no IFSC, que faz jus à finalidade do presente estudo.

Conforme Motta (2009) nas décadas de 1980 e 1990, em um cenário de propagação das políticas de cunho neoliberal, a abertura dos mercados no Brasil foi condicionada à renegociação da dívida externa, introduzindo novos modelos nas bases institucional, política e econômica do país. Daquele período até os dias atuais, tal processo vem se intensificado. De acordo com Fatorelli & Ávila (2015), em matéria publicada no sítio eletrônico Auditoria Cidadã da Dívida, encontramos que em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, ou seja, 45,11% do orçamento. O equivalente a 12 vezes os investimentos em educação, 11 vezes o da saúde ou mais do dobro da Previdência. O gráfico, a seguir, demonstra os detalhes.

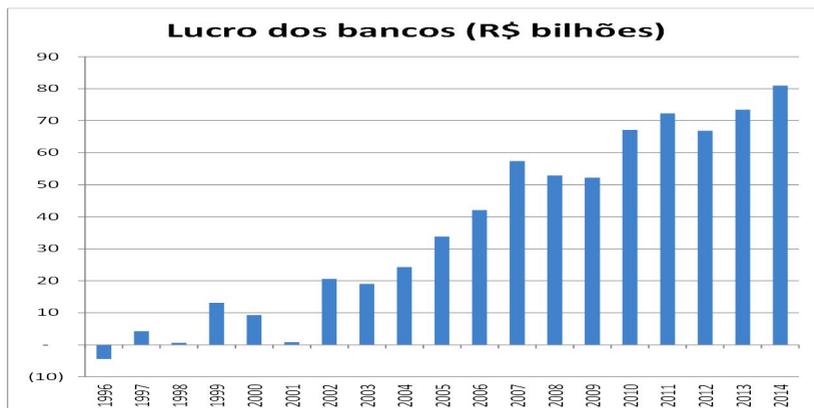
Gráfico 05 - Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhões



Fonte: FATORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>> Acesso em 01 novembro 2015.

Fatorelli (2015) alerta para o fato de que a atuação do Banco Mundial está a serviço do setor financeiro, com sofisticação de mecanismos em benefício do sistema privado de finanças, em que a dívida pública é utilizada como veículo de sua operacionalização. Nesse sentido, a autora elenca os principais privilégios financeiros do “sistema da dívida”: Juros elevadíssimos mensais e cumulativos; Política de *Superávit* Primário, ou seja, com cortes de gastos e investimentos sociais, contingenciamentos, congelamentos salariais para priorizar o pagamento dos juros da dívida pública; Emissão de títulos/dívida para pagar juros e cobrir prejuízos do Banco Central. Na contramão do endividamento público, mesmo em um cenário de grave crise, vê-se a trajetória de crescimento do lucro dos bancos decorrentes de tal modelo político e econômico-social, conforme o gráfico a seguir mostra.

Gráfico 06 – Lucro dos bancos (1996-2014).



Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp> Palestra “O Papel do Sistema da Dívida no Brasil” – Maria Lucia Fattorelli – São Paulo, 16 de outubro de 2015

No Brasil, há um processo de endividamento público como mecanismo de subtração de recursos, com

grandes perdas para o financiamento das políticas sociais. Tal lógica se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios. Desse modo, há um agigantamento da dívida pública brasileira sem contrapartida social, em que o maior beneficiário é o setor financeiro especulativo. (FATORELLI, 2015)

A esse respeito, Costa (2008, p. 64) esclarece que no contexto atual do capitalismo globalizado “o capital especulativo rompe a barreira do espaço e do tempo ao se valorizar continuamente, fenômeno que lhe proporcionou autodeterminação nunca vista na história e transformou as atividades desta área na principal arena de negócios do sistema capitalista”. Na mesma linha, Minto (2011) resgata Fernandes (1975) para explicar as particularidades do capitalismo no Brasil, tendo na “forma dual de expropriação do excedente econômico um fator crucial para explicar os mecanismos da dominação econômica, política e cultural”. (p. 62).

Outro aspecto conjuntural importante sobre a sociedade brasileira diz respeito à taxa de ocupação da juventude e suas desigualdades. De acordo com estudo realizado pelo IPEA (2015) sobre a inserção dos jovens brasileiros no “mercado de trabalho” no período 2006-2013, verificamos que aumentou a taxa de desocupados na faixa etária dos 15 aos 29 anos em relação ao ano de 2006. Especificamente na faixa etária dos 18 aos 29 anos, a taxa se manteve estável. Arriscamos afirmar que, a despeito as políticas públicas focalizadas adotadas no referido período, não houve avanços na taxa de ocupação da juventude brasileira. Tal concretude coloca sob suspeita as políticas socioeconômicas do referido período em relação à população juvenil. Mesmo focando em públicos “estratégicos” de “risco e vulnerabilidade social”, vê-se, conforme gráfico a seguir, pouca ou nenhuma mudança.

Gráfico 07



Minto (2011), com referência em Fernandes (1975), registra que no Brasil, no início do processo de mudança para a fase monopolista do capitalismo, os velhos modos de produção e relações de trabalho se mantiveram, pois tais combinações “assum[iam] o papel de formas de acumulação originária: é delas que é extraído o excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida”. (p. 83)

O autor observa, também, que o Modo de Produção Capitalista no Brasil funciona “no interior de limites civilizatórios muito estreitos, produz desigualdades sociais as mais complexas e se reproduz nestas condições. E é sob tais condições que a ideologia [dominante] busca encontrar justificção para seus projetos”. (p. 85). Para o autor, o fato de o país possuir uma elite dominante fraca, pois é subordinada às diretrizes dos países de capitalismo central, colocou grandes problemas para a classe trabalhadora brasileira na mudança para o capitalismo monopolista.

Por sua condição subalterna de inserção no capitalismo mundial, o Brasil torna-se refém da burguesia

dos países centrais com a criação/apropriação do valor em âmbito globalizado, tendo em vista que se inicia na história do capitalismo o processo em que “uma classe se torna exploradora direta do conjunto do proletariado mundial [...]. A globalização possibilitou ao sistema unificar mundialmente o ciclo do capital, estendendo a mundialização para as esferas produtiva e financeira”. (COSTA, 2008, p. 62)

Essa grande quantidade de recursos desregulamentada age na contemporaneidade como polícia e juiz das atividades econômicas mundiais. O mais chocante é que o movimento especulativo, desligado de uma base material, cresce exponencialmente, agigantando a agressividade dos mercados financeiros. Nesse sentido, “quanto maior o descolamento entre a esfera de criação do valor (a produção) e a órbita parasitária da especulação financeira, mais severa e destrutiva será a crise do sistema. Portanto, a globalização, tem seus limites oriundos da própria lógica do capital”. (COSTA, 2008, p. 67)

Para avançar na compreensão de como ocorre tal processo de incorporação subalterna do Brasil ao capital-imperialismo mundial, Fontes (2013, p. 107) argumenta que “o processo de internacionalização de empresas brasileiras é um dos elementos fundamentais para a análise”. A autora considera que “o mais importante apoio público à expansão de transnacionais brasileiras é o suporte bilionário assegurado pelo BNDES” (p. 107) com seu sistema de articulações em âmbito internacional. Esclarece, também, que o projeto estratégico da constituição do Brasil enquanto potência ganha corpo com a exibição do poderio militar do país diante de nações vizinhas.

Virgínia Fontes (2013) esclarece que a adesão do Brasil ao capital-imperialismo é fortalecida com a

diminuição da capacidade de reação interna. Nesse sentido, argumenta que quando há a ameaça de reequilíbrio das forças da classe trabalhadora no Estado, a exemplo da idealizada com o PT em 2003, tão logo existem deslocamentos internos que esvaziam a capacidade mobilizadora. Assim, cresceram as formas de convencimento e de integração subalterna de reivindicações (convertidas em demandas) para as quais a gestão de conflitos torna-se elemento central.

Para a autora “o persistente empenho de convencimento popular (empenho remunerado em muitos casos, como a venda de programas educativos e de pacotes de avaliação elaborados em setores privados para o sistema educacional público, mas financiadas com recursos públicos) se mantém”. (p. 110)

Nessa perspectiva, alerta que “o assim chamado 'neodesenvolvimentismo' ¹³ aprofunda as formas econômicas e ideopolíticas anteriores, em especial a focalização de políticas voltadas para o alívio da pobreza e as privatizações, e delas se nutre” (p. 110-111). Ambos, neoliberalismo e “neodesenvolvimentismo”, são as novas faces da expansão do capital e do “capital-imperialismo” no e do Brasil, mostrando grande capacidade para se moldar às resistências internas e externas.

Fontes (2013) enfatiza que é pela inserção subordinada que o Brasil está exercitando sua nova condição capital-imperialista, alertando para a atual conjuntura, com internacionalismo de trabalhadores seguindo o mesmo viés precário interno, e para a necessidade de enfrentamento desse modelo.

A esse respeito, Netto (2013, p. 12) coloca que

¹³ Motta (2011) explica que “no Brasil, [...] no segundo governo Lula, delineou-se um conjunto de políticas pautado num modelo econômico compreendido como alternativo ao neoliberalismo e denominado de novo-desenvolvimentismo” (p. 02).

A “desregulamentação” e a “flexibilização” que o capital tem implementado hipertrofiaram as atividades de natureza financeira. O chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade”. (p. 12)

O autor prossegue registrando que o aumento da repressão vem dando o tom das ações estatais aos qualificados como pobres, desempregados estruturais, trabalhadores informais. Na relação de países que têm a maior quantidade de presos atualmente no mundo, o Brasil figura na quarta posição. Ao vertiginoso aumento da repressão imposto pelo Estado é acrescentada também “a dimensão, coesiva e legitimadora: o novo assistencialismo, a nova filantropia que satura as várias iniciativas – estatais e privadas, mediante as chamadas parcerias público-privado”. (p. 23).

Para progredir no entendimento das particularidades da atual conjuntura brasileira, Ruy Braga (2012) em “A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista” verifica (usando os *call centers* como lócus de sua pesquisa) que as condições de trabalho da indústria brasileira estão se deteriorando, com o aumento da taxa de rotatividade e da flexibilização do emprego. Tal setor (*call centers*) criou o maior número de postos formais de trabalho nos anos 2000 no Brasil. O autor argumenta que os chamados operadores de telemarketing compõem, em sua maioria, um grupo de trabalhadores provenientes da informalidade, configurando uma oportunidade ímpar para se testar os alcances e os limites da sociologia do precariado.

Nessa perspectiva, o autor citado nos mostra que o número de teleoperadores no país (nascido do processo de desconstrução do antigo sistema de solidariedade fordista) cresceu em um ritmo acelerado durante os dois mandatos de Lula da Silva. Resultado do amadurecimento de um novo regime de acumulação pós-fordista no país, os *call centers* brasileiros alimentam-se desse vasto contingente de trabalhadores jovens, especialmente mulheres e negros, em busca de uma primeira oportunidade no mercado formal de trabalho.

Braga (2012) nos alerta que o comportamento oligopolista é uma forte característica da indústria brasileira de *call center*. A soma dos empregados das duas maiores empresas corresponde a 47% do total de trabalhadores do setor. Essa característica oligopolista somada à baixa qualificação da força de trabalho e à relativa fragilidade dos sindicatos atuantes no setor ajudam a compreender por que, apesar de a grande maioria dos teleoperadores brasileiros estar coberta pela negociação coletiva, os salários brasileiros localizam-se entre os mais baixos do mundo no setor, superando apenas os salários dos trabalhadores indianos.

Percebe-se, portanto, de acordo com Minto (2011) que as mazelas sociais brasileiras “são também os problemas (contraditórios e complexos) do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista” (p. 08) que, conforme vimos, edificou-se sob condições específicas no país. Nesse sentido, os problemas de desenvolvimento educacional no Brasil e a educação da miséria reproduzem “o horizonte dentro do qual [...] o MPC impõe limites estruturais, que não permitem o desenvolvimento de experiências educacionais autônomas e emancipadoras para as maiorias”. (p. 08)

3.2 O IFSC COMO EXPRESSÃO DA REDE FEDERAL: EXPANSÃO E NOVA INSTITUCIONALIDADE

A proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia seguiu os princípios elencados no Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, intensificando-se, a partir de então, um grande processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Tal decreto teve o intuito de estimular a reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2007). Porém, as instituições que compõem a rede federal EPT passaram por inúmeras transformações ao longo de seus 106 anos de existência.

Sua constituição ocorreu em 1909 pelo Decreto nº 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha. Pretendia-se, naquele período, criar “uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, a partir da necessidade de prover os 'desfavorecidos da fortuna', expressão contida no Decreto [citado], isto é, prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência” (CONCEFET, 2008, p. 148).

Ao término da década de 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices são alçadas à categoria de Liceus Industriais, mas tal transformação mudou pouco suas finalidades. A partir de 1942, ocorre nova mudança, entrando em cena as Escolas Industriais e Técnicas com a incumbência de formar profissionais com o mesmo valor do nível secundário. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passam a ser autarquias, recebendo a denominação de Escolas Técnicas Federais. As instituições, nesse período, passam a ter autonomia didática e de gestão, intensificando a formação de técnicos, mão de obra essencial face à então acelerada

industrialização vivenciada no país. (CONCEFET, 2008, grifos nossos).

Conforme informação do CONCEFET (2008), no período da Ditadura Militar ocorrem intensas transformações na política de educação profissional motivadas, principalmente, pelo projeto de desenvolvimento do período. Em 1971, a Lei Federal 5692 torna obrigatório o ensino técnico-profissional em todo currículo do que seria o Ensino Médio atual. Assim,

Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição: formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde. (CONCEFET, 2008, p. 148)

O grupo do Concefet registra ainda que, após a LDB nº 9.394/96 ser aprovada, ocorre em 1997, por meio do Decreto nº 2.208, a regulamentação dos artigos que versam sobre a educação profissional. As mudanças alteram todo o processo de formação de mão de obra. Em meio às transformações da EPT, em 1999, ressurgiu o processo de implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) iniciado no ano de 1978. Nesse contexto, o governo brasileiro assina convênio com o BID, parceiro financiador da reforma, e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), impulsionando os debates sobre a identidade das

instituições diante da realidade do mundo produtivo e da sociedade. Nessa esteira do projeto educacional, Grabowski & Ribeiro (2010, p. 271) argumentam que,

Desde 1990, a educação profissional no Brasil tem ocupado lugar de destaque na agenda neoliberal, decorrente das transformações no campo da economia e do trabalho. As políticas, programas e ações governamentais têm alardeado que a qualificação profissional e a formação técnico-profissional são estratégias para a inserção do país no grupo de nações denominadas desenvolvidas, além de constituir-se condição para o trabalhador participar das novas relações sociais de produção. Nessa perspectiva, a partir de 1996, implementou-se uma reforma da educação profissional (Decreto Federal nº 2.208/97), com novo arcabouço normativo e legal, novas estratégias de organização e financiamento, diversificação em níveis e modalidades de ensino profissional, com o pretexto de que uma nova ordem econômica mundial requer uma nova educação e, conseqüentemente, um novo perfil de trabalhador. Em 2004, o Decreto Federal 5.154/2004, reforma a reforma anterior, mantendo a estrutura de educação profissional e introduzindo novas formas de sua oferta, tentando propor uma educação profissional que se fundamentasse em uma proposta que articulasse a ciência, a cultura e o trabalho.

Lima Filho (2010, p. 141) reforça a afirmativa anterior ao enaltecer que “a educação profissional e tecnológica é tema que desde meados dos anos de 1990 vem ganhando destaque na pesquisa educacional no Brasil” em função da materialização de um conjunto de reformas educacionais e políticas e programas em torno

do assunto. Tais mudanças “tratam tanto da (re)definição da estrutura organizacional e da natureza das instituições quanto de cursos e programas ofertados”. (p. 141).

Ciavatta (2010) analisa que os atuais Institutos Federais (antigos CEFETs transformados) têm dupla função: promover o ensino, a pesquisa e a extensão **como universidades** e, ainda, manter o ensino técnico de nível médio como é sua tradição. Entretanto, as políticas educacionais no Brasil não têm atendido satisfatoriamente toda população. Além disso, a gratuidade e obrigatoriedade dos cursos técnicos de nível médio não está presente em lei, ficando os institutos à mercê do sucesso dos programas de governo.

Segundo registro do Diretor de Desenvolvimento do Ensino do IFSC, em reunião ordinária do Conselho Superior da instituição realizada em fevereiro de 2013,

A partir de 2014 a matriz orçamentária estará vinculada à oferta de programas, Pronatec, Mulheres Mil, PROEJA e ao atendimento das diretrizes [de permanência estudantil]. Na reunião do CONIF, os gestores deixaram claro que os institutos federais só terão a liberação do orçamento pleno se cumprirem as metas propostas. (ATA CONSUP/IFSC, 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, 2013)

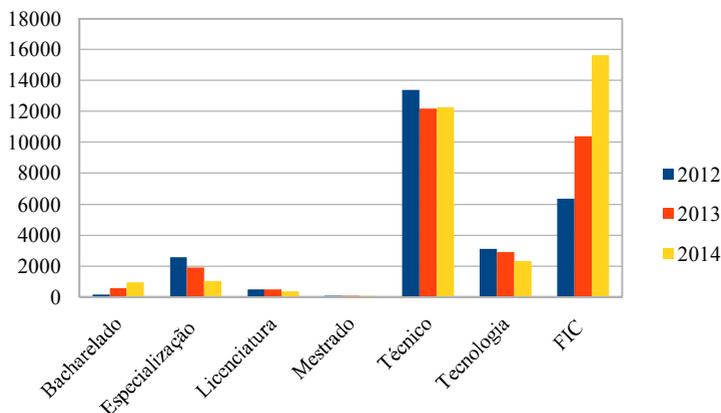
A “fala” acima vem corroborar com as constatações de Maria Ciavatta (2010) colocadas anteriormente. Constata-se, nesse sentido, que os Institutos Federais ficam reféns do sucesso de programas governamentais focados na “formação” aligeirada em articulação com outros ministérios além do MEC. Convém registrar que a maioria dos programas tem no corpo docente profissionais externos à rede federal, na categoria de bolsistas, cujo vínculo empregatício é precário e

temporário. Tal materialidade indica, além da profissionalização relâmpago em bojo, que número significativo de professores que atua nesses programas não faz parte do corpo permanente (altamente qualificado) da rede federal EPT.

Vislumbramos, no gráfico a seguir, construído a partir dos anuários estatísticos (2013, 2014 e 2015) do IFSC, que há enorme crescimento no número de matrículas em cursos rápidos de Formação Inicial e Continuada (FIC), dentre os quais fazem parte os programas do governo federal (PRONATEC, Mulheres Mil, etc).

Gráfico 08

Número de matrícula por modalidade e ano (IFSC)



Fonte: Anuário Estatístico IFSC (2013, 2014, 2015). Elaboração própria.

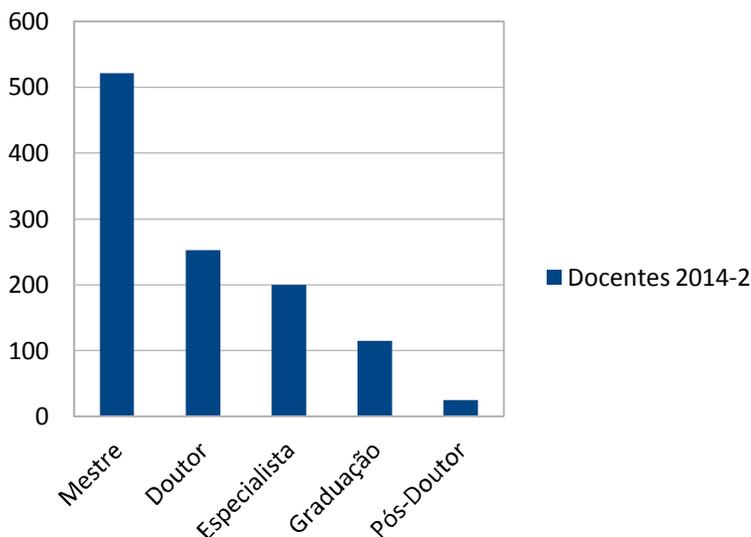
Identificamos que, no período de 2012 a 2014, o número de cursos FIC saltou de 6.369 matrículas para a surpreendente marca de 15.652 matrículas, um aumento de 145,75%. Tal acréscimo demonstra, de forma cabal, a atuação do IFSC como agência, cuja capilarização

permite, cada vez mais, adentrar na área da assistência social. Importante registrar que prefeituras e CRAS podem realizar parcerias com a instituição, sendo, também, demandantes para oferta de cursos. Além disso, os estudantes vinculados aos programas federais recebem um auxílio em forma de bolsa-formação. Outro dado que chama a atenção, é a diminuição no número de matrículas nos cursos técnicos regulares de formação plena, o que pode caracterizar o modelo de formação que se pretende. No que se refere aos cursos de tecnologia, acreditamos que o decréscimo tenha relação direta com ampliação das ofertas de engenharias (bacharelados) pelo IFSC.

Retornando às análises de Ciavatta (2010), salienta-se que a rede conta com equipamentos sofisticados de tecnologia para ensino e pesquisa, e não resta dúvida de que ocorreu “um esforço nesse sentido pelo número crescente de professores que fizeram mestrado e doutorado e trabalham na implementação da graduação e da pós-graduação em suas instituições de origem” (p. 165). Essas características são realidade nos planos de expansão da Rede Federal de EPT no que se refere às unidades educacionais. É possível encontrar tal materialidade no Anuário Estatístico IFSC/PROEN 2015 (ano base 2014):

Gráfico 09

Titulação docente IFSC 2014.2



Fonte: Anuário Estatístico PROEN/IFSC (2015). Elaboração própria.

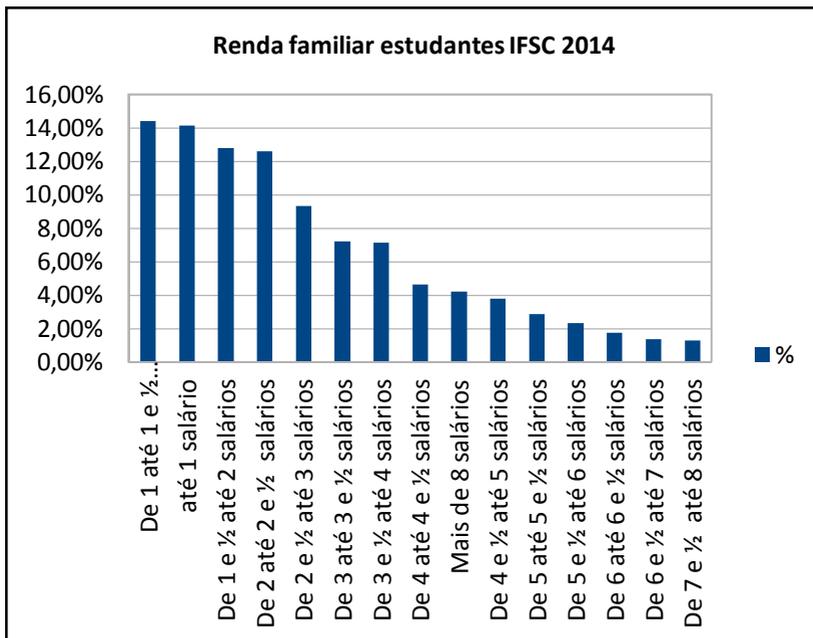
Apresentamos, a seguir, mais indicadores do Anuário Estatístico IFSC/PROEN 2015 (ano-base 2014) com intuito de ajudar na compreensão do público atendido pelo IFSC. As informações são resultado das respostas aos Questionários Socioeconômicos aplicados pelo Departamento de Ingresso (DEING) aos alunos matriculados na instituição em 2014. Importante registrar que os estudantes dos programas federais (Mulheres Mil, Sim, Pronatec e outros¹⁴) não participam do processo de ingresso mais concorrido do IFSC. A título ilustrativo, em 2016.1, a relação candidato-vaga para ampla

¹⁴ Para detalhes dos programas ver: <http://mulheresmil.mec.gov.br/> e <http://pronatec.mec.gov.br/>.

concorrência chegou a 43¹⁵ no curso de Engenharia Civil do Campus Florianópolis.

No que se refere à renda familiar dos estudantes matriculados em 2014 que participaram dos processos de ingresso mais concorridos, cerca de 56% vive com renda familiar de até dois salários-mínimos e $\frac{1}{2}$. Maiores detalhes encontramos no gráfico adiante:

Gráfico 10



Fonte: Anuário Estatístico IFSC/PROEN 2015. Elaboração própria.

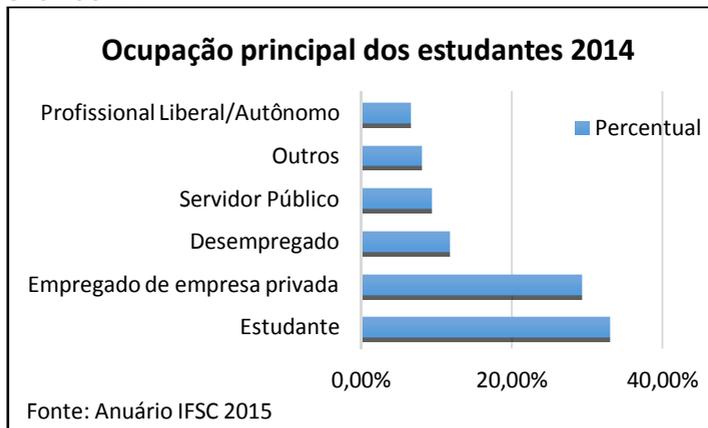
Em relação à ocupação principal dos estudantes, verificamos que há um número razoável de estudantes-trabalhadores empregados na iniciativa privada. Porém, não temos informações sobre condições e formas de

¹⁵ Disponível em:

<http://www.ifsc.edu.br/arquivos/ingresso/RelacaoC_V/20161/Relacao_CV_Graduacao_20161.pdf> Acesso em 12 jan. 2016.

inserção no trabalho, não estando no escopo desta pesquisa aprofundar tais questões. A seguir, temos os detalhes:

Gráfico 11



No que tange ao universo familiar, cerca de 63% das famílias é composta de duas a quatro pessoas. Além disso, 40% das famílias mora de aluguel, casa cedida ou financiada. Em contrapartida, 56% possui residência própria. Apreendemos, nesse sentido, que os estudantes dos cursos regulares do IFSC possuem perfil heterogêneo, proveniente de realidades sociais distintas.

Avançando as análises acerca do processo de expansão da Rede Federal, identificamos que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que congrega todas as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do país, divulgou em seu sítio eletrônico recentemente (29 de dezembro de 2015) nota sobre o “aniversário” de 07 (sete) anos dos Institutos Federais, conforme excerto a seguir:

Nessa data foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia (IFs) que, em 2015, completam sete anos de educação pública, gratuita e de **excelência**. Na prática, essas instituições promovem a verticalização do ensino, a pesquisa aplicada, a **inovação** e a extensão **tecnológica**, sempre em sintonia com os **arranjos produtivos**, sociais e culturais locais. (CONIF, 2015, grifos nossos)

Vislumbra-se, na passagem, a excelência dos Institutos Federais, que pode ser confirmada pelas engessadas avaliações em larga escala realizadas no Brasil. Segundo matéria veiculada pelo Portal G1¹⁶, vinculado às Organizações Globo, “alunos das escolas federais têm as maiores médias nas provas do Enem”, cujo desempenho superou o de estudantes de escolas particulares. Apreendemos também da passagem extraída do Conif, estreita relação com os ditos “arranjos produtivos”, termo costurado para se referir, grosso modo, ao “mercado de trabalho”, bem como certo fetiche na relação “inovação” e tecnologia, uma vez que a tal “era tecnológica” pode esconder um conteúdo ideológico, razão pelo qual “os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos desfrutados pela humanidade”. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 41)

O Conif prossegue registrando em nota aberta¹⁷ que,

¹⁶ Matéria disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/01/alunos-de-escolas-federais-tem-maiores-medias-nas-provas-do-enem.html>> Acesso em 06 jan. 2016.

¹⁷ Nota divulgada em: <<http://portal.conif.org.br/ultimas-noticias/887-institutos-federais-completam-sete-anos.html>> Acesso em: 06 jan. 2016.

Com atuação interiorizada e forte política de **inclusão social**, também são finalidades e características dos institutos federais a oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades do ensino; o desenvolvimento da pesquisa aplicada voltada para a solução de problemas da comunidade; a transferência de tecnologias, além da formação de professores nas áreas de ciências, matemática e para a educação profissional. (grifo nosso).

Destacamos do trecho anterior, a intensificação da política de “inclusão social” enaltecida pela interiorização/expansão dos Institutos Federais por todo país. A esse respeito, Kuenzer (2010) analisa que a “inclusão social” está amplamente presente nos documentos e textos como objetivo das políticas públicas de educação profissional, o que determina a necessidade de precisar o significado dessa categoria. A autora parte do pressuposto que, “no modo de produção capitalista, todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas porque atendem às demandas do processo de acumulação do capital”. (p. 254)

Verificamos também o crescimento do status universitário dado aos Institutos Federais, com relativa autonomia devido sua natureza jurídica de autarquia, equivalente às universidades federais, com reitores eleitos pela comunidade acadêmica. Nesse sentido,

Detentores de autonomia administrativa e didático-pedagógica, os IFs são autarquias vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que, atualmente, contabiliza **562 unidades**, 56 mil servidores (docentes e técnicos administrativos) e cerca de um milhão de matrículas. Até 2018, há perspectiva de

implantação de outros 208 *campi* em todo o País. (CONIF, 2015, grifos nossos).

Do excerto anterior captamos o grande processo de expansão vivenciado nos últimos anos pela Rede Federal de EPT, bem como sua força de inserção no território nacional. O número de unidades, servidores e matrículas cresceu consideravelmente, pois os Institutos Federais, mediante a capilaridade de suas ações, surgem com a “missão” de atuar como agência de atenção aos “vulneráveis”, exército de reserva, gestão dos conflitos, funcionando, desse modo, como capital social¹⁸.

O texto do Conif traz ainda um breve resgate histórico dos atuais Institutos Federais,

Apesar de recentes, os institutos federais herdaram a experiência de 106 anos de trajetória da educação profissional no Brasil, cujas atividades tiveram início em 23 de setembro de 1909, quando o então presidente da República Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices. Após diversos processos de reordenamento, em 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou os IFs e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, hoje composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e o Colégio Pedro II. (CONIF, 2015)

¹⁸ De acordo com Motta (2008, p. 12) para a população “[...] que amarga a redução da demanda de sua força de trabalho, que se encontra empobrecida, degradada [...], embrutecida com a condição de vida que a atual etapa do capitalismo lhe tem imposto, mas que ainda possui condições [...] de produzir, recomenda-se [as elites dominantes] investir em “capital social” – isto é, ingressar numa rede social solidária que possibilite capacitá-lo a sobreviver neste contexto”.

Vale destacar que a lei de criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece para as instituições um grande desafio, uma vez que devem atender, a um só tempo, tanto a educação básica, superior e profissional em suas modalidades presencial e a distância, integrando também a articulação com a educação de jovens e adultos.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...].

No artigo 6º (I, IV, V e VIII) da referida lei, aparecem como finalidades e características dos Institutos Federais, dentre outras, as que seguem:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, **em todos** os seus níveis e modalidades, **formando e qualificando** cidadãos [...] com ênfase no **desenvolvimento socioeconômico** local, regional e nacional;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos **arranjos produtivos**, sociais e culturais locais [...];

V - constituir-se em **centro de excelência** na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o **empreendedorismo** [...]. (grifos nossos).

Como se vê, é imenso e complexo o que se espera dos Institutos Federais. Chama a atenção a oferta educativa em todos os níveis e modalidades, tanto qualificando quanto formando seu público. Mesmo com pouca ou nenhuma escolaridade anterior, “qualifica-se” profissionalmente em programas como Mulheres Mil e Mulheres Sim (de gênero), cursos FIC atrelados ao PRONATEC etc., ensejando a base material para o que Kuenzer (2010) diz ser o processo de “inclusão” precarizada ou “inclusão excludente”. Entretanto, esse não é o único público que adentra os Institutos, de forma geral, e o IFSC, em específico. Há um grande grupo que busca também o centro de excelência que a rede construiu ao longo de seus 106 anos de existência. Com professores formados em mestrado e doutorado, a rede agrega número considerável de profissionais altamente especializados para a formação em EPT. É notória a grande seletividade nos processos de ingresso da rede federal, especificamente no IFSC. Então, em um mesmo local, são reunidos públicos de diferentes segmentos. A figura a seguir traz em detalhes as matrículas no IFSC por níveis e modalidades em 2014:

Quadro 03

Número de Cursos, Matrículas, Ingressantes, Concluintes, Vagas e Inscritos							
Tipo de Curso / Tipo de Oferta	Cursos	Matrículas	Matrículas em curso	Ingressantes	Concluintes	Vagas*	Inscritos**
Bacharelado	6	947	830	476	-	628	2918
FIC	392	15652	4082	13349	7192	17007	21436
PROEJA - Integrado	6	221	141	117	38	149	213
PROEJA - Concomitante	4	156	149	105	-	129	158
Não se aplica	382	15275	3792	13127	7154	16729	21065
Licenciatura	3	364	189	70	33	174	256
Mestrado profissional	1	61	47	21	12	30	45
Técnico	106	12281	7096	5312	2085	7226	17473
Concomitante	33	2705	1312	1370	494	1970	2483
Integrado	19	3900	3097	1174	432	1337	6483
PROEJA - Integrado	5	262	146	132	41	312	460
Subsequente	47	5396	2536	2628	1108	3587	8027
PROEJA - Concomitante	2	18	5	8	10	20	20
Tecnologia	14	2308	1348	526	354	804	2889
Especialização	13	1955	1024	676	637	702	3735
Total Geral	535	33568	14616	20430	10313	26571	48752

Fonte: Anuário Estatístico IFSC 2015 (ano-base 2014)

Importante reiterar o grande número de matrículas no IFSC em cursos FIC, com público considerável composto por desempregados ou mesmo sem escolaridade, buscando uma qualificação rápida que lhes credencie concorrer no espartano “mercado” de trabalho. A oferta de formação técnica de nível médio, grande escopo do IFSC, aparece somente na segunda colocação, sugerindo uma prevalência da certificação em detrimento do processo formativo integral para atuação em profissões regulamentadas por lei.

Visualizamos, também, na lei de criação dos IFs o louvor à perspectiva do “empreendedorismo”. A esse respeito, Coan (2014) aborda que a retórica do “empreendedorismo” adentra o universo educacional como forma de adaptar o estudante à lógica dominante em vigência. A educação para o empreendedorismo é justificada como forma de ampliar o espírito empresarial. Contudo, pouca ou nenhuma referência é feita às causas das atuais mazelas sociais que se encontram no modo capitalista de produção. Apoiado principalmente em Mészáros, o autor deixa explícito que educação não é um

negócio; não é uma mercadoria. Propõe, portanto, que se deve “lutar para que o espaço da educação [...] seja de construção da contra-hegemonia, da emancipação humana e não simplesmente o da qualificação para o mercado”. (p. 166)

No artigo 7º (II, III e V) temos elencados alguns dos objetivos dos Institutos, enaltecendo seus cursos de rápida duração (formação inicial e continuada), as pesquisas aplicadas com tendência para “mercado” de trabalho, bem como o processo de geração de renda,

II - ministrar cursos de **formação inicial e continuada** de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar **pesquisas aplicadas** [...],

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à **geração de trabalho e renda** e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional [...]. (grifo nosso).

Nesse sentido, por meio de programas como Mulheres Mil, Mulheres SIM, PRONATEC e cursos rápidos de “qualificação” (FIC), que possuem em média carga horária inferior a 160 horas, verificamos a face assistencial dos Institutos posta em lei, sendo requisitados para agir como aparelho estatal na tentativa de minimizar mazelas sociais colocadas pelo modo de produção capitalista, apostando na geração de renda pela via do “empreendedorismo”.

Sobre a temática, Vaz (2013, p. 129-130) afirma que “a Educação tem assumido, progressivamente, papel importante como estratégia política para a redução da

pobreza, de maneira que deriva para a assistência social e recupera a ideia 'salvacionista' e 'redentora' ”.

3.3 REFLEXÃO SOBRE O TERMO “VULNERABILIDADE SOCIAL”

Para refletir mais detidamente sobre como o conceito “vulnerabilidade social” aparece na contemporaneidade, selecionamos alguns documentos e legislações que integram normas e orientações para as políticas públicas na atualidade, com abrangência internacional e nacional. A seleção das fontes a seguir se deve, principalmente, porque encontramos o uso do conceito expresso concretamente nos documentos. Mesmo que o escopo do trabalho não envolva estudo detalhado do termo em questão, consideramos importante uma apreensão inicial da expressão, principalmente porque intitula o programa que é nosso objeto de pesquisa. O tratamento analítico dos documentos enfatiza as vinculações atreladas ao termo “vulnerabilidade”, correlacionado suas abrangências e temporalidades, na busca por suas determinações sociais constituintes. Vejamos o *corpus* documental:

Quadro 04- Documentos selecionados em que o termo “vulnerabilidade” aparece

Lei/Documento	Título	Ano
Lei Federal Nº 8.742	Lei orgânica da Assistência Social – LOAS	1993 e alterações (1999, 2007, 2012, 2014)
Lei Federal Nº 12.852	Estatuto da Juventude	2013

Lei Federal Nº 13.005	Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024	2014
Documento Banco Mundial	Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial	2011

Fonte: Elaboração própria.

Definir o termo “vulnerabilidade” é bastante complexo, tendo em vista seu apelo político e ideológico impregnado e dada sua amplitude e polissemia. Na Lei Orgânica da Assistência Social, o termo aparece descrito em seis passagens. No artigo terceiro (§ 1), cuja redação é emendada pela Lei nº 12.435/2011, ao tratar sobre as entidades e organizações consideradas de assistência social, o conceito é localizado como segue:

§ 1 São [consideradas] de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos **em situações de vulnerabilidade ou risco social** e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) [...] (grifo nosso)

No trecho citado, o conceito aparece relacionado ao “risco social”, o que pode invisibilizar seus processos constituintes. De acordo com Kowarick (2002, p. 10) “a ‘vulnerabilidade’ é reflexo e produto da pobreza”, resultante da expropriação promovida pela lógica expansionista do capital. Perder de vista essa

compreensão pode colocar-nos em um contato ingênuo com o fenômeno, comprometendo o entendimento da produção concreta em que o termo se assenta.

Acerca dos objetivos da assistência social, o artigo 2º da mesma lei pontua:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; [...] II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de **vulnerabilidades**, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais [...]. (grifo nosso)

Apreendemos da passagem descrita que o termo vem ao encontro do entendimento proposto por Stoco (2011). Ou seja, ao colocar para a assistência social a incumbência de “analisar territorialmente [...] a ocorrência de vulnerabilidades”, explicita-se do texto legal a existência de “lugares vulneráveis” que, segundo Stoco (2011), são aqueles em que as pessoas ou grupos se defrontam com riscos. Tal acepção também pode ser vista, na mesma lei, no seguinte trecho:

Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas),

respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 1º—O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores **índices de vulnerabilidade e risco social**, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

O autor citado registra que se encontrar em situação de “vulnerabilidade social” não é somente estar em situação de pobreza, uma vez que diz respeito “à condição de não possuir ou não conseguir usar ativos materiais e imateriais que permitiriam ao indivíduo ou grupo social lidar com a situação de pobreza” (p. 65). Tal concepção, de acordo com nosso entendimento, pode reforçar a ideologia do capital humano, creditando ao indivíduo a responsabilidade por sua mazela social.

Stoco (2011) argumenta na proposta analítica de sua tese que existem vínculos entre vulnerabilidade social e educação, vendo a educação como caminho para o capital humano e social, pois ela possibilita o combate às “vulnerabilidades sociais”, especialmente no que se refere ao risco à pobreza. Consideramos haver obscurantismo na argumentação.

Sobre tais questões ancoramos nosso posicionamento em Motta (2009), segundo a qual a retórica do “capital social”¹⁹ constitui-se em nova ideologia

¹⁹ Ideologia cujo mote é dar condições de reprodução do capital no novo milênio, a fim de que os países mais pobres e ‘emergentes’ consigam êxito na abertura de seus mercados. ‘Renovação cívica’, ‘solidariedade’, ‘confiança’, potencial produtivo ou vocação produtiva dos pobres são as ideologias da ordem. (MOTTA, 2009)

criada para reforçar o conformismo social. Os intelectuais orgânicos do capital, nesse sentido, argumentam que “para superar os obstáculos políticos e culturais e ‘combater a pobreza’ no contexto da globalização, não basta investir em capital humano, mas fundamentalmente em capital social” (p. 556-557) forjando, assim, terreno fértil para que se mantenham com nova roupagem as políticas neoliberais, agregando as dimensões cultural e social à dimensão econômica.

Portanto, associar a temática “vulnerabilidade social” às ideologias do capital humano e social pode gerar armadilhas para as quais devemos estar vigilantes, principalmente no ilusório contexto histórico em que estamos imersos. Os termos e conceitos acabam revestindo-se de estratégias discursivas que invisibilizam os alicerces em que as políticas educacionais/sociais estão fundadas. Desse modo, conforme Monteiro (2011, p. 30), “construir um marco referencial da ‘vulnerabilidade social’ constitui um grande desafio, uma vez que a temática é relativamente nova”.

Prosseguindo a breve análise documental materializada nesta seção, encontramos no artigo 6ºA da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) novamente a associação da “vulnerabilidade social” à noção de risco social, conforme excerto a seguir:

Art. 6º-A.A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de **vulnerabilidade e risco social** por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; [...]

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e **vulnerabilidade social** e seus agravos no território.

Considerando a materialidade da referida lei, em que se atrela o termo “vulnerabilidade social” à ideia de risco, é fundamental entendermos que a “situação de risco” reforça o mote individual, portanto, permeia-se pelo caráter subjetivo, o que acaba por naturalizá-la ou legitimá-la. “Outro aspecto intimamente ligado à noção de risco é a perspectiva da probabilidade, da previsão”. (MONTEIRO, 2011, p. 30-31)

Conforme Monteiro (2011), uma ideia presente ao se conceituar “vulnerabilidade social” diz respeito ao seu aspecto conjuntural. Assim, a ideia relacionada à noção de risco ou adjetivação dos sujeitos pressupõe a lógica da provisoriedade. Toda tratativa de combate à “vulnerabilidade”, portanto, ocorre dentro dessa ótica, ou seja, sem propor “nenhuma superação ou enfrentamento dos condicionantes estruturais”. (p. 36). Tal compreensão está subjacente nos excertos da LOAS (art. 22) e Estatuto da Juventude (art. 33 e 38):

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, **situações de vulnerabilidade temporária** e de calamidade pública. (LOAS, grifo nosso)

Art. 33. A União envidará esforços, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a

oferta de transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para os jovens em situação de pobreza e **vulnerabilidade**, na forma do regulamento. (Lei Federal nº 12.852/2013, grifo nosso)

Art. 38. As políticas de segurança pública voltadas para os jovens deverão articular ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ações não governamentais, tendo por diretrizes:[...] IV - a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, **vulnerabilidade social** e egressos do sistema penitenciário nacional. (Lei Federal nº 12.852/2013, grifo nosso)

No novo Plano Nacional de Educação (PNE 2015-2024), o termo “vulnerabilidade social” também encontra espaço. Tanto na meta 6, que versa sobre a educação em tempo integral, quanta na meta 20, que trata do investimento público em educação pública, o conceito aparece em âmbito estratégico para concretização da política educacional, enaltecendo o seu caráter focalizado.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. Estratégias: 6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de **vulnerabilidade social**. (grifo nosso)

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no

mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. Estratégias: 20.12) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a *vulnerabilidade* socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino. (grifo nosso)

Por fim, evidenciamos o termo “vulnerabilidade” no resumo executivo do documento intitulado “*Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial*”, publicado no ano de 2011, conforme segue:

Esta [a] nova estratégia de educação pretende agora dar continuidade a estas mudanças estabelecendo um novo objetivo, conjuntamente com orientações e instrumentos estratégicos para as implementar. Esta estratégia para a educação apoia e implementa as prioridades-chave do Grupo do Banco Mundial – ter os pobres e **vulneráveis** como objetivo, criar oportunidades de crescimento, promover ações coletivas globais e reforçar a governação – estabelecidas na sua recente estratégia de direções pós-crise. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 03)

Apreamos, nitidamente, o “cinismo instituído” (VAZ, 2013) no discurso difundido pelo Banco Mundial sobre seus objetivos estratégicos para a educação nos países de capitalismo dependente para os próximos anos.

Enquanto a diretriz do Banco Mundial para a década é publicada em 2011, o novo PNE do Brasil foi aprovado somente em 2014, ambos referenciando os públicos estratégicos, ditos “vulneráveis”, o que pode forjar a “tessitura de um arranjo”.

Conforme analisa Pronko (2015), é essencial entendermos que a ação do BM não se dá mecanicamente como “uma imposição unilateral da qual os governantes locais seriam vítimas” (p. 90). Tal visão pode obscurecer “[...] a complexidade de relações e a capilarizada malha de agentes envolvidos na construção e difusão de uma visão de mundo que perpassa todos os âmbitos da nossa vida, tornando-se hegemônica” (p. 90). Na área educacional, o BM se articula com outras agências do sistema das Nações Unidas e com organizações não governamentais e privadas para decidir os rumos e o funcionamento da educação mundial.

A estratégia do BM, então, ganha status de política focal, pois não se vislumbra preocupação com a estrutura sobre a qual se produz a pobreza e a “vulnerabilidade social”. Há, sim, um zelo para com a atuação superficial, sem compromisso com a emancipação social; apenas a criação de oportunidades para os privilegiados que conseguirão “seu lugar ao sol”. Assim, enfatiza-se que a “vulnerabilidade” mantém estreito vínculo com a classe social a que o indivíduo está circunscrito, isto é, perpassando a análise da sociedade de classes, visto que as oportunidades não são iguais para todos/as.

3.4 SÍNTESE DOS ELEMENTOS CONJUNTURAIS

Neste capítulo, apresentamos apontamentos importantes sobre a conjuntura social em que o Programa PAEVS emerge, tanto em âmbito nacional quanto

institucional. Identificamos que o Brasil, como país de capitalismo dependente da dinâmica do capital especulativo globalizado, tem sua política econômica e modelo de desenvolvimento pautado por políticas públicas de caráter neoliberal/minimalista.

Ao mesmo tempo em que a política econômica do país privilegia o pagamento de juros/amortizações da dívida pública brasileira, há um enfraquecimento das políticas públicas que se pretendem universais. Ocorre, então, um aumento gigantesco no lucro do sistema financeiro especulativo/bancos sem contrapartida social, com grande parte da população amargando os prejuízos desse movimento.

Além disso, vislumbramos aspectos importantes da nova institucionalidade pretendida com a criação da rede federal EPT. Os atuais Institutos federais (transformados em 2008) são requeridos para atuar em nível estratégico, com expansão capilar pautada pela “inclusão social”, especialmente para a população tida como “vulnerável socialmente”. Porém, tal inclusão vem sendo disseminada com grande ênfase em programas de qualificação de curta duração, com formação para a inserção subordinada no “mercado de trabalho”.

Além disso, foi possível verificar como a temática “vulnerabilidade social” aparece como nova ideologia a permear as políticas públicas na contemporaneidade, tendo o BM como um importante articulador de disseminação em escala global. Desse modo, o termo é costurado para reforçar o mote individual, voltando-se para o particular, cenário ideal para a política de Assistência Estudantil encontrar caminho a fim de espalhar seu slogan “humanitário”, conforme destacaremos no próximo capítulo.



AMARAL, Tarsila do. **Morro da Favela**, 1924. Óleo sobre tela. 64 X 76cm.
Col. João Estéfano, SP.

4 O FENÔMENO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFSC

Vimos no capítulo anterior, elementos importantes sobre a conjuntura econômica, política e social na qual o programa Paevs está circunscrito. Levamos à reflexão o subalterno modo pelo qual o Brasil está imerso no capitalismo mundial e o processo de financeirização da econômica, que mesmo em tempos de grave crise estrutural, vem aumentando o lucro das instituições financeiras, em detrimento de grande parte da população que vive do trabalho. Além disso, abordamos o processo de expansão da rede federal EPT e a nova institucionalidade do IFSC, que aparece como agência a serviço do Estado para fomentar a “inclusão social” nas regiões onde está inserida, tornando-se parceira da assistência social. Trouxemos, também, uma rápida análise a respeito do termo “vulnerabilidade social” e sua costura nas políticas sociais contemporâneas.

Neste capítulo, adentraremos especificamente no programa PAEVS como expressão fenomênica da assistência estudantil no IFSC. Faremos um mapeamento de seus documentos norteadores, editais, atas do Conselho Superior do IFSC, entre outros na busca por pistas sobre as questões colocadas inicialmente nesta pesquisa. Consideramos importante registrar novamente as perguntas que movem a pesquisa, a saber: *Quais os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS)? Que questões perpassam as categorias “permanência” e “êxito” estudantil enaltecida pelo Programa? Há contradições em sua institucionalização? Qual o direcionamento dado ao programa*

Importante ressaltar que as análises se darão no movimento concreto entre o que “aparece” no documento e as referências apresentadas ao longo da dissertação. Na análise realizada, os documentos selecionados são tratados metodologicamente segundo sua abrangência (nacional/institucional) e temporalidade. Evitaremos muitas subdivisões ao longo do capítulo, procurando, por meio do diálogo com os documentos, fazer emergir (simultaneamente) aspectos como a materialidade histórica do programa, sua dinâmica processual e eixo norteador. O capítulo é composto das seguintes seções: (I) o fenômeno da assistência estudantil no IFSC; (II) O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social; (III) Fundamentos norteadores da Assistência Estudantil e do Programa PAEVS: reflexões para o debate. A seguir, o quadro apresenta os documentos selecionados para as reflexões a serem postas nesta seção.

Quadro 05: Documentos norteadores da Assistência Estudantil IFSC

ANO	DOCUMENTO	ELABORAÇÃO	LOCAL
2009	Plano de Inclusão IFSC 2009-2013	GT Inclusão	Florianópolis
2010	Decreto Federal nº 7.234 (PNAES)	Presidência da República	Brasília
2010	Resolução Nº 001 - Regulamenta a Assistência Estudantil do IFSC	CEPE/IFSC	Florianópolis
2010	Documento referência para Assistência Estudantil do IFSC	PROEN/IFSC	Florianópolis

2011 a 2015	Atas do Conselho Superior IFSC	CONSUP/IFSC	Florianópolis
2014	Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019	PRODIN/IFSC	Florianópolis

Fonte: Elaboração própria.

Iniciamos nossa incursão pelo Plano de Inclusão do IFSC para o período 2009-2013. A escolha se deve porque a partir dele a instituição assume o compromisso de criar o Programa de Assistência Estudantil. Assim, em 2009, o IFSC cria um Grupo de Trabalho (GT) para redigir uma proposta para discussão do assunto na comunidade acadêmica. A proposta foi elaborada a partir de pesquisas em outras instituições de ensino, de estudos sobre referenciais teóricos e da caracterização do perfil socioeconômico dos estudantes para o cálculo sobre a estimativa de investimento financeiro. Segundo o documento,

No Instituto Federal de Santa Catarina, a discussão sobre políticas inclusivas se realiza continuamente e se manifesta através de propósitos e ações que visam, cada vez mais, propiciar condições de **acesso, permanência com êxito** no percurso formativo e inserção sócio-profissional de grupos em **desvantagem social**. (p. 06, grifos nosso).

Compreende-se, a partir dos elementos colocados anteriormente, que a Assistência estudantil no IFSC tem forte relação com a concepção de “inclusão social”, visto que a partir do Plano de Inclusão a instituição inicia seus trabalhos para a criação de um programa de assistência ao estudante. Em pesquisa desenvolvida sobre o

processo de inclusão no IFSC, Rech (2012) registra que o termo “[...] 'inclusão social' permeia os discursos e documentos da Rede Federal de Educação. O que podemos perceber sobre a temática é que as ações com esse intuito têm foco nos chamados excluídos, também denominados de minorias sociais”.

A autora registra em sua pesquisa, entretanto, que

[...] As políticas inclusivas, porém, não se apresentam como uma prática de redução das desigualdades sociais, econômicas e sociais presentes em nosso cotidiano, mas sim como uma nova roupagem do capital, com características mais humanitárias a fim de uma gestão mais aceita pela sociedade e sendo realizada de forma mais participativa, via cooperação, parcerias e participação comunitária nos espaços escolares. (p.138)

No Plano de Inclusão do IFSC (2009-2013), encontramos também o conceito *Ações Afirmativas*, cuja definição aparece como sendo “medidas especiais e temporárias tomadas [...] com o objetivo de minimizar e eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras [...] garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento” (p. 07). Além disso, o documento traz a questão da reserva para estudantes vindos de Escola Pública, com a reserva de 50% (cinquenta por cento) para candidatos egressos integralmente (Ensinos Fundamental ou Médio) de Instituições Públicas de Ensino²⁰.

²⁰ O IFSC cumpre integralmente o estabelecido na lei federal Nº 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nos cursos técnicos e de graduação das Instituições Federais de Ensino. Disponível

Buscando garantir condições de “permanência” desses estudantes, o Plano de Inclusão cita a Resolução 22/2008 do IFSC, a qual prevê “apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a criação, reestruturação e ampliação de programas de assistência estudantil já existentes no IFSC [...] ; celebração de convênios [...] para auxiliar a permanência no IFSC”. (p. 08)

Nessa perspectiva, registra-se ainda no documento em análise o fato de que “[...] para combater a evasão escolar as políticas educacionais passaram a atuar, principalmente, a partir de meados dos anos 90, em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno evadido e outra de reestruturação do ensino para mantê-lo na escola” (p. 09). Assim, aparece no plano de inclusão do IFSC a seguinte questão:

Com a implementação de ações **inclusivas**, o ingresso de pessoas em desvantagem social na Rede Federal de EPT passa a exigir que os demais agentes educacionais sejam preparados para enfrentar os desafios impostos pela condição desses públicos para que o seu acolhimento seja feito de forma tranquila no espaço da instituição. Considerando esse objetivo, bem como a preocupação com o alto índice de **evasão**, identificado através de pesquisa realizada internamente nos anos 2003, 2004 e 2006, apontou-se a necessidade da criação de um grupo de trabalho que buscasse a adoção de políticas voltadas à **permanência** e ao **êxito** do educando. (p. 09, grifo nosso)

Vislumbra-se, então, ações “inclusivas” como estratégia para combater a “evasão”, tentando garantir a “permanência” e o “êxito estudantil”. A esse respeito, Stolf (2014, p. 34) nos indica que “a partir de 2003 [...] a questão da permanência estudantil passou a ser tratada como um objeto nas políticas do ensino [...], já que foi desde então que aconteceu a maior expansão de assistência estudantil ocorrida no Brasil até hoje”.

A autora identifica que interferem na permanência estudantil fatores como idade e sexo, nível de estudo anterior à matrícula, condições de emprego, pressões familiares, motivação, tempo de dedicação às atividades acadêmicas, condições ambientais das instituições de ensino, interação entre instituição e estudantes, e do professor com o estudante (STOLF, 2014). Nos documentos analisados pela pesquisadora o entendimento da categoria “permanência” aparece “somente no que tange auxílios financeiros, esquecendo-se da assistência estudantil como direito do estudante a partir de equipamentos coletivos, com a participação democrática dos estudantes” (p. 99).

Ainda com relação ao Plano de Inclusão do IFSC, merecem destaque as seguintes passagens. Por meio delas, pode-se entender, nitidamente, a preocupação com as taxas de evasão, que podem caracterizar o tão alardeado “desperdício de dinheiro público”.

O IFSC toma a decisão de encarar o problema da **evasão** e **fracasso** escolar de outra maneira, o da **permanência** e do **êxito** do aluno, ou seja, passa a pensar nas possibilidades de manter o aluno na escola antes que ele evada e, ficando ele atinja seus objetivos. (p. 10, grifo nosso)

No que se refere à repetência, o problema pode estar relacionado a **três grandes**

fatores, a saber: **hábitos inadequados** de estudo dos alunos; **diferentes ritmos** de aprendizagem e professores com **metodologias e formas de avaliação** inadequadas ao público alvo. Sendo assim, para aprofundar e, ao mesmo tempo, reverter esse diagnóstico, estão sendo acompanhadas de forma sistemática algumas ações, tais como: os projetos Hábitos de Estudos no Ensino Médio e monitoria para os alunos; atendimento paralelo aos alunos realizado pelos professores; contrato Pedagógico com alunos. (p.11, grifo nosso)

Identificamos ainda, conforme passagem anterior, pouca apreensão das desigualdades sociais que adentram a instituição, uma vez que, ao relacionar a “repetência somente a fatores internos à instituição e ao aluno, desconsideram-se os “capitais culturais” dos estudantes, reproduzindo as desigualdades sociais em seu interior, ficando em segundo plano as mediações históricas e culturais que perpassam a vida do estudante.

Piotto (2009) desenvolve estudo sobre o “fracasso escolar” e encontra em Bourdieu (1996) elementos importantes para análise. O autor afirma que as desigualdades no desempenho escolar são frutos da distribuição, também desigual, do capital cultural entre as classes e as frações de classes. Afirma-se, assim, que o sistema escolar mantém as diferenças sociais preexistentes, contribuindo para que a estrutura social se reproduza.

Outro documento importante para análise da Assistência Estudantil no IFSC é o decreto federal nº 7.234/2010, que regulamente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL,

2010). Em seu artigo 4º, consta que “as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]”. (BRASIL, 2010)

Vê-se, portanto, para efeitos da assistência estudantil prevista no decreto, que os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. O PNAES prevê ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Destacamos, ainda, o artigo 5º do referido decreto, onde se verifica a seguinte ressalva: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010).

Confrontando a objetividade do documento e a realidade propriamente dita, verifica-se que nem todas as ações previstas no PNAES são contempladas pelo IFSC. As ações que envolvem moradia estudantil e creche não são oferecidas pela instituição. Já a questão referente ao transporte e alimentação aparece aglutinada na forma do Programa PAEVS, conforme veremos detalhadamente na próxima seção. No que se refere ao critério seletivo da renda familiar per capita, constata-se que a instituição segue rigorosamente o que estabelece o decreto do PNAES.

Prosseguindo com nosso *corpus* documental, trazemos à cena o *Documento referência para Assistência Estudantil do IFSC* construído no ano de 2010. Selecionamos o seguinte trecho para iniciarmos a análise desta fonte:

São muitos os problemas decorrentes das diferenças sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, ambientais que demandam por políticas sociais que respondam a estes problemas decorrentes da **questão social**. Os investimentos no Brasil na área da educação ainda são reduzidos, apesar dos esforços no sentido de ampliá-la, especificamente na esfera pública. Neste sentido, à educação profissional tem sido atribuída, cada vez mais, a responsabilidade na inclusão social dos grupos empobrecidos e discriminados socialmente.

Compreendemos da passagem citada uma aparente apreensão crítica acerca do fenômeno das desigualdades sociais presentes na contemporaneidade, principalmente quando o trata como manifestação da “questão social”. De acordo com Motta (2008, p. 04), o termo emerge a partir do medo de um setor específico da sociedade que enxerga na pobreza acentuada e generalizada (decorrente do processo de industrialização, da nova organização do trabalho), “o risco ou a ‘ameaça de fratura’ das instituições sociais existentes[...]”.

Logo em seguida, o documento apresenta que,

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, ampliam-se as ações e o compromisso com a garantia da **igualdade e justiça social**. Em consonância com a referida Lei, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, cuja missão é “desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.”, estabelece em documentos normativos as diretrizes para

inclusão social por meio de sua intervenção. (BRASIL, 2010, grifo nosso)

Novamente, aparece a expressão “inclusão social” como garantia da igualdade e justiça social, acreditando que ações focalizadas sejam capazes de tal feito. Há, desse modo, tentativa de minimizar os problemas decorrentes das desigualdades sociais a partir da perspectiva “inclusiva”. Porém, a garantia plena de igualdade e justiça social está muito além dos muros institucionais.

As injustiças e desigualdades sociais, sob os moldes atuais, perpassam uma complexa rede de determinações sociais que são impossíveis de se controlar, a menos que se destitua a relação Capital, Estado e Trabalho alienado presentes na sociedade. Importante registrar que acreditamos que uma educação crítica pautada pela resistência contra-hegemônica, que vise à superação do conformismo, constitui-se em caminho para o processo de emancipação social, para além da lógica expropriadora do capital.

É importante destacar que o documento referência para a Assistência Estudantil no IFSC propõe uma série de ações, a fim de ampliar as condições de acesso e “permanência com êxito” dos estudantes na Instituição. Uma das ações propostas foi a criação, reestruturação e ampliação de programas de assistência estudantil. Logo, a formulação de normativas de Assistência Estudantil tornaram-se fundamentais neste processo.

Assim, ainda em 2010, temos a aprovação da Resolução N° 001, que Regulamenta a Assistência Estudantil do IFSC. Em seu artigo 2º, a normativa interna enaltece que a “Assistência Estudantil objetiva garantir condições de acesso e permanência com êxito dos estudantes no percurso formativo”. (IFSC, 2010). Logo em

seguida, no artigo 3º, são apresentados os princípios da Assistência Estudantil, conforme segue:

I- supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas; II- **universalização** da assistência ao estudante; III- respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência escolar e comunitária; IV- igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; V- equidade na atenção, visando a redução da desigualdade; VI- divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso; VII- participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. (IFSC, 2010, grifo nosso)

O artigo 5º da resolução registra, ainda, que as ações e programas da Assistência Estudantil a serem implementados dividem-se em duas formas de atendimento: I- Atendimento universal aos estudantes (Programa de Saúde e Apoio Psicossocial, Programa Alimentação Estudantil, Programa de Atendimento aos Filhos dos Estudantes, Programa Moradia Estudantil, etc.); II- Atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social.

No que se refere ao termo estudante em “vulnerabilidade social”, a resolução conceitua “[...] como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social”. Além disso, a normativa interna estabelece que a Assistência Estudantil no IFSC será

gerida por um Comitê Gestor, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, com recurso da *Ação Assistência ao Educando da Educação Profissional* (código 2994) destinada ao programa PAEVS.

Por entendermos que a construção de documentos da política educacional não ocorre de maneira harmônica, mas permeada por disputas, foi feito um levantamento nas atas das reuniões do Conselho Superior do IFSC (período de 2011 a 2015) a fim de identificar elementos que nos ajudassem na compreensão da Assistência Estudantil na instituição.

Na ata CONSUP de maio de 2012 aparece a proposta de incluir, dentre os assuntos a serem discutidos naquele ano, a temática da assistência estudantil. Já em 2013, no mês de fevereiro, na primeira reunião ordinária do ano, encontra-se em evidência a apresentação da reestruturação da Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE):

O Assessor de Assuntos Estudantis [...] explicou que o principal objetivo da Diretoria de Assuntos Estudantis - DAE é trabalhar em tudo o que envolve o aluno. Hoje o IFSC tem uma diversidade de cursos e de público e está desenvolvendo **diversos programas de inclusão social**, entretanto existem muitos cursos com taxa de conclusão baixa e com taxa de evasão altíssima. O IFSC precisa criar as políticas institucionais e as coordenadorias específicas para estabelecer um fluxo de trabalho entre a PROEN e os câmpus.

Vislumbra-se, portanto, que a criação da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) acontece em um momento ímpar para a instituição, que vê aumentada suas responsabilidades decorrente do processo de expansão e

nova institucionalidade, com demandas para atuar em programas do governo federal pautados pela “inclusão social” (PRONATEC, Mulheres Mil, etc.). Na mesma reunião, o Diretor de Desenvolvimento de Ensino do IFSC destaca que,

[...] essa nova estrutura da PROEN é uma estratégia de atuação e suporte para que o aluno venha para o IFSC, permaneça e seja certificado pela sua **competência**, e para mostrar para a sociedade qual é o papel da instituição. [...] a SETEC estabelece as diretrizes e as metas a serem atingidas, entre elas está o índice de 90% de **permanência**, 10% de oferta PROEJA, 20 alunos por professor.

A fala transcrita acima vem ao encontro do que alerta Algebaile (2004). A autora argumenta que a escola pública acaba sendo usada como algo semelhante a um posto avançado do Estado, permitindo certas condições de controle populacional e territorial, novos canais de negociação do poder em diferentes escalas e certa “economia de presença” em outros âmbitos da vida social, particularmente na política social.

Por fim, analisamos nesta seção o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC referente ao quadriênio 2015-2019, publicado no ano de 2014. No segundo capítulo do documento, registra-se o Plano Pedagógico Institucional (PPI). Nele, encontramos elementos importantes a respeito da assistência estudantil, a saber:

Para garantir a **permanência** e o **êxito** do discente nos cursos, estão sendo implementados programas de assistência estudantil **desde 2011**. Um deles concede apoio financeiro para discentes em situação de **vulnerabilidade social**. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na

instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático. (PDI, 2014, p. 60-61)

Encontramos, portanto, no PDI (2015-2019) a base material que enseja reflexões para o debate sobre o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), com seus condicionantes e processos subjacentes. Esse será o assunto da próxima seção.

4.1 O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS)

Organizamos esta seção para construir uma análise que permita entender as relações que perpassam o Programa PAEVS como estratégia para “permanência” e “êxito” estudantil no IFSC. A fim de compreendermos melhor as relações que se estabelecem, selecionamos documentos do período de 2011 a 2015 encontrados no sítio eletrônico da instituição, para que, examinando-os, consigamos apontar suas determinações. O recorte temporal se justifica por ocorrer nesse período o surgimento e a consolidação do PAEVS no IFSC. As informações seguem no quadro a seguir.

Quadro 06: Documentos relacionados ao PAEVS

ANO	DOCUMENTO	ELABORAÇÃO	LOCAL
2011	Resolução Nº 54 - Regulamenta o Programa de Atendimento Básico e o Programa de Auxílio Complementar da	CEPE/IFSC	Florianópolis

	Assistência Estudantil do IFSC		
2014	Resolução Nº 47 - Regulamenta o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social do IFSC	CONSUP/IFSC	Florianópolis
2012 a 2015	Editais do Programa PAEVS	Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis / DAE	Florianópolis
2011 a 2015	Atas do Conselho Superior IFSC	CONSUP	Florianópolis

Fonte: Elaboração própria.

A partir das discussões em curso na instituição sobre a assistência estudantil, em 2011, publica-se a Resolução Nº 54, que regulamenta o *Programa de Atendimento Básico* e o *Programa de Auxílio Complementar* para estudantes dos **cursos presenciais** do IFSC. Inicialmente, o atendimento aos estudantes em “vulnerabilidade social” era desenvolvido por meio desses dois programas. No artigo 5º da presente resolução, tem-se que “os Programas [...] serão operacionalizados nos campi do Instituto Federal de Santa Catarina e [...] executados pelo profissional de Serviço Social da Coordenadoria Pedagógica [...]”.

A resolução nº 54 traz ainda que, duas vezes por semestre letivo, deveriam ser publicados editais para inscrição nos Programas previstos. No corpo textual, registra-se também que os *Programas de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social* (na época eram dois) compunham a Assistência Estudantil do IFSC, destinando-se aos estudantes com dificuldades para

prover as condições necessárias para a “**permanência**” e o “**êxito**” durante o percurso escolar.

O *Programa de Atendimento Básico* caracterizava-se como um auxílio financeiro destinado aos estudantes do IFSC em situação de vulnerabilidade social com renda familiar per capita menor que $\frac{1}{4}$ **de salário mínimo** constitucional, considerando-se a renda bruta familiar. De acordo com a resolução, o estudante contemplado recebia o auxílio financeiro mensal equivalente a 2,44% do salário mínimo constitucional. Um valor irrisório para as demandas sociais.

Já o *Programa de Auxílio Complementar* caracterizava-se na oferta de benefícios para auxiliar no atendimento às necessidades dos estudantes que recebiam o benefício básico e dos estudantes que possuíam renda superior a estabelecida pelo programa básico, mas que estivessem em situação de “vulnerabilidade social” devido a agravantes sociais²¹. Segundo a resolução, o estudante recebia auxílios mensais, na forma de benefício financeiro ou material, de valor variável conforme análise socioeconômica²², com valor máximo de um quarto de salário mínimo constitucional, disponibilizados nos meses letivos conforme duração do curso.

No que se refere aos editais de concessão, por meio de pesquisa realizada no sítio eletrônico do IFSC,

²¹ De acordo com os editais do programa, agravantes sociais são situações que agravam a condição financeira de uma família como: custo com doenças, custo com aluguel ou financiamento de casa própria, pagamento de pensão alimentícia, custo com transporte para se deslocar até o campus, etc.

²² Análise socioeconômica consiste em avaliação de “vulnerabilidade social” e de renda familiar bruta per capita realizada por assistente social, abrangendo o somatório de todas as rendas brutas dividido pelo número de pessoas que compõe a família, descontados os custos com agravantes sociais. (EDITAL Nº 001/2014).

identificamos no ano de 2012 a publicação do primeiro edital unificado de oferta do Programa PAEVS. Porém, os programas focalizados para atendimento aos estudantes em “vulnerabilidade social” iniciam em 2011²³. Entretanto, a nomenclatura era diferente, conforme registramos.

Em 2012, o IFSC coloca 02 editais à disposição do público estudantil. No ano de 2013, foram publicados 04 editais. Em 2014, houve o maior número, com 05 editais disponibilizados ao longo do ano. Por fim, em 2015, com mudança no fluxo operacional após a edição da Resolução nº 47/2014 (que regulamenta o PAEVS), publicam-se apenas 02 editais. Importante registrar que em 2014 e 2015, a instituição lançou editais para concessão de auxílio financeiro automático para os públicos do PROEJA e Mulheres Sim, destinando o pagamento de R\$100,00 sem necessidade de avaliação socioeconômica.

A partir da leitura dos editais, evidenciamos que é estabelecido o período de seis meses para o estudante beneficiado por algum edital do PAEVS realizar **renovação** do seu auxílio, com assinatura de um termo de compromisso com a instituição. Além disso, a cada período de 12 meses de vínculo com o programa, há o processo de **reavaliação**, a fim de verificar se houve mudança na condição socioeconômica do estudante. Neste caso, realiza-se uma espécie de “nova inscrição” com entrega de toda documentação comprobatória exigida em edital.

Neste processo, há possibilidade de perda ou diminuição no valor do auxílio, uma vez que, a cada novo edital, mais inscrições são realizadas, aumentando o índice de corte. Enfatizamos que o processo de análise

²³ Até a finalização da presente pesquisa, não havia edital disponibilizado no sítio eletrônico do IFSC sobre as “regras” para concessão do auxílio do PAEVS para o ano de 2011.

socioeconômica, abrangendo os novos inscritos e as reavaliações do PAEVS, é realizado por assistente social (com registro no respectivo conselho profissional) vinculado às coordenadorias/núcleos pedagógicos dos campi.

A partir de 2014, identificamos que o programa passa a atender as exigências do decreto que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ou seja, a renda familiar per capita de até **1 salário mínimo e ½** aparece como condição primeira para concorrer ao auxílio do PAEVS. Além disso, aparecem definições detalhadas de termos como *renda bruta familiar*, *parecer técnico social*, “*vulnerabilidade social*”, *agravantes sociais* e o conceito de *família*. Vale registrar que até então, a renda per capita familiar priorizada pelo PAEVS era a faixa de até ½ salário mínimo vigente.

Além disso, de 2012 a 2014, o valor mensal do auxílio variava de R\$100,00 a R\$400,00 (podendo acumular com outras bolsas, desde que a soma não ultrapassasse um salário mínimo vigente). Já em 2015, houve acréscimo no valor do auxílio, podendo oscilar de R\$100 a R\$500,00. Em 2014, os alunos dos cursos de pós-graduação não concorrem ao programa²⁴. Até então, tal separação não era feita. Bastava apenas ser estudante de curso regular e presencial do IFSC.

Pudemos verificar que, ao longo dos 05 anos de existência do programa, criaram-se alguns procedimentos para concessão do auxílio financeiro. Em 2012, o estudante deveria preencher questionário socioeconômico *online* e entregar a documentação comprobatória de sua condição no ato da inscrição. Os

²⁴ Esses estudantes só podem ser atendidos, caso todos os inscritos dos demais cursos sejam atendidos e o IFSC tenha disponibilidade financeira.

documentos necessários eram: documentos pessoais de todos os membros da família, comprovação de renda familiar e comprovação de agravantes sociais (originais e cópias).

Em todos os editais de concessão, identificamos que o recebimento dos auxílios ordenou-se pela condição de “vulnerabilidade social” do estudante até o limite de disponibilidade orçamentária do IFSC. Esses montantes foram crescendo ao longo do período, chegando a cerca de nove milhões em 2016.

A partir de 2013, aparece um elemento novo no PAEVS. Na disposição final dos editais, há o esclarecimento sobre a garantia de sigilo sobre as documentações e informações prestadas, uma vez que a instituição possui, praticamente, uma anamnese social da família do estudante contemplado. No ano de 2014, o Conselho Superior do IFSC aprova a Resolução nº 47, que regulamenta o PAEVS. A referida normativa conceitua vulnerabilidade social como “[...] processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social”.

Destacamos, a seguir, artigos da Resolução 47/2014, que regulamenta o PAEVS, para ajudar na compreensão da lógica implementada:

Art. 2º O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social destina-se ao estudante com dificuldade de prover as condições necessárias para a **permanência** e o **êxito** durante o percurso escolar. A permanência do estudante na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito

ocorre quando o estudante integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Art. 3º O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social é destinado ao estudante matriculado em cursos presenciais: FIC com no mínimo 160 horas ou com duração mínima de 04 meses; Mulheres Sim; PROEJA; Integrado; Concomitante; Subsequente; Graduação e Pós-graduação com renda bruta per capita de **até 1 ½ salário mínimo vigente** e caracteriza-se pela concessão de auxílio financeiro em forma de pecúnia [...]. § 1º O estudante matriculado em curso de pós-graduação será atendido pelo Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, após todos os outros cursos, conforme disponibilidade orçamentária.

No que se refere às condições para acessar e permanecer no PAEVS, encontramos nos artigos 4º e 5º as especificidades:

Art. 4º São **condições de acesso** ao Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social: I - Matrícula regular; II - Índice de Vulnerabilidade Social validado por assistente social, confirmando sua condição vulnerável. (grifo nosso)

Art. 5º São **condições para permanência** no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social: I - Matrícula regular; II - Frequência regular (75%); III - Participação em atividades programadas pelo setor responsável pela Assistência Estudantil do câmpus; IV - Comprometimento com os estudos a ser avaliado através do envolvimento do

estudante com o ambiente acadêmico, por meio de sua assiduidade, empenho e iniciativa para a aprendizagem, não sendo considerada somente a aprovação. (grifo nosso)

Com base nessa materialidade, partimos do pressuposto que o PAEVS é estratégia importante do IFSC para reduzir os altos índices de evasão nos cursos. A instituição precisa cumprir metas estabelecidas pelo governo federal em relação à permanência estudantil para ter liberação integral de seus recursos financeiros. Nesse sentido, se o estudante não conclui o curso, há perda orçamentária, o que pode precarizar os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Compreendemos que por meio do estratagema “permanência” e “êxito”, o MEC (atendendo exigências de Organismos Internacionais), via SETEC, dá o tom das “negociações”.

Assim, o slogan ²⁵ “permanência” e “êxito” se constitui como instrumento de gestão e controle de gastos públicos, com condicionalidade de retorno para o Estado do investimento realizado. É exigido, então, resultado produtivo da educação. Dessa forma, o processo educacional vem tornando-se recurso de coesão social e implementação do desenvolvimento econômico requerido, mesmo alicerçado em estruturas com enormes desigualdades sociais.

A partir da resolução e dos editais de 2015, identificamos ainda que, para que o auxílio financeiro do PAEVS seja concedido, o IFSC implementou uma nova racionalidade instrumental de trabalho, criando o **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)** do estudante, composto de variáveis que reunidas definem a situação social do

²⁵ Por slogan se entende expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc.

discente. O IVS envolve análise de documentos e questionário socioeconômico e, se necessário, entrevista. A devolução do IVS ao estudante é realizada em até 30 dias corridos da data da solicitação, tendo validade por um ano.

Somente a partir do IVS o estudante pode inscrever-se nos editais de concessão do PAEVS. Toda “tecnologia” implantada avoluma o trabalho do profissional do serviço social, uma vez que este precisa analisar vários processos em um curto período. No quadro adiante, apresentamos em detalhes as variáveis que compõem o IVS.

Quadro 07: Composição do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

VARIÁVEL	CONCEITO
Renda bruta per capita familiar	É a soma da totalidade dos rendimentos obtidos pela unidade familiar, incluso o estudante, dividida pelo número de membros da unidade familiar. A renda bruta é composta pelo último mês do valor bruto de salários, proventos, gratificações eventuais, etc.
Ocupação, Trabalho e Emprego por membro da família	Presença ou não de vínculo empregatício, condição de trabalhador autônomo ou informal.
Situação patrimonial familiar	Propriedades móveis, imóveis, seja de pessoas físicas ou jurídicas, como por exemplo: apartamentos, casas, salas comerciais, depósitos em poupança, carro, motocicletas, participações em sociedade, quotas de empresas, máquinas agrícolas e benfeitorias agrícolas, aplicações financeiras, etc.
Moradia do estudante	Tipo da moradia, situação de moradia, tipo de localidade, área de risco.
Saúde por membro da família	Presença de doença, necessidades específicas, dependência química e

		acesso a sistema de saúde por convênio particular.
Transporte do estudante		Tipo de transporte utilizado pelo estudante no deslocamento entre a residência e o campus do IFSC em que está matriculado, mensurado pela distância entre estes dois pontos.
Acesso à educação do estudante e por membro familiar		Origem escolar do estudante, a escolaridade do estudante. Para membro da família será considerado o vínculo com estabelecimento de ensino formal privado (bolsista parcial e financiamento estudantil), exceto para pós-graduação.
Composição familiar (se possui idosos, crianças, adolescentes, pessoa em restrição de liberdade, etc.)		Família é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar.
Participação em programas sociais		Recebimento de auxílio financeiro, por meio de programas sociais das esferas federal, estadual e municipal, pelo estudante ou outro membro do grupo familiar.
Ingresso por cotas		Ingresso no IFSC pelo sistema de cotas, conforme legislação.

Fonte: Resolução CONSUP/IFSC Nº 47/2014. Elaboração própria.

Tendo em vista que a construção de documentos da política educacional se dá em meio a contradições, verificamos na ata da 4ª reunião ordinária do CONSUP/IFSC de 2013 que

O conselheiro [...] questionou sobre os critérios de concessão do **auxílio vulnerabilidade**, ou seja, que tipo de aluno é contemplado com o benefício. Alguns

conselheiros declararam que há casos de distorção da concessão do benefício nos câmpus. Outros conselheiros relataram que a **seleção** é feita conforme os documentos apresentados e que o processo é recente, está em implantação, e em alguns câmpus está funcionando bem. Mas argumentaram que é necessário um acompanhamento direto dos gestores e dos servidores envolvidos para garantir a eficiência do programa. O Diretor de Assuntos Estudantis [...] informou que é difícil ter controle total da situação, pois não há um **sistema** que faça o cruzamento de dados sobre percepção de bolsas. Destacou que para participar do programa de assistência estudantil, o aluno entrega a documentação exigida e os servidores fazem a análise documental para a concessão e depois o acompanhamento. Entretanto no momento há somente 06 profissionais trabalhando na implantação do programa e é necessária a contratação de **mais profissionais** da área. Explicou que já houve casos de denúncia e se confirmados os alunos deixam de receber o benefício. Ressaltou que é necessário moralizar e tornar o programa mais eficiente, com o uso de um sistema acadêmico e administrativo integrados para o uso das informações. A conselheira [...] informou que o grupo de servidores que atua na área está tentando compor a política de assistência estudantil na instituição e está fazendo o possível para melhorar, e destacou que o programa não deve ser avaliado pela exceção, ou seja, aqueles que recebem o benefício de forma errada, mas sim pela realidade dos alunos que precisam e estão sendo atendidos. A conselheira [...] relatou que o IFSC foi ousado em 2010 em querer ter uma política de assistência estudantil na instituição, mas representou um avanço em termos de reconhecer a

assistência estudantil como um direito do aluno: a instituição além de dar **oportunidade** de **acesso** precisa dar condições para a **continuidade** da formação. Destacou que os casos específicos devem ser denunciados[...]. Ressaltou que o IFSC avançou muito e está trabalhando para ser mais **eficiente** e os problemas não são justificativas para retroceder. (grifo nosso)

Conforme passagem citada, a “eficiência” do programa aparece como preocupação da instituição. O trecho da ata sugere, ainda, uma relação de transparência formal, auditoria. A administração gerencial da assistência estudantil assume, então, o centro das discussões. Entendemos os anseios do IFSC em melhorar a **tecnologia** empregada para execução do PAEVS, pois não há um sistema informatizado que dê suporte para o processamento do enorme volume de informações provenientes do PAEVS.

Atualmente, o IFSC possui questionário eletrônico (*Lime Survey*²⁶) rudimentar para a quantidade de informações que se faz necessária para gerar o IVS e o parecer social, sendo insuficiente para as demandas apresentadas, dificultando/sobrecarregando o trabalho dos profissionais ligados diretamente ao PAEVS.

A esse respeito, Novaes (2010) aponta que há um campo de batalha nas decisões tecnológicas. No entanto, não se trata de um campo de batalha com simetria de poder, levando-nos a crer que existe uma luta desigual entre os criadores dos novos instrumentos tecnológicos com assimetria de poder entre capital e trabalho quando uma nova proposta de organização do processo de trabalho chega para os executores na ponta.

²⁶ É um programa livre para aplicação de questionários *online* escrito.

Por fim, encontramos na ata da 33^a reunião ordinária do CONSUP, de 17 de dezembro de 2014, o debate sobre as alterações a serem colocadas em prática no PAEVS em 2015:

[...] a regulamentação propõe criar o IVS – Índice de Vulnerabilidade Social, que será determinado a partir de um questionário respondido pelos alunos, que contempla outros aspectos importantes que hoje não são considerados. Hoje a análise de vulnerabilidade social é feita quando os alunos participam dos editais, tendo que aguardar os períodos de inscrição. A nova regra propõe que os alunos solicitem a qualquer tempo a análise do IVS na Coordenadoria Pedagógica, que será realizada pelas assistentes sociais, e somente aqueles que tenham o IVS determinado possam participar dos editais. [...] foi sugerido alterar no art. 5º o termo “**comprometimento escolar**” por “rendimento escolar”, porém argumentou-se que esse aspecto é muito complexo e foi bastante debatido no grupo, chegando-se ao consenso de que se for exigido um **rendimento escolar** e o aluno não atingir, corre-se o risco de deixar de dar apoio aos que realmente precisam. (grifo nosso).

Aprendemos que o objetivo maior do processo do PAEVS centra-se na permanência do estudante na instituição. A questão do êxito fica em segundo plano, considerando que as exigências de rendimento estudantil no IFSC são altas. Por isso, considerada uma instituição com “ensino forte”, com docentes que não aceitam o processo de aprovação sem a devida “meritocracia”. Assim, condicionar o Programa ao desempenho seria muito arriscado, na visão dos conselheiros.

4.2 FUNDAMENTOS NORTEADORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DO PROGRAMA PAEVS NO IFSC: REFLEXÕES PARA O DEBATE

Identificamos na análise documental posta em movimento que o Programa PAEVS, integrante da política de assistência estudantil do IFSC, aparece ligado ao slogan “permanência” e “êxito”, sendo alicerçado teoricamente pela concepção de “inclusão social”. Garcia (2004), ao pesquisar detidamente tal conceito e suas políticas subjacentes, identifica aspectos relevantes nos discursos das agências multilaterais a respeito da temática.

Nesse sentido, as políticas inclusivas almejam a harmonização social via discursos de coesão, solidariedade e pertencimento, mesmo que as desigualdades sociais permaneçam. A noção da “reforma” defendida nas políticas e programas pautados na inclusão social sugere que se faz necessário remanejar algo mal conduzido, disseminando as vantagens de uma educação que não exclui e não classifica, mas prioriza as “necessidades de aprendizagem”. (GARCIA, 2004).

Frigotto (2010, p. 419) adverte que “o risco do uso abusivo desta noção [in/exclusão] situa-se na possibilidade de fixar-nos no sintoma e nas consequências das formas que assumem as relações sociais capitalistas hoje”, o que pode nos encaminhar “[...] no plano das políticas, a uma postura reformista e conservadora” (p. 419). Conforme o autor, “não se trata de não reconhecer a importância e a necessidade das políticas de inclusão, mas de atentar [...] que a questão social vem sendo trazida [...] para a “margem”. (p. 423).

Nessa esteira, considerando a crise estrutural do capital, compreende-se que não são suficientes políticas

de inclusão (cada vez mais precárias) se levamos em conta o momento histórico por que passamos, em que se prolifera a inserção subalterna informal sob a nomeação de “trabalho autônomo” ou empreendedorismo. (FRIGOTTO, 2010).

Silva (2012b) provoca alguns questionamentos sobre a chamada inclusão social, segundo ela, “[...] um debate que tem se mostrado caro aos estudiosos das questões sociais na contemporaneidade” (p. 72). A autora entende que “[...] é com esse mote que programas, projetos e toda sorte de intervenções na atual conjuntura da sociedade têm sido erigidos”. (p. 72). Além disso, registra que a ideia de “inclusão” vem ganhando espaço no meio empresarial, passando pelas políticas públicas educacionais e mídias. O conceito está presente em diferentes situações, não havendo precisão em seu uso.

A autora argumenta também que o termo inclusão está diretamente relacionado às contradições intrínsecas da sociabilidade do capital. A inclusão social e as políticas relacionadas, portanto, carecem de investigações em essência, tentando captar “o que quer[em] negar ao revelar e o que revela[m] quando nega[m]” (p. 76). Nesse sentido,

“[...] o efeito da política liberal de *inclusão*, em que ao comprovar, apontar e aceitar a existência da condição de *excluído*, o estado de risco social, induz a pensar que *se reconheço, logo socorro*. No nível mais elementar, isso apela para nosso altruísmo e sentimento de preocupação com o próximo, forjando o conforto de que vivemos em tempos em que as injustiças sociais estão sendo revistas e as políticas sociais aperfeiçoadas, dentre as quais àquelas relativas aos jovens pobres (p. 76-77, grifo no original).

Pela via do consenso, ao se identificar o sujeito excluído, reconhecemos a necessidade de inclusão. Assim, Silva (2012b, p. 78) questiona: “em que interessa as atuais políticas de inclusão nos termos em que estão formuladas se não para a manutenção da ordem capitalista?” A ideia de inclusão/exclusão é central nos programas sociais, sendo um fenômeno a ser apreendido. Com referencial analítico semelhante, Rech (2012) argumenta:

O papel de amenizar as desigualdades sociais parece ser aceito e tomado como princípio dentro da Rede Federal, tomando para si o papel de promotor de igualdade social e de obtenção de cidadania. Sobre esse “enfrentamento” às desvantagens sociais, a inclusão se apresenta como papel crucial e podemos problematizar, inclusive, que os documentos levam ao entendimento de que somente através da inclusão poder-se-á tornar nossa sociedade mais justa.(p. 159)

É inegável a importância do PAEVS como medida compensatória e emergencial para os estudantes do IFSC. Com fundamento em Motta (2007), temos que o programa é posto em prática por instituição que faz parte do aparelho hegemônico do Estado, refletindo em despolitização e conformismo social. Pela via da educação para o capital humano e tendo em vista a necessidade de coesão/harmonização requerida para expandir a ideologia dominante, compreendemos que por meio do PAEVS são administradas as desigualdades sociais mais extremas que surgem no instituto. Sua atuação cumpre papel estratégico de fortalecimento da ideologia do capital social, visto que a expansão predatória do capital precisa de instrumentos capazes de

naturalizar sua perpetuação e tornar tolerável suas fissuras mais extremas.

Neste horizonte, ao refletir sobre programas focalizados como o PAEVS, Frigotto (2010, p. 438) coloca que

[...] a tarefa política é, sem dúvida, transcender às estratégias de **inclusão** degradada, sob programas focalizados e de caridade social que funcionam como **alívio à pobreza** e manutenção do *status quo*. Para ir além do focal, a luta da classe trabalhadora e dos movimentos que o constituem implica [...] redefinir o papel do Estado. Não do Estado em sua função de preposto para o capital, mas [...] de um Estado radicalmente democrático. Aqui a tarefa é criar capacidade política para ter controle do fundo público e sua aplicação para garantir os múltiplos direitos e necessidades humanas e não as exigências do capital. Esta possibilidade está condicionada, sem dúvida, à organização, cada vez mais ampla, da classe trabalhadora em seus diferentes organismos coletivos e nos movimentos sociais. (grifo nosso)

Nessa perspectiva, segundo o autor, a relação in/exclusão constitui “[...] sintoma de relações sociais, estrutural e organicamente, geradoras da desigualdade. Relações que precisam ser rompidas e superadas. Esta travessia implica teoria densa e ação política organizada” (p. 439).

Indo ao encontro das reflexões críticas presentes no balanço desta pesquisa sobre a Assistência Estudantil, afirmamos que em tempos de valorização da políticas neoliberais, o PAEVS é pautado essencialmente pela lógica de serviço e não de direito, o que traz à tona sua instabilidade, que ora garante a “permanência” do aluno e

ora o exclui devido a inúmeros aspectos que condicionam o recebimento e continuidade dos benefícios, pois não há como contemplar todos de que dele necessitam.

Assim, não é um programa universalizado, mas limitado a ações focalizadas. A esse respeito, Costa (2010), pesquisando o histórico da Assistência Estudantil no país, identifica que esta sempre foi pautada por ações pontuais, descontínuas e com falta de recursos. Porém, houve nos últimos anos maior investimento de recursos federais, principalmente com a criação do PNAES, sendo usada como estratégia de “democratização” e “redução” das desigualdades sociais.

Trazendo à tona novamente o documento do BM *“Estratégia 2020 para a Educação: Aprendizagem para Todos. Investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento”* constatamos que a educação é colocada como chave-mestra para o desenvolvimento. Nesse sentido, programas de assistência como o PAEVS vêm para tentar minimizar a lacuna da não permanência do estudante na instituição, pois o aluno trabalhador se vê, muitas vezes, em meio à difícil decisão de abandonar os estudos ou sobreviver em meio ao cruel e precário “mercado de trabalho”. Em nossa perspectiva, tais programas, na realidade, contribuem para escamotear os motivos sociais que produzem a evasão na educação profissional, visto que ao invés de se colocar em cheque a sociabilidade do capital, a ênfase dada vai ao encontro de fatores internos e subjetivos.

Consideramos importante registrar que o BM não vem mais associando a educação somente à ideia de escolarização. Esta passa a ser centrada, de forma estratégica, na aprendizagem, pois “o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não do número de anos que passaram sentados numa

sala de aula”. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 03). No IFSC, encontramos claramente tal acepção. Via cursos FIC e programas de “qualificação” impostos pelo governo federal, a escolarização formal já perdeu espaço, inclusive em número de estudantes. Os cursos centrados na aprendizagem aligeirada para desempenho de funções precárias no “mercado de trabalho” acenam na liderança das matrículas da instituição. Assim,

A nova estratégia [do Banco Mundial] centra-se na aprendizagem por uma simples razão: [...] embora um diploma possa abrir as portas para um emprego, são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 03)

Compreendemos que a retórica da “permanência” apregoada pelo PAEVS traz consigo a ideia de desenvolvimento de país difundida pelas políticas públicas contemporâneas. Nesse sentido, espera-se que as pessoas consigam se “qualificar” minimamente para atender as exigências do expropriador “mercado de trabalho”, sendo incluídas subalternamente em tal dinâmica. A educação, aparece, nesse ínterim, como gestora responsável pela diminuição dos efeitos da pobreza extrema, oferecendo condições mínimas para que os indivíduos possam ser considerados “empregáveis”. Acomodam-se, assim, as desigualdades sociais via despolitização da classe trabalhadora, a grande prejudicada estruturalmente com os auxílios provenientes das políticas focalizadas de cariz neoliberal.

Ocorre que a população, de forma geral, e os beneficiários de programas que seguem a linha focal alicerçada nos “pobres e vulneráveis” não apreendem que

tais políticas ajudam a retroalimentar sua própria expropriação. A sociabilidade do capital é complexa, o que facilita o encobrimento de seus próprios mecanismos predatórios. Tem-se, portanto, a impressão de o Estado estar trabalhando arduamente (via políticas de “inclusão, acesso e permanência” na educação) para eliminação das desigualdades sociais. Porém, as ações focais e seus programas se constituem, paradoxalmente, em alimento que contém elementos nocivos, atuando como mal necessário se considerarmos a urgência de sobreviver.

Nessa linha, cabe enfatizar o horizonte adotado por esta pesquisa, que vem ao encontro do que analisa Leite (2012):

Não se pode perder de vista que uma parte importante dessas novas formas para atender o social – e amortecer e neutralizar as expressões da “questão social” – são, na verdade, instrumentos para eliminar o caráter da luta política, convertendo os conflitos e tensões sociais em expressões vazias de sentido transformador, com a intencionalidade de convertê-las em expressões neutras. As políticas sociais, travestidas doravante em “programas”, funcionam exatamente como recurso para divisão das classes, a partir da sua característica residual. Perde-se, com isso, o horizonte da luta coletiva. Ademais, despolitiza as políticas sociais, tirando o foco da totalidade do real, naturalizando, banalizando e – ato contínuo – criminalizando as refrações da “questão social”, transformando-as em expressões individuais. (p. 469-470)

Para finalizar, reafirmamos que o PAEVS se destina a tratar os sintomas das desigualdades sociais que chegam ao IFSC, adiando a necessária reflexão para

transformação do *status quo* vigente. A ajuda aparente contribui, assim, para maquiar as mazelas sociais de parcela significativa de estudantes da instituição. Porém, a maquiagem não é completa, pois, em uma mesma sala de aula, encontramos, facilmente, discentes provenientes de realidades extremamente diferentes, principalmente nos cursos regulares, “denunciando” as profundas desigualdades sociais que adentram a instituição. Tal materialidade constitui desafio diário para o educador.

Em que pese o cumprimento das exigências governamentais para “permanência” e “êxito”, o estudante que não teve educação básica/elementar de qualidade, encontra no instituto uma realidade que, dada as exigências colocadas, impulsiona-o para a não continuidade dos estudos. Nessa perspectiva, a tão propalada “inclusão social” trilha a contramão do que anuncia.



AMARAL, Tarsila do. **A família.** Óleo sobre tela. 79 X 101,5cm.
Col. Torquato Sabóia Pessoa, SP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS

Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer

Zé Ramalho.

Na investigação desenvolvida para esta dissertação, analisamos a Assistência Estudantil no IFSC por meio do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS). O programa, central na política de assistência da instituição, iniciou no ano de 2011, sendo regulamentado posteriormente pela Resolução CONSUP Nº 47/2014, integrando a política institucional do IFSC para “permanência” e “êxito” acadêmico, em que um auxílio financeiro é concedido ao estudante considerado em “vulnerabilidade social”.

Tivemos como objetivo principal, em nosso trabalho, analisar a política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Santa Catarina, especificamente a partir da materialização do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS). Vislumbramos também Investigar o eixo norteador do Programa PAEVS difundido nos documentos oficiais do IFSC, cotejando seus pressupostos com o contexto societário atual. Além disso, caracterizamos os processos e procedimentos que compõem o PAEVS, bem como identificamos a materialidade histórica em que emerge a constituição do Programa PAEVS.

No processo de pesquisa, partimos do pressuposto de que os problemas sociais que adentram o IFSC na atualidade têm relação direta com o cenário da crise estrutural do capital. Evidenciamos, por meio da análise documental realizada nesta pesquisa, que o PAEVS, à medida em que não problematiza o caráter de

desigualdade estrutural da sociedade, cronifica-se como programa emergencial e assistencialista que retroalimenta o capital. Assim, atua como armadilha ideológica, pois obscurece a realidade por se caracterizar como sendo sempre positivo.

A partir da materialidade colocada em movimento na pesquisa, identificamos que o programa em questão, além de possuir caráter focalizado, atua em nível estratégico para solucionar problemas de “permanência” e “êxito” estudantil. Por sua atuação no tratamento compensatório dos efeitos da pobreza, acaba funcionando como instrumento que dissocia as desigualdades sociais de seus determinantes estruturais, visto que suas ações limitam-se a aspectos conjunturais que chegam ao IFSC.

A análise da produção acadêmica permitiu identificar o que os pesquisadores examinam sobre a temática da assistência estudantil. Entre os textos selecionados com referencial histórico-dialético, predomina a evidência de que a assistência estudantil vem sendo executada como as demais políticas sociais, com fortes rebatimentos do ideário neoliberal, caracterizando a mercantilização da política de educação brasileira e a grande inclinação em rezar a cartilha dos organismos internacionais (especialmente BM e Cepal) nos governos do PT desde 2003. (MARIZ 2014; KOWALSKI, 2012; STOLF, 2014; GRAEFF, 2014; GAZOTTO, 2014).

Além disso, vislumbramos tendência em alguns autores (CAMPOS, 2012; PEREIRA JUNIOR, 2012; ARAUJO, 2011; SOUZA, 2012) na perspectiva de relacionar a assistência estudantil à lógica de serviço, com enfoques técnicos e de execução, enfatizando o cariz produtivista da assistência estudantil. Assim, ocorre o desvio da origem dos problemas sociais da relação

capital/trabalho para seus efeitos aparentes, delegando à educação a tarefa de resolvê-los. As estratégias de discurso enaltecem eloquentemente a retórica “[...] de que por meio da educação o sujeito ascenderá socialmente” (EVANGELISTA, 2014, p. 54). Compreendemos que tal materialidade se constitui em alerta para se pensar mais profundamente a gestão das desigualdades sociais que se apresentam ao ambiente educacional, uma vez que a problemática é suavizada nas políticas de inclusão, que protelam a tão necessária transformação estrutural do *status quo* vigente.

Também demonstramos a conexão existente entre os termos “permanência” e “êxito” costurados pelo programa PAEVS com o atual contexto socioeconômico, em que há forte pressão estatal, via MEC e SETEC, por cobrança de resultados e enxugamento dos gastos públicos, uma vez que consideram “evasão” e “repetência” como prejuízo do Estado em seus investimentos. A grande apreensão com as taxas de “permanência” e “êxito” não revela a essência do fenômeno, o qual, em nossa análise, relaciona-se fortemente com o processo de financeirização da educação.

Identificamos que o IFSC, na atual conjuntura, encontra-se submisso ao sucesso de programas governamentais focados na “formação” profissional aligeirada, com forte disseminação do slogan “inclusão social”. É, nesse sentido, complexo o que se requer dos Institutos Federais e do IFSC em específico, com obrigação de “qualificar” profissionalmente em curtíssimos períodos, via programas relâmpagos, forjando a base do que a autora Acácia Kuenzer (2010) denomina ser o processo de “inclusão excludente”. Assim, reforçamos o movimento assistencial dos Institutos, uma vez que atuam como aparelho estatal para tratar as mazelas sociais advindas da sociabilidade expropriadora em vigência na

contemporaneidade, com apostas na geração de renda pelo caminho do “empreendedorismo”.

No *corpus* documental analisado, encontramos tanto no discurso difundido pelo Banco Mundial para a educação quanto no novo PNE do Brasil, referências aos públicos estratégicos intitulados “vulneráveis”, o que pode caracterizar “arranjos fabricados”. Nesse horizonte, a “vulnerabilidade social” enaltecida pelo PAEVS ganha status de política focal que não problematiza a base estrutural que produz as desigualdades sociais. Há, sim, atuação superficial, sem relação capaz de promover a emancipação social. O programa ajuda na harmonização e coesão social, maquiando as contradições sociais em seu contexto de atuação.

Nossa investigação sobre o PAEVS mostrou que o mesmo aparece alicerçado na ideia de “inclusão social” como mecanismo de justiça e igualdade social. É enfatizado, nessa perspectiva, que ações focalizadas podem conseguir tal façanha. Há, assim, minimização dos problemas resultantes das desigualdades sociais por meio da noção de “inclusão”. Entretanto, a igualdade e justiça social perpassam complexas determinações sociais envolvendo a relação Capital, Estado e Trabalho alienado presentes na sociedade, indo muito além das fronteiras institucionais.

Identificamos ainda que o PAEVS constitui-se em instrumento singular do IFSC para aumentar as taxas de permanência nos cursos. A instituição se vê obrigada a cumprir metas de permanência para ter acesso integral aos seus recursos financeiros. Portanto, caso o índice de evasão seja alto, ocorre perda orçamentária, podendo prejudicar o ensino, pesquisa e extensão. Verificamos que via slogan “permanência” e “êxito”, o MEC e SETEC dão as cartas nesse cenário de “negociação” desigual, em que as instituições educacionais são o lado mais fraco.

Nesse horizonte, a “eficiência” do PAEVS é motivo de preocupação para a instituição. Dadas as exigências colocadas externamente, o sucesso da gerência da assistência estudantil aparece, assim, no centro das discussões.

Alguns autores (GARCIA, 2004; FRIGOTTO, 2010; SILVA, 2012b) refletem sobre as contradições e usos naturalizados do binômio ex/inclusão, uma vez que este enfoca somente as consequências das relações sociais capitalistas. Assim, é urgente perceber que a questão social aparece reduzida a um problema operacional, sendo colocada constantemente à margem das relações estruturais que a produziram.

Nessa esteira, com referência em Frigotto (2010) e Motta (2007), se considerarmos o atual contexto histórico, com crise estrutural do trabalho, compreendemos que não são suficientes políticas de inclusão como a enaltecida pelo PAEVS, uma vez que vêm ao encontro da despolitização e conformismo social, cumprindo papel essencial para fortalecer a ideologia do “capital social”.

Enfatizamos que o slogan da “permanência” difundido pelo PAEVS relaciona-se com a noção de desenvolvimento presente nas políticas neoliberais. Almeja-se, nesse cenário, que seja possível “qualificar-se” minimamente para suprir as carências do expropriador “mercado de trabalho”. Grande parcela da sociedade, nesse horizonte, é incluída precariamente nesse universo, onde a educação é colocada como panaceia para as desigualdades gestadas pela sociabilidade do capital.

Ressaltamos que a documentação posta em movimento nesta pesquisa possibilitou compreender o PAEVS e as dinâmicas sociais que o estruturam, evidenciando sua materialidade histórica, política e econômico-social. Programas focais colocados para atender demandas sociais são, segundo Leite (2012, p.

469), “[...] instrumentos para eliminar o caráter da luta política, convertendo os conflitos e tensões sociais em expressões vazias de sentido transformador, com a intencionalidade de convertê-las em expressões neutras”.

Deste modo, entendemos que o PAEVS, ao tratar os sintomas das desigualdades sociais que chegam ao IFSC, é mais um elemento a compor o adiamento dos “embates” necessários para a mudança social requerida, pois, considerando a totalidade social, os programas focados em públicos estratégicos ajudam a retroalimentar, em essência, a própria expropriação daqueles que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. Sobre o assunto, Vaz (2013) inspira-nos a buscar outra realidade possível em que “[...] a disputa pelo projeto de uma educação pautada para além do capital deve prevalecer como presença e horizonte da luta da classe trabalhadora” (p. 131).

Registramos que o entendimento e a compreensão dos processos que ficam ocultos nos programas e políticas educacionais pode contribuir para “transcender às estratégias de inclusão degradada” (FRIGOTTO, 2010, p. 438), acenando para um horizonte onde a capacidade política possa vencer a batalha contra as necessidades do capital, com oxigenação e organização dos movimentos sociais na busca pela igualdade substantiva²⁷ (para além da lógica de produção para acumulação) e justiça social.

Por fim, apontamos para a importância de se realizar futuras pesquisas envolvendo programas educacionais de Assistência Estudantil. A esse respeito, colocamos como sugestão a necessidade de avaliar as implicações do programa PAEVS entre os egressos do IFSC.

²⁷ Ver Mészáros, 2015.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza**: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil. Tese de Doutorado. Niterói/RJ: UFF, 2004.

ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético**: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, 2010. Disponível em <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/74/214>> Acesso em 20 jan 2015.

AMARAL, Tarsila do. **Operários**, 1933. Óleo sobre tela, 150 X 205cm. Coleção do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: < <http://movebr.wikidot.com/galeria:tarsila-do-amaral>> Acesso em 16 jan. 2016.

_____ **2ª Classe**, 1933. Óleo sobre tela, c.i.e. 110 x 151cm. Reprodução fotográfica de Romulo Fialdini. Disponível em:< <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2484/2a-classe>> Acesso em: 16 jan. 2016.

_____ **O Pescador**, 1925. Óleo sobre tela 66 X 75cm. Coleção do Museu Hermitage S. Petersburgo. Disponível em:< <http://movebr.wikidot.com/galeria:tarsila-do-amaral>> Acesso em: 12 jan. 2016.

_____ **Morro da Favela**, 1924. Óleo sobre tela. 64 X 76cm. Col. João Estéfano, SP. Disponível em: < <http://movebr.wikidot.com/galeria:tarsila-do-amaral>> Acesso em: 16 jan. 2016.

_____ **A família**. Óleo sobre tela. 79 X 101,5cm.

Col. Torquato Sabóia Pessoa, SP. Disponível em: <
<http://movebr.wikidot.com/galeria:tarsila-do-amaral>> Acesso em: 16
jan. 2016.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In:
SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**.
São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do
capital e seu sistema de mediações. In: ANTUNES,
Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a
afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo,
1999.

_____. Apresentação. In: Mézáros, István. **Para além
do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista.
- São Paulo: Boitempo, 2011.

BACELAR, T. As políticas públicas no Brasil In: **Ensaio
sobre o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro:
Editora Revan, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**: investir
nos conhecimentos e competências das pessoas para
promover o desenvolvimento – Estratégia 2020 para a
Educação do Grupo Banco Mundial. Resumo Executivo,
Washington/DC, 2011.

BRAGA, Ruy. A angústia dos subalternos. In: **A política
do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São
Paulo: Boitempo, USP, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**.
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência
Estudantil (PNAES). Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em 20 dez. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

ClAVATTA, Maria. Universidades Tecnológicas: horizontes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFESTS)? In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como slogan do capital. In: EVANGELISTA, Olinda. **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2014.

CONCEFET. Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: MEC. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. V. 1, n. 1. Brasília: SETEC, 2008.

CORSEUIL, Carlos Henrique L; FRANCA, Maíra A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro**: evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT, 2015.

COSTA, Edmilson. Globalização, mito ou realidade? Um debate sobre as origens da Globalização In: **A**

globalização e o capitalismo contemporâneo. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CURY, Carlos Jamil. As categorias. In: CURY, Carlos Jamil. **Educação e Contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. p. 21-52.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais.** Alínea: Campinas (SP), 2012.

_____. **O que revelam os slogans na política educacional.** Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UnB, 2001.

FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. **Inclusão educacional na exclusão.** Tese de Doutorado. João Pessoa/PB: UFPB, 2008.

FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. **Revista Crítica Marxista.** Campinas, n. 36, p. 103-113, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Investigación em el campo social y contexto histórico:** dimensiones teóricas, económico-sociales y ético-políticas. Revista Vocês, XII (Mayo), p. 9-23, 2009.

_____ **Exclusão e/ou inclusão social?** Questões teóricas e político práticas. Cadernos de Educação (UFPEl), v. 1, p. 417-442, 2010.

_____ Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscurecem a realidade. In: RUMMERT, Sonia Maria; CANÁRIO, Rui (Orgs.). **Mundos do Trabalho e Aprendizagem**. Lisboa: EDUCA, 2009.

_____ Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 46, jan/abr 2011.

_____ Exclusão e/ou desigualdade social? Questões Teórico práticas.. In: Maria Ciavatta. (Org.). **Gaudêncio Frigotto - Um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. 1ed. Belo Horizonte: Quartet, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, pp. 45-60. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

GABROWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial**

brasileira. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC/PPGE, 2004.

GROPPO, Luís Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. **Terceira via e políticas educacionais**: um novo mantra para a educação. RBPAAE. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 215-233, maio/ago. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades**: questão social, trabalho e relações sociais. Ser Social (UnB), v. 15, p. 326-342, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho**: carta de conjuntura. Rio de Janeiro: IPEA/DIMAC, 2015.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª Edição, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? In: **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez., 2012.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In:

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTENDAL, Luciana. **Programa de Atendimento a Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social**: Aproximações Avaliativas sobre sua implementação e gestão. Dissertação Mestrado, UFSC, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da "miséria"**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2011.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social**: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2007.

_____. Gerar capital social: tarefa da educação periférica segundo Banco Mundial. In: **VI Seminário do Trabalho, Economia e Educação**. Marília, 2008.

Disponível em:

<<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/vaniacardosodamotta.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

_____ **Ideologias do capital humano e do capital social:** da integração à inserção e ao conformismo. Trab. Educ. Saúde, v. 6, n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

_____ Mudanças no pensamento sobre desenvolvimento: o novo-desenvolvimentismo brasileiro. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís (MA), 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESAFIOS_E_DIMENSOES_CONTEMPORANEAS_DO_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL/MUDANCAS_NO_PENSAMENTO SOBRE_DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MORENO, Ana Heloisa Viana Silva. **Focalização X Universalização das Políticas Sociais Brasileiras:** limites e possibilidades no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: UnB, 2009.

NASCIMENTO, Clara Martins do. As políticas educacionais à luz do pensamento social brasileiro: contribuições ao debate sobre a política de assistência estudantil nas IFES. In: **III Encontro Norte/Nordeste Trabalho, Educação e Formação Humana**; Trabalho, Estado e Revolução, Alagoas, 2011. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, C 2011.107 p.p 24-35.

_____ **Estado Autocrático Burguês e Política Educacional no Brasil:** contribuições ao debate sobre a

assistência estudantil nas IFES. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 8-27, jan./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**. Unesp: Marília (SP), 2013.

NOVAES, H. As forças produtivas capitalistas: em busca de seu uso ou radical reestruturação numa sociedade socialista? In _____. **O fetiche da tecnologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.59-116.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. In: **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005.

OLDRINI, Guido. Lukács e o caminho marxista ao conceito de pessoa. In: **Revista Praxis**. Belo Horizonte: Projeto Joaquim Oliveira, n3, 1995.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

PAZ, Sandra Regina; OLIVEIRA, Ramon de. A educação tecnológica e profissional como programa/política de estado: análise da política nacional de qualificação profissional no Brasil. In: OLIVERIA, Ramon de (Org.). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: políticas públicas em debate. Campinas: Papyrus, 2012.

PEREIRA, P.A.P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, ano 25, n. 77, p. 54-62, mar. 2004.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de doutorado, PPGPS/UnB, 2013.

PINHEIRO, Aline Freitas Dias. Política de Assistência Estudantil: política educacional favorável aos discentes ou à mercê dos interesses particulares do Estado? In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão: UFMA, 2013.

PIOTTO, Débora Cristina. **A Escola e o sucesso escolar**: algumas reflexões à luz de Pierre Bourdieu. São João Del-Rei: UFSJ, 2009. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/vertentes/debora_piotto.pdf> Acesso em 15 jan. 2016.

POCHMANN, Marcio, **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Abet, v. 6, 1998. (Coleção Abet – Mercado de Trabalho).

_____. **Desemprego juvenil no Brasil**. São Paulo: SDTS/PMSP, 2002.

_____. **A juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da Educação. In: PEREIRA, João Márcio Mendes (Org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

RECH, Julia Gonçalves. **O caráter humanitário da formação dos sujeitos da educação especial no Instituto Federal de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2012.

RUMMERT, Sônia Maria. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria (Org). **Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subalterna de formação para o capital**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto. **A outra face da inclusão**. Revista Teias (UERJ. Online), Rio de Janeiro, v. 3, p. 29-37, 2002.

SHIROMA, E. O.;CAMPOS, R. F.;GARCIA, R. M. C.. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 427-446, 2005.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. As especificidades das políticas de qualificação profissional para a juventude. In: OLIVERIA, Ramon de (Org.). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate**. Campinas: Papyrus, 2012a.

SILVA, Mariléia Maria da. Percursos profissionais e a justeza das políticas públicas de inclusão e qualificação: o público-alvo do Projovem Trabalhador. In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria (Orgs). **Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subalterna de formação para o capital**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012b.

STOCO, Sergio. **Família, Educação e Vulnerabilidade Social: o caso da Região Metropolitana de Campinas**. Tese de Doutorado: Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

STOLF, Franciele. **Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise inicial do Programa Bolsa Estudantil**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2014.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

VAZ, Joana D'Arc. **Educação, programa bolsa família e alívio à pobreza: o cinismo instituído**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2013.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. (v. 2)

